



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

Violência Contra Árbitros de Futebol em Portugal: *Experiências de Agressão e Vitimação*

Dissertação de Mestrado

[2º Ciclo de Estudos em Criminologia]

Francisco Queiroz Afonso

Orientador:

Professor Doutor Daniel Alves Seabra

Outubro de 2024

*Violência Contra Árbitros de Futebol em Portugal:
Experiências de Agressão e Vitimação*



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

Violência Contra Árbitros de Futebol em Portugal: *Experiências de Agressão e Vitimação*

Dissertação de Mestrado

[2º Ciclo de Estudos em Criminologia]

Francisco Queiroz Afonso

Orientador:

Professor Doutor Daniel Alves Seabra

Outubro de 2024

*Violência Contra Árbitros de Futebol em Portugal:
Experiências de Agressão e Vitimação*

*Para o 'Benfiquista' e o 'Sportinguista' da minha vida,
Avô Joaquim e Avô João. Com todo o meu amor.*

Agradecimentos

Primeiramente, ao meu orientador, o ilustre Professor Doutor Daniel Alves Seabra, agradeço por todo o apoio e pelos ensinamentos valiosíssimos que me transmitiu. Esses ensinamentos não contribuíram apenas para a realização da presente dissertação, mas também me acompanharão para o resto da minha vida, como investigador e como pessoa. Cheguei à conclusão de que, quando um discípulo e o seu mentor partilham o mesmo entusiasmo pela ciência, todo o processo se torna mais simples, inspirador e enriquecedor. O meu sincero "muito obrigado"!

À Universidade Fernando Pessoa, instituição que me acolheu também durante a licenciatura em Criminologia, onde encontrei um solo fértil para o meu crescimento académico e pessoal, e onde me cultivei nas Ciências Sociais e Humanas, expresso o meu profundo reconhecimento. Todas as minhas vivências em sala de aula permanecerão eternamente na minha memória e no meu coração.

A todos os docentes, verdadeiros arquitetos do conhecimento, que, de forma tão única, partilharam a sua sabedoria comigo, o meu agradecimento. A forma como fui desafiado e incentivado a dedicar-me à Criminologia, na busca pela verdade científica, culminou no investigador que sou hoje: um curioso incurável.

Agradeço ao Observatório da Violência Associada ao Desporto e à Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol pela confiança depositada no meu trabalho e na minha pessoa, permitindo transformar o que inicialmente era uma ideia numa investigação inovadora e pioneira em Portugal.

Agradeço também aos árbitros que participaram no estudo. Além de estes profissionais serem essenciais para o futebol, a sua participação possibilitou a concretização deste projeto.

Finalmente, um agradecimento à minha família e à minha namorada, por toda a paciência e incentivo calorosamente oferecidos, especialmente nos momentos mais árduos e tempestuosos da minha vida. Sem vocês, acredito que não teria sido fisicamente e mentalmente capaz de concretizar com sucesso a minha dissertação de mestrado de uma ciência multidisciplinar, à qual serei para sempre e apaixonadamente obcecado – a Criminologia.

Resumo

O fenómeno da violência contra árbitros não se pode considerar recente, sendo que a sua ocorrência precede a própria criação das regras e fundamentos do futebol, em 1893, em Inglaterra. No entanto, as ocorrências de agressão física e verbal dirigidas a árbitros de futebol têm vindo a ser cada vez mais frequentes à escala global (Dawson & Webb, 2021). A presente investigação, intitulada “Violência Contra Árbitros de Futebol em Portugal: Experiências de Agressão e Vitimação”, tem como objetivo geral compreender e explicar as experiências de agressão e vitimação dos árbitros de futebol em Portugal, averiguando de que forma essas vivências modelam suas trajetórias pessoais e profissionais. Para esse efeito, definiram-se objetivos específicos que norteiam o estudo para os vários aspetos que constituem este fenómeno, desde o impacto da violência nas suas famílias e carreiras, até à possível pressão praticada pelas várias instituições desportivas e a eventual interferência do receio de ser agredido na sua qualidade da sua arbitragem. O trabalho inicia-se com uma revisão teórica, explorando várias teorias e conceitos relativos à violência desportiva, nomeadamente direcionada ao árbitro de futebol. A metodologia escolhida para a recolha de dados foi qualitativa, recorrendo à técnica das entrevistas semiestruturadas, acompanhadas de um guião memorizado. A análise de conteúdo foi realizada da forma menos restrita possível, de modo a evitar a fragmentação em demasiada do discurso dos entrevistados e preservando a própria integridade e riqueza informativa das experiências. Através deste método, foi possível organizar, codificar e analisar os dados, permitindo uma comparação criteriosa entre as declarações dos participantes e a bibliografia trabalhada. Os resultados demonstram uma variedade de episódios de agressões, fatores de risco, impactos e reações, inerentes à própria experiência vivida. Observou-se que o fator idade e a profissão que desempenham influenciam os impactos da agressão no indivíduo e a sua propensão à vitimação. Os resultados obtidos também relevam a existência de diversas fragilidades administrativas e algumas declarações levantam a possibilidade de existência de corrupção desportiva. Por fim, a presente dissertação conclui que, apesar das limitações intrínsecas a qualquer investigação, o estudo atingiu seus objetivos ao oferecer uma descrição rica e detalhada das várias experiências. O trabalho também fornece um conjunto de tentativas para explicar as próprias experiências de agressão, procurando explicações lógicas e agregando os possíveis fatores de risco que contribuem para este fenómeno nefasto, presente na vida destes profissionais. Além disso, esta dissertação partilha as críticas e recomendações deixadas pelos participantes, para combater as tais fragilidades administrativas e, no geral, o fenómeno da violência que se afigura como “cultural” no mundo do Futebol e, em concreto, no mundo da arbitragem.

Palavras-chave: árbitro; experiência; agressão; vitimação; violência; futebol.

Abstract

The phenomenon of violence against referees cannot be considered recent, as its occurrence predates the very creation of the rules and foundations of football in 1893, in England. However, instances of physical and verbal aggression directed at football referees have been increasingly frequent on a global scale (Dawson, Webb 2021). The present research, titled "Violence Against Football Referees in Portugal: Experiences of Aggression and Victimization," aims to understand and explain the experiences of aggression and victimization of football referees in Portugal, examining how these experiences shape their personal and professional trajectories. To this end, specific objectives were defined to guide the study through various aspects of this phenomenon: from the impact of violence on their families and careers to the potential pressure exerted by various sports institutions and the possible interference of the fear of being assaulted in the quality of their refereeing. This study begins with a theoretical review, exploring various theories and concepts related to sports violence, particularly violence directed at football referees. The chosen methodology for data collection was qualitative, utilizing the technique of semi-structured interviews, accompanied by a memorized guide. The content analysis was conducted in the least restrictive manner possible to avoid excessive fragmentation of the interviewees' discourse, thus preserving the integrity and informative richness of their experiences. Through this method, it was possible to organize, code, and analyze the data, allowing for a thorough comparison between participants' statements and the reviewed literature. The results reveal a variety of incidents of aggression, risk factors, impacts, and reactions inherent to the lived experiences. It was observed that the age factor and their profession influence the impact of the aggression on the individual and their susceptibility to victimization. The findings also highlight various administrative weaknesses, with some statements raising the possibility of sports-related corruption. Finally, this dissertation concludes that, despite the intrinsic limitations of any investigation, the study achieved its objectives by providing a rich and detailed description of the various experiences. The work also offers a set of attempts to explain the experiences of aggression, seeking logical explanations and aggregating possible risk factors that contribute to this harmful phenomenon present in the lives of these professionals. Moreover, this dissertation shares the participants' criticisms and recommendations to address the administrative weaknesses and, in general, the phenomenon of violence that appears to be "cultural" in the world of football, particularly in the realm of refereeing.

Keywords: referee; experience; aggression; victimization; violence; football.

Índice Geral

Resumo	I
Abstract.....	II
Índice Geral	III
Lista de Siglas e Acrónimos	V
Introdução.....	1
1 – Enquadramento Teórico e Conceptual.....	4
1.1. O Árbitro.....	4
1.2. Violência contra os árbitros	6
1.2.1. A hostilidade em redor da arbitragem futebolística.....	6
1.2.2. Agressão Verbal vs Agressão Física	7
1.2.3. Outras formas de violência.....	9
1.2.4. Árbitros mais vulneráveis.....	10
1.3. Experiências de Agressão e Vitimação	11
1.3.1. Conceptualizações	11
1.4. Impactos da Experiência.....	13
1.4.1. Na vida pessoal – o árbitro, a família e o grupo de pares.....	13
1.4.2. Na vida profissional	14
1.4.3. Na performance.....	15
2 – Metodologia de Investigação	18
2.1. Método	18
2.2. Participantes	19
2.3. Instrumentos.....	19
2.4. Procedimentos.....	20
3 – Estudo Empírico	25
3.1. Resultados obtidos	25
A Iniciação na Arbitragem e Dados Sociodemográficos.....	25
O Ambiente de Trabalho do Árbitro de Futebol.....	27
A Agressão	30
A Reação à Experiência.....	34
Os Impactos da Experiência.....	38
A Vitimação.....	42
A Vitimação Secundária	43
Árbitros Jovens vs Veteranos vs. Árbitras.....	45
Sugestões para o Combate à Violência Desportiva.....	47
3.2. Discussão dos Resultados Obtidos.....	55

*Violência Contra Árbitros de Futebol em Portugal:
Experiências de Agressão e Vitimação*

A Iniciação na Arbitragem e Dados Sociodemográficos	55
A Agressão	56
A Reação à Experiência.....	57
Os Impactos da Experiência.....	58
A Vitimação.....	59
O Ambiente de Trabalho do Árbitro de Futebol.....	60
Árbitros Jovens vs Veteranos vs. Árbitras.....	62
As fragilidades administrativas e deontológicas na Arbitragem	64
Conclusões e Considerações Finais	68
Referências Bibliográficas.....	72

Lista de Siglas e Acrónimos

- a) **APAF** – Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol
- b) **CMTV** – Correio da Manhã TV
- c) **CNS** - Campeonato Nacional de Séniores (ou Campeonato de Portugal)
- d) **(The) FA** – *The Football Association*
- e) **FIFA** - *Fédération Internationale de Football Association*
- f) **FPF** – Federação Portuguesa de Futebol
- g) **GNR** – Guarda Nacional Republicana
- h) **OPC** – Órgãos de Polícia Criminal
- i) **PCS** – Ponto de Contacto com a Segurança
- j) **PSP** – Polícia de Segurança Pública
- k) **UFP** – Universidade Fernando Pessoa

Introdução

A violência no desporto tem sido um assunto de tendencial preocupação nos últimos anos, particularmente no que diz respeito aos árbitros, que desempenham um papel fundamental na manutenção da ordem e neutralidade, nas competições desportivas. O Futebol, como a modalidade mais popular em Portugal, não está isento desta realidade. A agressividade e constante hostilidade direcionadas aos árbitros têm vindo a alcançar uma visibilidade acrescida, não somente pela sua frequência, mas também pelas consequências nefastas que podem produzir, a nível físico e psicológico. Posto isto, a presente dissertação tem como foco a violência contra árbitros de futebol em Portugal, analisando as experiências de agressão e vitimação vivenciadas por esses indivíduos.

Este estudo afigura-se pertinente para a área da Criminologia, pois estuda o fenómeno da agressão contra árbitros de futebol, explorando não apenas o crime em si, mas também a experiência e o impacto na vítima, em consonância com a própria natureza multidisciplinar da Criminologia. Esta ciência contribui para compreender as dinâmicas de vitimação e os fatores que influenciam a hostilidade no contexto desportivo, além de fornecer recomendações e *insights*¹ para a prevenção da agressão e o apoio a estes profissionais, que trabalham em ambientes considerados de risco. Ao abordar questões de vitimação, impacto emocional, e contexto institucional, o estudo reforça a relevância criminológica de compreender como a violência afeta o bem-estar e a performance destes indivíduos.

Deste modo, esta dissertação vai além dos episódios de agressão. Procura sobretudo compreender em profundidade como as experiências influenciam as esferas pessoais, familiares e profissionais dos árbitros. Além disso, considera os impactos que as constantes ameaças de agressão podem exercer na sua *performance*, no decorrer de uma partida de futebol. A violência contra os árbitros, frequentemente menosprezada ou até mesmo normalizada, levanta determinadas questões basilares acerca do ambiente da arbitragem e as próprias circunstâncias em que estes profissionais desempenham as suas funções.

A investigação tem como objetivo compreender e explicar a experiência de agressão e vitimação vivenciada pelos árbitros de futebol portugueses, explorando quais esferas da

¹ Termo que descreve a percepção súbita e profunda de uma verdade, uma compreensão intuitiva ou uma nova perspetiva sobre algo.

vida desses indivíduos são afetadas e de que maneira. Neste sentido, o objetivo geral é entender e procurar explicações para essas mesmas experiências. Além disso, a investigação busca, de forma mais específica, perceber como tal experiência afetou a dimensão familiar e profissional dos árbitros, além da sua carreira na arbitragem. Também procura avaliar se existe pressão das instituições sobre os árbitros após passarem por agressões, verificar se eles já tinham a expectativa de que poderiam ser agredidos nos jogos em que isso ocorreu, e compreender se o receio de hostilidade antes das partidas interfere em sua performance enquanto árbitros.

Em relação ao objetivo geral da presente dissertação, importa definir primeiramente os conceitos de “compreender” e “explicar”, sendo estes elementares para a abordagem metodológica. Segundo Weber (1968), “compreender” define-se como o entendimento interpretativo da ação social e de toda a sua subjetividade. Ou seja, está relacionado com a captação dos significados subjetivos e os intuítos que os indivíduos conferem às suas ações. A compreensão está também relacionada com a empatia e a interpretação dos motivos que levam os indivíduos a agir de determinada forma, ou seja, é uma tentativa de reconstruir o significado interno e subjetivo que orienta a ação do sujeito. Já o conceito de “explicar” está relacionado à identificação das relações causais objetivas entre fenómenos sociais, ou seja, consiste em definir a forma como certos eventos ou ações se ligam por determinadas circunstâncias e consequências. A explicação procura perceber as leis gerais ou padrões que conduzem o comportamento social, indo além da interpretação subjetiva para analisar as conexões sistêmicas e estruturais que moldam a sociedade. Em suma, no processo de “explicar”, procura-se identificar as causas que determinam as ações e os eventos sociais, de forma mais objetiva e observável do que a compreensão subjetiva. Assim sendo, enquanto “compreender” é um processo interpretativo, “explicar” refere-se a um processo causal.

Norteou-se a presente investigação nesse sentido, procurando as alternativas metodológicas mais indicadas para estudar a temática e salientando que a maioria dos autores que constam na pesquisa bibliográfica optaram também por um percurso metodológico qualitativo semelhante, com recurso a entrevistas semiestruturadas.

Pretende-se, com este estudo, contribuir na busca de uma melhor compreensão do fenómeno da violência associada ao futebol, constituindo um sinal de alerta para a necessidade de reformular políticas e medidas que garantam o bem-estar e a segurança

dos árbitros, sendo elementos imprescindíveis para assegurar uma prática desportiva imparcial e estável.

O primeiro capítulo deste trabalho constitui-se como o capítulo teórico, pois visa apresentar o “Estado da Arte” de tudo o que foi escrito até agora, acerca do fenómeno em estudo. O segundo capítulo procura apresentar a metodologia que foi empregue para o trabalho e no terceiro capítulo procede-se ao estudo empírico. Posteriormente, expõem-se as conclusões e considerações finais e, por fim, apresentam-se as referências bibliográficas, os anexos e os apêndices.

1 – Enquadramento Teórico e Conceptual

No presente capítulo irá ser abordada uma panóplia de conceitos inerentes ao mundo da arbitragem e ao próprio árbitro. Sendo que se debruça, primeiramente, sobre o contexto histórico desta profissão e do surgimento das primeiras formas de violência, contra este tipo de profissionais. De seguida, refere-se os vários tipos de violência e a forma como estes influenciam as diversas esferas da vida, do árbitro de futebol. Importa também relevar que se mencionou a questão dos árbitros vistos como “mais vulneráveis” à violência, tendo em conta que a taxa de desistência destes é superior aos demais e existe uma necessidade acrescida de os reter e proteger.

1.1. O Árbitro

O árbitro tem uma tarefa difícil, justificada pela própria dinâmica do futebol. A arbitragem, em si, é complexa, de grande responsabilidade e requer capacidade de tomada de decisão, num curto espaço de tempo e num cenário de alta exposição a pressões e críticas, por parte de terceiros (Nogueira, 2020). No entanto, e de acordo com Da Silva, Rodriguez-Añez & Frómeta (2002), o árbitro durante muito tempo foi visto como uma figura secundária no futebol, sendo que apenas com o passar do tempo este viria a ter mais poderes. A investigação sobre o papel do árbitro, embora considerado uma figura importante, é muito reduzida e não recebe a atenção necessária da comunidade científica (Nogueira, 2020), que sempre se focou mais nos jogadores e/ou treinadores (Gillué et al., 2018).

O primeiro árbitro de futebol surgiu no século XIX, sendo que este inicialmente apenas intervinha quando uma das equipas reclamava e, sem apito, daria uso à sua voz para parar o jogo (Da Silva, Rodriguez-Añez & Frómeta, 2002). Essencialmente, o árbitro de futebol é responsável por fazer cumprir as regras estabelecidas e penalizar quando estas não são cumpridas (Praschinger, Pomikal & Stieger, 2011). Segundo Nogueira (2020), o árbitro é considerado um atleta, cuja função também passa por garantir que a partida decorre conforme os critérios de segurança e integridade desportiva. É também, um atleta que se distingue por determinadas características, tais como, a identificação com a modalidade, o envolvimento no futebol como prioridade, o conhecimento das regras, está também treinado e preparado fisicamente, entre outras características (Gillué et al., 2018). Posto isto, espera-se que o árbitro seja capaz de, num só momento, observar, analisar, constatar, interpretar, julgar e punir ou absolver, qualquer um dos intervenientes da partida,

mencionados anteriormente (Manzolello *cit in.* Da Silva, Rodriguez-Añez & Frómeta, 2002).

De um modo geral, o árbitro deve ter capacidade de, simultaneamente, aplicar as regras da modalidade de forma literal (como se encontram descritas na legislação da mesma) e apresentar flexibilidade em determinadas circunstâncias da partida (Praschinger, Pomikal & Stieger, 2011). No entanto, este só começou a ter e a exercer o seu poder de punição e de decisão, por sua própria iniciativa e não pelo apelo de terceiros, a partir de 1896 (Da Silva, Rodriguez-Añez & Frómeta, 2002). Quem dita, atualmente e globalmente, as regras do futebol é a FIFA² e, segundo Miguel, Saiegh, & Satyanath (2008), estas deixam clara a indispensabilidade do árbitro. Todo o jogo de futebol necessita de um árbitro para aplicar ações disciplinares mediante as regras do jogo, sendo que estas estabelecem o tipo de penalidade para cada tipo de infração, má conduta e/ou comportamento agressivo. Tal como sugere Da Silva, Rodriguez-Añez & Frómeta, (2002) todas as decisões ocorridas durante a partida passaram a ser da responsabilidade do árbitro, acabando por ser um fator influenciador no resultado do jogo.

Da Silva, Rodriguez-Añez & Frómeta (2002) recorrem à definição de Faria para referir que o árbitro é um ser humano e erra como qualquer outra pessoa. Um lance poderá ter sido mal interpretado, pelo posicionamento do árbitro no campo ou até poderá não ter tido tempo suficiente para analisar o lance, etc. Para algumas pessoas, o árbitro errar é um ato imperdoável e este fá-lo de “má-fé”, sobretudo se a equipa favorita do espectador não ganhar, sendo que é quase impossível terminar a partida agradando ambas as partes envolvidas. Reis, Mazo, & da Silva (2013) salientam que quando, por exemplo nos vários canais de comunicação social, se fazem comentários de forma equivocada acerca das decisões e/ou da *performance* geral do árbitro durante a partida, isso potencia a criação de uma imagem negativa que a sociedade tem deste tipo de profissionais. Juntamente com os fanatismos em torno do futebol, e de acordo com Da Silva, Rodriguez-Añez & Frómeta, (2002), qualquer pessoa pode ser levada a perpetrar atos de violência, independentemente do seu nível sociocultural.

² *Fédération Internationale de Football Association*

1.2. Violência contra os árbitros

1.2.1. A hostilidade em redor da arbitragem futebolística

O Desporto, tendo componentes físicas e competitivas, combina uma série de elementos hostis e, desta forma, a linha que separa a agressividade desportiva e a violência caracteriza-se como ténue (Tamir, 2020). Antecedendo ao início da Primeira Guerra Mundial, a violência no futebol já seria direcionada para os árbitros e jogadores das equipas visitantes (Novo, 2023). De acordo com Polat, Sonmezoglu & Yalcin (2017), o ambiente social e laboral dos árbitros caracteriza-se como hostil, dado que estes são alvos de humilhação e insultos, críticas ofensivas/destrutivas, assédio sexual, ameaças e agressão física. Segundo Monteiro, Silva & Soares (2014), o fenómeno da violência, enquanto processo sociocultural, atinge o futebol amador e o profissional, tendo como principais agentes os próprios atletas, os apoiantes/claques e os dirigentes dos clubes.

Para Reis, Mazo, & da Silva (2013), os jogadores do sexo masculino são os que participam em mais atos de violência, sendo estes motivados por sentimentos de frustração, desilusão e parcialidade (Simmons, 2006). Em contrapartida, e segundo Reis, Mazo, & da Silva (2013), as jogadoras do sexo feminino são mais penalizadas que os homens, reforçando assim os estereótipos de género, dada a identidade altamente masculinizada do futebol e a agressão ser vista como uma característica típica do homem, normalizando-a. Já a violência perpetrada por espectadores deve-se ao facto de estes serem parciais, estarem mal posicionados para conseguir analisar as jogadas com precisão e escasso conhecimento das regras da modalidade (Simmons, 2006). De um modo geral, considera-se que a violência direcionada aos árbitros constitui uma parte da própria identidade destes mesmos agentes (Forbes, Edwards, & Fleming, 2015). Polat, Sonmezoglu & Yalcin (2017) indicam que a existência deste tipo de comportamentos violentos por parte destes agentes, direcionados aos árbitros de futebol, se deve, entre outros fatores, a rivalidades, nepotismo, regionalismo, inveja, “luta” por promoções e lacunas na legislação. Reis, Mazo, & da Silva (2013) apontam que, enquanto a *performance* dos jogadores durante a partida for percebida como agressiva, os espectadores e os apoiantes da modalidade são, por consequência, exortados a adotar comportamentos violentos.

Reis, Mazo, & da Silva (2013) citam Boschilia para afirmar que a prevenção e controle da violência são influenciadas pelas instituições envolvidas na modalidade, como por

exemplo: os tribunais desportivos, os órgãos de comunicação, entre outras. O dirigente da modalidade também detém a responsabilidade do combate à violência e a sua consequente denúncia (Da Silva, Rodriguez-Añez & Frómeta, 2002). Polat, Sonmezoglu & Yalcin (2017) salientam isso mesmo. Para além dos jogadores, dos treinadores e dos espectadores, os próprios dirigentes praticam os atos de violências mencionados anteriormente, antes, durante e fora do contexto da partida. Estes mesmos autores acrescentam que os dirigentes/executivos das entidades desportivas exercem violência psicológica nos árbitros, através de exclusão social, exclusão das convocatórias e/ou convocatórias para arbitrar partidas de escalões inferiores, falta de objetividade na avaliação da *performance* na arbitragem, entre outras formas de violência.

Considera-se que o futebol em si não é violento, apenas está associado a rituais de violência simbólica que posteriormente a materializa (Monteiro, Silva & Soares, 2014), tomando variadas formas e direções (Tamir, 2020). Pela sua natureza multifacetada, convém distinguir a agressão verbal e a agressão física (Friman, Nyberg & Norlander, 2004).

1.2.2. Agressão Verbal vs Agressão Física

Primeiramente, importa salientar que “violência” e “agressão” não são sinónimos, dado que a violência se caracteriza por grande intensidade, destruição e ligação ao comportamento humano (Liu, 2004). O conceito de violência, segundo a *World Health Organisation* (2004), define-se pelo uso da força física ou poder, em ameaça ou na prática, que resulte ou vá resultar em: dano físico e/ou psicológico, sofrimento, mau desenvolvimento, privação e/ou até mesmo na morte. A diferença entre "violência" e "agressão" reside principalmente na intencionalidade e nas formas que cada uma pode assumir (Liu, 2004). Assim sendo, o conceito de “agressão” consiste num ato não legitimado pela norma social de um determinado grupo, sendo que é praticado com o intuito de causar dano ou prejuízo a outrem e, por sua vez, estes percecionam este dano ou prejuízo como fruto desse mesmo ato (Maia et al., 2016). Em suma, a violência é um conceito mais amplo que engloba a agressão, mas inclui também ações que podem ou não ser intencionais e que têm como consequência os danos referidos anteriormente. A violência, portanto, abrange não só os próprios comportamentos agressivos individuais, mas também os sistemas opressivos que perpetuam danos a nível social (Liu, 2004).

Segundo Folkesson et ali. (2002), a agressão verbal define-se como um conjunto de expressões verbalizadas e direcionadas ao árbitro, sendo percecionadas e experienciadas de forma negativa. A agressão pode ser verbalizada, por exemplo, sob a forma de: insultos, ameaças, difamação (Friman, Nyberg & Norlander, 2004), *cyberbullying* (Gorczyński & Webb, 2021), condenação, descrédibilização e linguagem hostil, no geral (Devís-Devís, Serrano-Durá & Molina, 2021). O abuso verbal perpetrado pelos jogadores é percecionado como um ataque à inteligência do árbitro (Praschinger, Pomikal & Stieger, 2011). No entanto, o desconhecimento das regras, por parte do público, foi considerado como uma das principais causas deste mesmo abuso (Devís-Devís, Serrano-Durá & Molina, 2021). Pode-se considerar que existe uma clara relação entre a agressão verbal e a agressão física, na medida que a proximidade entre os jogadores e a equipa de arbitragem constitui a oportunidade ideal para passar das palavras aos atos (Dawson, Webb & Downward, 2022). Segundo Yusoff & Hafizah (2015), a utilização de insultos e linguagem provocatória, nos recintos de futebol, continua até a violência física se iniciar. Por exemplo, um árbitro/fiscal de linha vítima de agressão verbal e, posteriormente, física acabou por ficar inconsciente e morrer passado algumas horas, em 2012, nos Países Baixos (Mohamed *cit in.* Dawson, Webb & Downward, 2022).

A agressão física define-se como uma panóplia de ações com a clara intenção de atacar o árbitro fisicamente, perpetradas por jogadores, treinadores e/ou espectadores (Folkesson et ali., 2002). Já as ameaças, enquanto formas de discurso, configuram uma agressão verbal, associada a violência física iminente (Friman, Nyberg & Norlander, 2004). De acordo com Gill, citada num estudo de Friman, Nyberg & Norlander (2004), o conceito agressão física pode definir-se como o ato físico de tentar perturbar e/ou danificar a integridade física de outrem, através da aplicação da força física/corporal. Atos como empurrões, socos ou pontapés (Folkesson et ali., 2002), “cuspidelas”, ataques de proximidade com recurso a arma branca ou outro tipo de objetos ³, arremesso de objetos⁴ (Devís-Devís, Serrano-Durá & Molina, 2021), configuram o que se entende por agressão física (Folkesson et ali., 2002). Relativamente ao arremesso de objetos, Novo (2023)

³ Na década de 50, em Belgrado, os apoiantes de uma das equipas entraram dentro de campo armados com: facas, martelos, marretas e varas de metal. Desta forma, os agentes acabaram por agredir violentamente o árbitro (Carnibella et ali., 1996)

⁴ Em 2010, num *derby* entre o Futebol Clube do Porto e o Sport Lisboa e Benfica, foram arremessadas várias cadeiras por parte da claque dos *Super Dragões*, que foram arrancadas dos locais onde se encontravam, atingindo o árbitro da partida e o guarda-redes do coletivo benfiquista (Gomes, 2013).

refere que em incidentes desta natureza chegariam a envolver objetos incomuns como, por exemplo, um guarda-chuva. O objetivo dos fãs seria a criação de uma atmosfera intimidatória e de constante pressão, sendo que arremessar objetos para dentro de campo contribui para esse fim (Tamir, 2020).

1.2.3. Outras formas de violência

Um ambiente hostil como o existente nas partidas de futebol (Forbes, Edwards, & Fleming, 2015) abarca comportamentos de violência psicológica e constante pressão e assédio que, quando manifestados de forma organizada, são designados de *mobbing* (Polat, Sonmezoglu & Yalcin, 2017). Os jogadores, treinadores, espectadores, entre outros, sendo que partilham uma identidade coletiva e diversos objetivos em comum (Deví-Devís, Serrano-Durá & Molina, 2021), cooperaram para defender os seus interesses (Maia et al., 2016). Posto isto, e de acordo com Polat, Sonmezoglu & Yalcin (2017), o *mobbing* é definido por atos comportamentos/negativos, direcionados a um ou mais indivíduos, num determinado ambiente de local de trabalho, por um determinado período, através de por exemplo, insultos, ofensas à integridade física, exclusão social e/ou vários tipos e formas de assédio. O *mobbing* tem como objetivo base perturbar o alvo, considerado como intruso pelos indivíduos ou grupos em cooperação, deixando-o inoperante (Maia et al., 2016). No entanto, importa salientar que a panóplia de atos violentos, direcionados a árbitros, não se pode considerar como *mobbing* apenas por 2 razões: os mesmos atos raramente são praticados em todas as partidas e os intervalos dificultam a padronização; os atos praticados raramente decorrem sempre no mesmo sítios, visto que os árbitros podem ser agredidos antes, durante ou depois da partida (Polat, Sonmezoglu & Yalcin, 2017).

Outra forma de violência, sem a componente física, define-se como “violência simbólica”, visto que esta incorpora formas subtis e indiretas de agressão, frequentemente realizadas de maneira óbvia ou camuflada, dado que estas estão enraizadas na própria cultura dos agentes (Deví-Devís, Serrano-Durá & Molina, 2021). De facto, e de acordo com Kellet & Shilbury (2007), o abuso direcionado a árbitros é considerado aceitável socialmente pelos jogadores, treinadores e espectadores, sendo que os próprios árbitros já esperam e normalizam a sua vitimação. Num estudo conduzido por Devís-Devís, Serrano-Durá & Molina (2021) observou-se que, quando os árbitros participantes banalizavam a violência verbal convencional estariam simultaneamente a abrir uma janela de oportunidade e legitimação para a violência simbólica. No lugar de recorrer a

insultos aleatórios ou palavrões, a violência pode tomar diferentes formas, tais como, o racismo, o sexismo, a homofobia, entre outras (Mojtahedi et ali., 2021). Para Devís-Devís, Serrano-Durá & Molina (2021), quando os árbitros recebem insultos por parte dos espectadores, sem estes sequer saberem a nacionalidade/etnia do próprio árbitro, considera-se que há uma tentativa de afetar a esfera profissional e não esfera pessoal.

1.2.4. Árbitros mais vulneráveis

A propósito dos árbitros mais vulneráveis, importa considerar o estudo conduzido por Forbes, Edwards & Fleming (2015). Estes autores consideram que os árbitros, no geral, acabam por ser alvos de violência simbólica pelas diversas características que, aos olhos dos agressores, se desviam da “norma” (por exemplo: o peso/forma corporal, se é calvo, se usa óculos, entre outras). Já as árbitras, por norma, experienciam comentários de natureza sexista, questionando as suas competências para exercer a sua profissão (Mojtahedi et ali., 2021). Além destas profissionais serem alvo de insultos convencionais, são também vítimas de violência sexista e, portanto, as árbitras acabam por normalizar e aceitar este tipo de comportamentos, como mecanismo de defesa/estratégia de *coping* (Devís-Devís, Serrano-Durá & Molina, 2021).

Relativamente ao fator “idade”, segundo Folkesson et ali. (2002), os árbitros mais jovens são os mais propícios a ser vítimas de ameaça e/ou agressão. De acordo com os dados recolhidos num estudo conduzido por Forbes, Edwards & Fleming (2015), árbitros de idade mais avançada, mas inexperientes, seriam menos propícios a ameaça e agressão, em comparação aos árbitros jovens com vasta experiência na arbitragem. Para Polat, Sonmezoglu & Yalcin (2017), os árbitros mais jovens são mais influenciados por fatores como a preocupação *prematch*⁵ e a falta de concentração (face a insultos e outros atos de agressão verbal), comparativamente aos árbitros mais velhos. Alguns autores defendem a ideia de a “experiência de vida” ser um fator determinante na atenuação/prevenção da escalada da violência, enquanto outros autores defendem que árbitros de idade avançada podem simbolizar uma figura paternal/patriarcal e verdadeiramente merecedora de respeito, em comparação aos árbitros jovens (Forbes, Edwards & Fleming, 2015). Polat, Sonmezoglu & Yalcin (2017) defendem que estes profissionais, pela sua faixa etária e

⁵ “*Prematch Worry*” – termo inglês utilizado para designar a “preocupação que os árbitros sentem antes de arbitrar uma partida de futebol” (ver *Glossário – Apêndice B*).

suas características, devem ser protegidos do ambiente hostil e dos comportamentos violentos associados a este.

1.3.Experiências de Agressão e Vitimação

1.3.1. Conceptualizações

Considerando os objetivos enunciados para este trabalho, afigura-se fundamental abordar o conceito de experiência social. Dubet (1994), refere-se a este conceito como a existência de relações dinâmicas e reflexivas que o indivíduo mantém com o seu meio social. Quanto mais complexo este for, maior a obrigação de os indivíduos construírem a sua própria identidade e sentido de ação. Porém, a socialização nunca é total e, portanto, os indivíduos acabam por construir a sua autonomia, a sua própria experiência, desenvolver críticas e explicações para as suas vivências. Segundo Turner & Schechner (1988), a experiência é constituída, não somente por observações e reações, mas também de conhecimento cumulativo, sendo assim considerado um corpo vivo e em constante crescimento, por absorver memórias e experiências individuais e coletivas – a cultura, as tradições e costumes duma comunidade são exemplos/resultado dessas mesmas experiências.

De acordo com Liu (2004), as experiências de agressão caracterizam-se pela coexistência de determinados fatores antecedentes, como os estímulos externos, a influência do meio social, a violência no seio familiar e nos media, entre outros; os estímulos internos, como o funcionamento do cérebro e outros fatores biológicos; o ser vivo, como veículo de estímulos internos que regula e interpreta os estímulos externos que recebe e age em prol desta compreensão. As consequências de uma experiência de agressão podem, por exemplo, traduzir-se em sentimento de auto preservação; rejeição; dano físico, psicológico, financeiro e trauma emocional, entre outras.

Estas experiências ficam armazenadas numa espécie de base de dados humana, de acordo com o cariz do evento vivido (Gollwitzer, Süßenbach & Hannuschke, 2015). Por outras palavras, retém-se uma memória desta experiência e cria-se uma potencial antecipação da sua possível repetição que permite a criação de ferramentas de resposta e resolução de situações de conflito e tensão, procurando a solução mais satisfatória (Smith, Pao & Schweig, 1973). De acordo com Gollwitzer, Süßenbach & Hannuschke (2015), a memória originada pela experiência contribui para um sentimento generalizado de desconfiança, sendo que para o agredido é expectável que os outros não tenham boas intenções e uma interpretação imprecisa das intenções dos outros pode resultar no

aumento do nível de sensibilidade à vitimação. No entanto, deve-se salientar que a memória da experiência de vitimação nunca é retida na totalidade e perdem-se gradualmente informações/detalhes sobre a mesma, porque o esquecimento é visto como uma maneira de lidar com o facto experienciado e os seus impactos (Spencer, 2011).

Para Fattah *cit in*. Maia et al. (2016), a vitimação trata-se de um conceito complexo e geralmente detém uma conotação negativa, dado que se centra num acontecimento indesejável, ou de consequências indesejáveis, perpetrado por um indivíduo, grupo, organização ou força externa. Sani & Azevedo (2021) salientam que o(s) indivíduo(s) vitimado(s) vivenciam uma experiência, fruto do contacto com a violência e as suas diversas naturezas, sendo percebida como real e com tendência a produzir um efeito negativo na(s) sua(s) vida(s). Segundo Dignan *cit in*. Maia et al. (2016), o processo de vitimação é composto por três fases:

- a) Primeira fase ou fase de “vitimação primária” – compreende a interação entre o agressor e a vítima, juntamente com os efeitos posteriores ao facto.
- b) Segunda fase – inclui a reação da vítima ao facto, bem como potenciais mudanças na sua auto percepção como resultado da própria vitimação, assim como a sua reação a essa autoavaliação.
- c) Terceira fase – consiste nas interações que poderão ocorrer posteriormente, entre a vítima e as instâncias de controlo formal⁶, como reação à experiência de vitimação. É nesta fase que a poderá surgir a vitimação secundária, caso estas interações impactem a vítima negativamente.

Deste modo, assim que o indivíduo é etiquetado de “vítima”, existe uma tentativa de atenuação da gravidade real da própria experiência e, portanto, existe também uma necessidade de recolher a descrição da mesma, de modo a compreender os impactos e significados atribuídos aos eventos traumáticos (Spencer, 2011). De acordo com Sani & Azevedo (2021), a vitimação secundária ocorre quando um indivíduo sofre danos acrescidos, cuja origem destes não é o ato violento praticado contra si primeiramente, mas fruto da forma como outros indivíduos e as instituições lidam com a vítima. Spencer (2011) salienta que a vítima ao prestar o seu testemunho, de certa forma, significa que sobreviveu para contar a sua história e conta a história porque sobreviveu. Assim sendo,

⁶ Exemplo: os órgãos de polícia criminal, os tribunais, etc.

a exposição repetida ao ofensor, a repetição dos interrogatórios acerca dos factos ocorridos, a utilização de linguagem inapropriada e comentários insensíveis, podem contribuir para a vitimação secundária. Desta forma, a abordagem das polícias, para com a vítima, pode infligir um efeito de reverberação da própria experiência de vitimação, revivendo-a. (Spencer, 2011). Segundo Sani & Azevedo (2021): Nesta linha, o conceito de “vitimação secundária” coincide com o conceito de “revitimação”. Deste modo, o próprio sistema de justiça, em vez de proteger e salvaguardar a vítima, pode tornar-se uma fonte de vitimação secundária.

Deve-se, portanto, partir do pressuposto que as experiências de vitimação são únicas e insubstituíveis (Spencer, 2011), sendo que dependendo da relevância para a vítima, da imprevisibilidade e da incontabilidade, estas vivências poderão exercer um grande impacto nas crenças desta e fomentar sentimentos de desconfiança generalizados (Gollwitzer, Süßenbach & Hannuschke, 2015). O quotidiano do indivíduo e a sua forma de viver adaptam-se aos impactos da vitimação, ganham aversão aos outros, modificam a rotina e evitam determinados lugares/espacos, sendo que tudo isto afetará as suas relações sociais (Spencer, 2011).

1.4. Impactos da Experiência

1.4.1. Na vida pessoal – o árbitro, a família e o grupo de pares

Os árbitros e as suas decisões de grande responsabilidade atraem a atenção do público e dos media (GÜLLE et al., 2017). Se este comete erros constantemente, no exercício das suas funções, poderá experienciar stress, sentimento de culpa, sintomas de depressão e/ou ansiedade, danos da sua reputação, redução/perda de patrocínios e prémios, entre outros impactos (Dekker, 2009; Gorczynski & Webb, 2021). Quando um erro em contexto de trabalho, por parte do próprio profissional, é altamente criticado e/ou resultou num desfecho extremamente reprovável, poderá resultar numa baixa médica, desistência/demissão ou, até mesmo, em suicídio (Dekker, 2009). De facto, este tipo de experiências negativas, quando vividas de forma crónica no local de trabalho, aumentam a probabilidade de este tipo de profissionais procurar ajuda clínica (Aquino & Thau, 2009).

A causa principal do stress, segundo GÜLLE et al. (2017), é a exposição dos árbitros a violência física e verbal e, de facto, um ambiente de trabalho violento pode levar a sintomas de stress (Cleland, O’Gorman & Webb, 2018), dada a constante pressão em torno da arbitragem e a perceção da violência do próprio árbitro (GÜLLE et al., 2017). Para Gorczynski & Webb (2021), a literatura atual foca-se na ideia de atos de assédio e

de abuso serem a fonte principal de stress nos árbitros. Porém salienta-se que o *feedback* negativo dos espectadores, treinadores e pais reforçam sentimentos negativos, como o stress, especialmente em árbitros que apresentem níveis mais elevados de medo/receio de agressão física ou conflitos interpessoais (Cleland, O’Gorman & Webb, 2018). Ou seja, a perceção da violência pode ser considerada um fator potenciador de stress e ansiedade, sendo que está negativamente correlacionada com a autoestima do próprio árbitro (GÜLLE et al., 2017).

De acordo com Dignan *cit in*. Maia et al. (2016), as experiências de vitimação afetam negativamente as relações com a família, amigos e colegas e trabalho. De facto, o stress tem um profundo impacto na saúde mental destes indivíduos, afetando laços familiares (Webb et al 2020). Estes importantes laços são também atacados quando os erros dos profissionais são fortemente publicitados e criticados, sendo que além do stress gerado, acrescem outros potenciais desfechos que afetam o árbitro e a sua família, tornando-se uma fonte de stress e ansiedade para a vida destes, tais como: a perda do emprego, a perda de rendimentos e/ou até mesmo resultar em divórcio (Dekker, 2009). Salienta-se também, que relativamente a atos de violência direcionados às famílias dos árbitros, houve casos em que recebiam ameaças de morte e/ou ameaças de forma continuada ⁷ (Devis-Devis, Serrano-Durá & Molina, 2021). No entanto, segundo Downward, Ward & Dawson (2023), os sentimentos de motivação e compromisso, com o devido suporte familiar, podem ajudar na mitigação de todos estes impactos negativos. De facto, e convergindo com Aquino & Thau (2009), uma das principais estratégias, para fazer face a esta problemática, passa por procurar apoio no seio familiar, nos amigos, nos colegas de profissão, nas organizações e/ou profissionais de saúde, entre outros.

1.4.2. Na vida profissional

Eventos agressivos exercem uma influência negativa no desempenho do emprego, sendo que esta consegue ser observada na própria *performance* laboral, no grau de satisfação do trabalhador, no *stress* relacionado com o trabalho, entre outros indicadores (Glomb, 2002). Os árbitros têm acusado sinais de *stress* e ansiedade, dadas as frequentes agressões sofridas, constante sensação de insegurança e medo (Mojtahedi et al., 2022). Para Polat,

⁷ Caso do árbitro internacional Howard Webb e da sua família que, durante vários meses após o jogo Polónia x Áustria do Campeonato Europeu de Futebol 2008, precisou de proteção policial.

Sonmezoglu & Yalcin (2017), é o próprio ambiente organizacional que faz com que os árbitros experienciem frustração e insatisfação no trabalho, o *burnout* e o stress. Esta experiência, de ser vítima em contexto de trabalho, é designada por “*workplace victimization*”, dado que o bem-estar do trabalhador é atacado através da prática da agressão, perpetrada por um ou mais autores da mesma organização (Aquino & Thau, 2009). Um ambiente de violência psicológica e constante pressão afeta negativamente a própria estrutura organizacional e, conseqüentemente, potencia uma redução no desempenho e um aumento das atitudes, comportamentos e sentimentos negativos entre colegas de profissão (Polat, Sonmezoglu & Yalcin, 2017), como por exemplo: falta do sentimento de pertença; desvalorizar e desprezar os outros; um sentimento de desconfiança generalizado (Aquino & Thau, 2009).

As agressões, a insegurança, o medo e as faltas de respeito, no geral, têm vindo a ser fortemente associadas à desistência dos árbitros (Mojtahedi et al., 2022). De acordo com Aquino & Thau (2009), a solução encontrada pelas vítimas para lidar com o impacto da experiência de vitimação passa pela evitação, sendo que esta pode traduzir-se: no absentismo no trabalho; nas tentativas de ignorar e evitar o agressor e os seus comportamentos; na demissão/abandono da carreira. Segundo Cleland, O’Gorman & Webb (2018), no geral, os árbitros identificam três principais razões para a desistência/abandono: a falta de apoio organizacional e institucional, realçando a falta de orientação e de *feedback* por parte dos corpos que regulam a modalidade; os motivos pessoais (como por exemplo: os impactos psicológicos da agressão); a própria dinâmica da partida, sendo esta fonte de intimidação e sentimento de isolamento). Já a decisão de desistência das árbitras, em particular, é influenciada também pelo constante preconceito e assédio sexual direcionado a elas, dado que impacta gravemente a sua saúde mental e a sua carreira (Mojtahedi et al., 2022). Glomb (2002) afirma que a acumulação de experiências de agressão pode, de facto, ser um fator influenciador para o indivíduo a demitir-se do seu emprego, enquanto o respeito, por outro lado, está associado à taxa de retenção dos árbitros (Mojtahedi et al., 2022).

1.4.3. Na performance

A tarefa de arbitrar um jogo de futebol, dado o seu papel crucial e decisivo na modalidade, atrai a atenção das massas para o árbitro e a sua performance, sendo que esta decorre sob condições de alta pressão dos espectadores e ainda sob possibilidade de atrair comportamentos de violência verbal e física (GÜLLE et al., 2017). De facto, e de acordo

com Carnibella et al. (1996), existe uma associação direta entre a violência e o jogo de futebol em si, dado que qualquer má decisão da equipa de arbitragem pode despoletar tensão entre os espectadores. Deste modo, a performance do árbitro é ainda mais dificultada pelo facto de estes profissionais terem de tomar decisões em curto espaço de tempo e sob alta-pressão, as quais, quando são más, têm consequências económico-financeiras e sociais para os clubes, jogadores e fãs (Kilic et al., 2018).

Os fãs pretendem criar uma atmosfera de medo e constante pressão, através de atos violentos, e assim conseguir influenciar a performance do árbitro e as suas decisões, a favor da equipa apoiada (Tamir, 2020). Uma das razões mencionadas para os comportamentos violentos dos fãs/espectadores é o facto de algumas decisões do árbitro serem adjetivadas de “injustas” ou “influenciadas” (Yusoff & Hafizah, 2015), sendo que a violência, além dos insultos convencionais, chega a ser instrumentalizada sob a forma de arremesso de objetos (Tamir, 2020). Portanto, e de acordo com Yusoff & Hafizah (2015): se o árbitro toma uma decisão, que favorece uma das equipas, ninguém faz nenhuma observação; se o árbitro toma uma decisão vista como errada, os fãs começam a manifestar sentimentos de insatisfação e raiva, através de insultos, assobios e outras formas de violência. Por exemplo, se for atribuído o cartão vermelho a um jogador da equipa da casa, o árbitro será altamente insultado e vaiado (Webb, 2018). Ironicamente, e segundo Webb, Cleland & O’Gorman (2017), a pressão da atenção do público e o chamado *crowd noise*⁸ influenciam negativamente a própria qualidade da performance e das decisões tomadas. De facto, e de acordo com Reis, Mazo, & da Silva (2013), a constante exposição a ameaças e violência tem impactos na concentração, no desempenho e na motivação dos árbitros. Não somente influenciando as decisões, mas o próprio árbitro pode acabar por perder controlo total da partida (Mojtahedi et al., 2021).

Coulomb-Cabagno, Rascle & Souchon (2005) afirmam que as decisões tomadas pelos árbitros seriam em função da experiência deste e não em função da avaliação da infração, em si, dado que é muita informação distinta para absorver num só momento. A qualidade das decisões tomadas é avaliada segundo parâmetros, tais como: a atenção, a concentração, a capacidade de perceção, a capacidade de memória a curto e longo prazo, a imaginação mental (GÜLLE et al., 2017), a idade, a experiência e a sua história de vida (Friman, Nyberg & Norlander, 2004). Assim sendo, não se pode justificar as falhas na

⁸ Atmosfera de ruído gerada por gritos, insultos e assobios provenientes das bancadas.

tomada de decisão com apenas o ambiente de pressão vivido no estádio (Webb, 2018). Fruchart & Carton (2012) acrescentam que a tomada de decisão é influenciada também pelo controlo das emoções e o estado psicológico em que se apresenta o árbitro na partida, sendo que este deve aparentar estar calmo, de maneira a apaziguar e mediar os níveis de agressividade entre os jogadores (Simmons, 2006). Para Folkesson et. al (2002), o fator idade não influencia a motivação e a *performance*, mas sim o facto de o árbitro ter uma atitude pessimista ou não. Os árbitros pessimistas demonstram níveis mais baixos de motivação, *performances* empobrecidas e menos capacidade para lidar com a exposição à violência (Friman, Nyberg & Norlander, 2004).

A performance e concentração dos árbitros mais jovens, segundo Folkesson et. al (2002), é altamente influenciada pela violência e/ou perceção desta, podendo levar a um sentimento de tensão antes da partida e conseqüentemente impactar as suas decisões, no decorrer da mesma (Webb, 2018). Assim sendo, e de acordo com Friman, Nyberg & Norlander (2004), os árbitros mais jovens são os mais propícios a ser alvo de ameaça e/ou agressão, os que mais demonstram níveis mais baixos de concentração e sinais de preocupação *prematch* (Polat, Sonmezoglu & Yalcin, 2017). Variáveis como a cor dos uniformes, a reputação das equipas e a arbitragem em jogos anteriores, com essas mesmas equipas, impactam a performance do árbitro (Coulomb-Cabagno, Rasclé & Souchon, 2005), levando o árbitro com atitude pessimista a estar mais exposto a ameaças e agressões (Folkesson et. al, 2002).

Os árbitros necessitam de constante *feedback* neutro e informativo, acerca das suas *performances*, de maneira a corrigirem os seus erros anteriormente cometidos e aprender a filtrar as críticas construtivas das críticas destrutivas e, assim, fomentar a sua autoestima (Simmons, 2006). Pois de acordo com Reis, Mazo, & da Silva (2013), os comentários que tecem, relativamente ao desempenho dos árbitros, constituem uma difamação ao trabalho dos mesmos e nenhum trabalhador merece estar num ambiente de trabalho com este tipo de pressão.

2 – Metodologia de Investigação

A metodologia de investigação é a expressão dos meios utilizados pelos autores na busca pelo conhecimento empírico, constituindo uma combinação das várias condutas que estes devem ter em consideração, no decorrer de toda a pesquisa (Coutinho, 2014). Posto isto, o presente estudo irá ser realizado através de uma metodologia qualitativa, visto que os dados a recolher são de natureza subjetiva (por exemplo: palavras, expressões, entre outros dados não numéricos). Importa também salientar que a presente investigação detém um carácter descritivo, tendo em conta que se está a abordar um fenómeno investigado previamente.

A escolha desta é justificada pela análise e apreciação de toda a bibliografia incluída neste estudo, sendo que a maioria dos autores recorreu a esta mesma metodologia. De acordo com Dawson, Webb & Dawnward (2022), a literatura existente, acerca dos impactos das agressões direcionadas a árbitros, tem sido maioritariamente qualitativa, pela simples razão de se conseguir uma visão mais rica e ampla das próprias experiências de vitimação e de agressão. De um modo geral, a metodologia qualitativa vai em busca de estudar as diversas experiências do quotidiano do indivíduo (Polkinghorn cit in. Devis Devis, 2021), tentar captar significados, definições, conceitos e descrições que os indivíduos atribuem a determinadas experiências das suas vidas (Kellet, 2007).

2.1. Método

Considera-se importante também relevar que a pesquisa bibliográfica previamente efetuada foi fundamental no decorrer de toda a investigação. Ela foi crucial para obter o máximo conhecimento possível acerca da problemática em estudo (a nível nacional e internacional), cruzar os dados obtidos nos diferentes países e procurar os pontos comuns nas abordagens metodológicas, de modo a escolher o método mais indicado para o efeito. Assim sendo, esta investigação foi suportada pelo recurso a entrevistas semiestruturadas, com uma aproximação fenomenológica.

A escolha das entrevistas acabou por resultar do facto de esta ser vista como a técnica mais adequada para compreender e tentar explicar os episódios de agressão/abuso experienciados pelos árbitros de futebol. De acordo com Polat, Sonmezoglu & Yalcin (2017), a fenomenologia é um método filosófico para analisar as memórias, os sentimentos, as expressões, as expectativas e experiências dos indivíduos. Estes autores consideraram a fenomenologia como uma lente que os permitiu observar, com maior

detalhe, as experiências de agressão dos árbitros participantes do seu estudo, conduzido na Turquia.

Scott & Marshall (2005), recorrendo ao filósofo alemão Edmund Husserl, afirmam que a “consciência” é vista como o único fenómeno que cada um de nós tem a certeza da sua existência. Assume-se que as nossas experiências do mundo, incluindo a nossa perceção de certos objetos através do nosso conhecimento, derivam da nossa consciência. Segundo Merleau-Ponty *cit in*. Akoun & Ansart (1999), acrescenta-se que o movimento fenomenológico considera as experiências do quotidiano dos indivíduos como significativas e, de certa forma, inaugura o conhecimento que faz do próprio fenómeno, portador de um sentido que só se pode descobrir indo às próprias coisas. Essas “coisas”, constituídas de memórias, sentimentos, expressões, expectativas e experiências, referem-se a um fenómeno que não se conhece na totalidade. Portanto, a fenomenologia é utilizada para isso mesmo, para expor os significados da experiência que um determinado sujeito experienciou, fruto de um determinado tópico ou evento na sua vida (Polat, Sonmezoglu & Yalcin, 2017), no caso do presente trabalho: uma agressão.

2.2. Participantes

Os participantes nesta investigação foram os árbitros agredidos durante a época desportiva 2023/2024 e encaminhados pela Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol, constituindo assim um universo.

Esta investigação decorreu no âmbito do protocolo que a Fundação Fernando Pessoa estabeleceu com essa mesma entidade. Foi, pois, a APAF a comunicar ao Observatório da Violência Associada ao Desporto, com o qual a APAF colabora em função do protocolo estabelecido, quais foram os árbitros agredidos e que aceitaram, diante desta, participar no presente estudo. Importa sublinhar que à luz deste mesmo protocolo está previsto o apoio psicológicos aos árbitros agredidos, nas clínicas de psicologia da Universidade Fernando Pessoa, caso estes o solicitem.

2.3. Instrumentos

Após a leitura e análise de toda a bibliografia considerada relevante para a presente investigação, dentro do espectro da metodologia qualitativa, optou-se pela técnica das entrevistas semiestruturadas. Considera-se que estas permitem dar resposta aos assuntos e objetivos estabelecidos para o estudo em causa, sendo que o instrumento criado para o efeito integra questões com vista a alcançar os objetivos propostos. Sendo que, do ponto

de vista de Adams (2015), as entrevistas semiestruturadas são bastante úteis, por exemplo, quando existe uma necessidade de fazer perguntas de resposta aberta e de compreender os pensamentos individuais e opiniões pessoais dos participantes.

Para a realização do presente estudo, tratando-se então de uma investigação de metodologia qualitativa, recorreu-se à realização de entrevistas semidiretivas, suportadas por um guião previamente elaborado. De acordo com Burgess (1997), este estilo de entrevista informal envolve uma série de temas e tópicos em torno das questões no decorrer da conversa. Com esta estratégia, pode-se dar oportunidade aos entrevistados para desenvolver e enriquecer as suas respostas.

Através da informação recolhida pela pesquisa bibliográfica e de acordo com os objetivos do trabalho propostos, foi elaborado um guião de entrevista. Este é constituído por 23 questões, divididas em 5 blocos⁹.

2.4. Procedimentos

Após a revisão bibliográfica, realizada através da leitura e interpretação de artigos científicos e outras fontes de investigação¹⁰, partiu-se para a criação de um guião de entrevista, que posteriormente se aplicou para recolher os dados que se pretendiam e se poder realizar o estudo empírico. Posteriormente, foi submetido um protocolo de investigação e respetivo formulário à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa (ver Anexo 1), sendo que nestes documentos encontravam-se presentes também a declaração de consentimento informado (ver Anexo 2), utilizado pela universidade, e o guião das entrevistas (ver Anexo 3).

Após os árbitros terem sido informados do(s) objetivo(s) do trabalho e aceitarem participar e serem entrevistados, a Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol encaminhou a identificação e contacto telefónico dos mesmos para o Observatório da Violência Associada ao Desporto e este, remeteu a informação para o autor do presente trabalho. Todos os árbitros participantes foram contactados via telefone (com o número telefónico fornecido pela APAF e com o consentimento do mesmo), sendo acordado o dia, hora e local (caso se tratasse de uma entrevista presencial), em função do interesse do entrevistado. Os árbitros puderam também optar por realizar a entrevista on-line, escolhendo também o dia e hora para a mesma.

⁹ Dados Sociodemográficos; *O Árbitro; A Experiência; A Vitimação; A Agressão.*

¹⁰ Por exemplo, diplomas legais referentes à regulamentação do futebol.

Logo neste primeiro contacto telefónico, foram novamente apresentados os objetivos do trabalho e foram dados todos os esclarecimentos pedidos. Todas as dúvidas colocadas pelos árbitros a propósito da investigação foram respondidas. Estes foram também informados que podiam recusar a resposta às perguntas e que, a qualquer momento, poderiam cessar a sua colaboração sem qualquer prejuízo pessoal, informando-os acerca do seu cariz voluntário. Os árbitros foram devidamente informados sobre o destino a dar às suas declarações. Foi-lhes também transmitido que as declarações seriam guardadas em local seguro até à data de término do trabalho, sendo posteriormente destruídas.

Antes mesmo de conduzir as entrevistas, foi novamente prestada uma explicação sobre o que consistia o estudo em causa e explicar na íntegra a intenção na realização das entrevistas para os participantes, de modo que os mesmos possuíssem na toda a informação necessária para realmente dar o seu consentimento, sendo lida novamente a Declaração de Consentimento Informado. Em qualquer dos casos, a entrevista só se iniciou após a aceitação, por parte do entrevistado, das condições enunciadas no formulário de consentimento informado. Sublinha-se, também, que a entrevista foi apenas gravada com a autorização do árbitro, sendo que o investigador se comprometeu a destruí-las após a conclusão do estudo. Posteriormente, procedeu-se então à elaboração do estudo empírico, nomeadamente, a condução de entrevistas de forma a obter resposta para as questões de investigação.

Como já foi referido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Neste tipo de entrevista, o entrevistador domina os temas que quer investigar e possui questões previamente definidas para incidir sobre esses mesmos temas. No guião de entrevista semiestruturada a ordem das questões não tem de ser seguida rigidamente, estas podem ser reformuladas e até há possibilidade de surgirem novas questões. Ao conduzir as entrevistas de forma semi diretiva permitiu-se ao entrevistado falar livremente, de forma muito pouco condicionada sobre os temas que lhe são propostos. Sendo que, segundo Bardin (1977), é pelo domínio da palavra, pelas suas lacunas e doutrinas, que o investigador pode reconstruir as atitudes e as representações reais dos indivíduos.

As entrevistas com os árbitros de futebol foram realizadas de forma individual e não-presencial, através da plataforma digital *Google Meets*. Esta situação deveu-se ao facto de os entrevistados residirem em diferentes regiões, de norte a sul de Portugal, optando por participar na entrevista no conforto das suas casas, tendo todos os meios e acessos

necessários para ingressar na videochamada. Sublinha-se que as entrevistas foram marcadas em função da disponibilidade dos participantes.

Após o término da fase da recolha de dados, analisaram-se os dados obtidos através das entrevistas, sendo que parte dos mesmos encontram-se transcritos no presente estudo. Os dados apresentados no capítulo correspondente foram selecionados com recurso a uma grelha (ver Apêndice A), baseada na análise de conteúdo de Bardin (1977). Esta abordagem foi adotada para evitar a transcrição integral das entrevistas, preservando a ética de confidencialidade e minimizando a presença de elementos identificativos dos árbitros participantes.

Na etapa de preparação do material foi fundamental a organização e preparação formal do mesmo, dado que todas as entrevistas realizadas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra (Bardin, 1977, pp.100). No que refere à preparação formal, foi necessária a “edição” dos textos das transcrições, evitando ao máximo a fragmentação em excesso do seu conteúdo. Desta forma, foi possível aferir a existência de diversos elementos relevantes para a análise.

Assim sendo, e seguindo as direções de Laurence Bardin (1977, pp. 95-102), a análise de conteúdo realizou-se de acordo com as seguintes etapas: a etapa de pré-análise, a etapa de a exploração do material e a etapa de tratamento, inferência e interpretação.

Primeiramente, na etapa da pré-análise e sendo que o objetivo deste trabalho estaria associado a “*experiências de agressão e vitimação*”, os documentos a analisar seriam as transcrições dos testemunhos prestados durante as entrevistas realizadas. Deste modo, foi realizada uma leitura primária das transcrições, que Bardin (1977, pp. 96) chama de «leitura flutuante». O contacto, repetitivo e prolongado, com as transcrições permitiu adquirir uma maior sensibilidade analítica. Em suma, a leitura “flutuante”, contribuiu gradualmente para uma análise dos dados mais minuciosa, encontrando pertinência e autenticidade, por exemplo, nas interjeições e nas expressões culturalmente características dos árbitros participantes, que se encontram citadas no presente estudo.

No que concerne à referenciação dos indicadores (Bardin, 1977, pp. 99-100), foi notório que a maioria dos participantes estaria a lembrar e/ou reviver a sua experiência de agressão e, portanto, no decorrer das entrevistas destes participantes relevaram-se determinados índices, relacionados com sentimentos de revolta, injustiça, tristeza, desilusão, preocupação, medo, entre outros. Estes foram manifestados por frases

interrompidas, alguma gaguez, repetição de palavras e ideias, sons incoerentes, interjeições e citações emotivas (por exemplo, citando um dos participantes do estudo: “Ó pá, foi algo que me cegou por completo!”). A frequência e o momento em que surgem este tipo indicadores, por exemplo, do estado emocional dos entrevistados, dos tópicos mais importantes para si e para a sua carreira na arbitragem. Estes indicadores também são explícitos ao longo do próximo capítulo (na parte dos “Resultados Obtidos”), acompanhando as unidades de registo e de contexto relevantes.

Sublinha-se que, embora só tenham participado 50% dos árbitros agredidos, respeitou-se a regra da exaustividade e da não-seletividade de Bardin (1977, pp. 97), pois o “universo”¹¹ foi abordado e encaminhado, na íntegra, para participar no estudo, tendo dado inicialmente a sua confirmação e consentimento à APAF. Salienta-se também que se afigurou previsível que haveria árbitros a não comparecer às entrevistas, rejeitando todas as chamadas telefónicas e mensagens efetuadas, dado que se iria explorar uma experiência que potencialmente quereriam evitar lembrar e/ou reviver a todo o custo.

Quanto à regra da representatividade (Bardin, 1977, pp. 97), a representação pela quantidade não se aplicaria à presente investigação, que tem a “experiência” como foco, dado que os objetivos que estão associados a um fenómeno de grande subjetividade.

A regra da homogeneidade (Bardin, 1977, pp. 98) também não se aplica à presente análise de conteúdo. Sendo que, ao criar-se demasiados critérios para reduzir a singularidade das transcrições, estar-se-ia também a retirar toda a subjetividade que, de certa forma, enriquece o texto deste estudo, pela sua genuinidade, e que permite possivelmente compreender e procurar explicações para as experiências de agressão e vitimação dos árbitros participantes. Em contrapartida, a regra da pertinência (Bardin, 1977, pp. 98) seria aplicada e respeitada, dado que se considerou os participantes envolvidos e os seus testemunhos como as melhores fontes de informação existentes, possibilitando o cumprimento do objetivo da análise.

Salienta-se, por fim, que a eficácia e pertinência dos referidos indicadores foram testados num pré-teste de análise, sobretudo em algumas passagens ou elementos presentes nas transcrições das entrevistas. A leitura exaustiva e a realização do pré-teste de análise permitiram o recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise

¹¹ Todos os árbitros agredidos na época futebolística 2023/2024.

temática e unidades de codificação para o registo dos dados (Bardin, 1977, pp.100). A grelha de análise definida é apresentada na secção dos apêndices (ver Apêndice A).

A etapa seguinte, de exploração do material, consistiu essencialmente na codificação, seleção e enumeração de todos os elementos tidos como relevantes no decorrer da análise, em função das regras apresentadas anteriormente (Bardin, 1977, pp. 101).

Tal como Bardin (1977, pp. 101) afirma: «Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (“falantes”) e válidos». E, portanto, já na fase do tratamento dos resultados obtidos e da interpretação decidiu-se apresentar alguns dados estatísticos simples, os quais condensam e relevam determinadas informações obtidas na análise. Tendo dispostos resultados fiéis e significativos, foi possível propor inferências e avançar com as interpretações, com vista a alcançar o objetivo traçado.

3 – Estudo Empírico

O estudo empírico caracteriza-se como uma pesquisa que tem por base fenómenos suscetíveis a processos de observação, análise, avaliação e experimentação (não somente uma componente/fundamentação teórica), tendo como objetivo atingir o conhecimento (Gaskell, 2000).

Um dos muitos motivos para a realização do presente estudo foi que o mesmo constituísse uma evidência e, ou até mesmo, um sinal de alerta para as consequências nefastas que pode ter a violência direcionada a árbitros de futebol. Deste modo, revelou-se significativo para a área da Criminologia, a realização de um estudo científico que se foque no árbitro de futebol e na sua experiência de agressão e vitimação, os seus contornos e impactos.

3.1. Resultados obtidos

Neste ponto do estudo, pretende-se apresentar e demonstrar os resultados ou respostas obtidos/as fruto das entrevistas conduzidas, cumprindo e mantendo o anonimato total dos participantes, referindo unicamente as perguntas efetuadas e as diversas respostas obtidas das mesmas. Salientando também, que se foi compactando essa mesma apresentação dos resultados obtidos em momentos cujos objetivos e/ou conteúdos das perguntas e das respostas se interligassem. Importa também relevar que todos os entrevistados, enquanto vítimas de agressão, expuseram os detalhes das suas experiências pessoais no decorrer da entrevista, apenas nos momentos em que os próprios se sentiram confortáveis para tal, não havendo um momento específico para estes partilharem as suas experiências pessoais. Os entrevistados tiveram, desta forma, oportunidade para desenvolver, organizar e enriquecer as suas respostas. Deste modo, as respostas adquiridas serão transcritas para o presente capítulo e sob a pretensão de garantir o anonimato de todos os participantes do estudo, estes assumirão as seguintes denominações: Árbitro 1, Árbitro 2, Árbitro 3, até ao Árbitro 8.

A Iniciação na Arbitragem e Dados Sociodemográficos

Na primeira pergunta, decidiu-se investigar os anos de experiência na arbitragem e os respetivos escalões em que os participantes arbitraram, dado que estes são aspetos que detém grande influência no fenómeno em estudo. Com tal objetivo em mente, coloca-se a seguinte questão “Já arbitra há quantos anos? E em que escalões arbitrou/arbitra?”. Como seria de esperar, as respostas obtidas contêm uma ampla variedade de períodos

temporais. Estas permitiram entender, logo de início, que dos 4 dos 8 participantes (50%), seriam árbitros veteranos/com mais de 10 anos de experiência – o Árbitro 1 (>25 anos), o Árbitro 2 (12 anos), o Árbitro 6 (>25 anos) e Árbitro 8 (>10 anos). A outra metade seria constituída pelos árbitros mais jovens ou, no máximo, com 10 anos de experiência de arbitragem - o Árbitro 3 (6 anos), o Árbitro 4 (2 anos e meio), o Árbitro 5 (6 anos) e o Árbitro 7 (8 anos). Estes dados, entre outros, referentes à caracterização dos participantes e à sua experiência de agressão, encontram-se apresentados na secção dos apêndices (ver Apêndice C). Sublinha-se que, com o intuito de preservar o anonimato dos entrevistados, recorreu-se a Erickson & Goldthorpe (1993, pp. 38-39) para a tipificação das suas profissões¹².

Como era expectável, importa também sublinhar que os árbitros mais experientes, além de competições ao nível distrital, já arbitraram partidas em escalões superiores, futebol feminino, futsal e/ou futebol de praia, demonstrando um profundo envolvimento com a modalidade principal em estudo (e com as outras modalidades variantes mencionadas).

De seguida, decidiu-se apresentar de uma forma compacta as respostas e os resultados obtidos a três perguntas que estariam, de certa maneira, interligadas entre si. Estas três questões têm como objetivos: saber como e porque se iniciaram na arbitragem, saber que tipo de relação possuem com os pares árbitros e saber se essa relação pode constituir uma rede social de apoio nas suas carreiras. Os entrevistados partilharam as suas experiências individuais e as suas perspetivas acerca do que os levou a iniciar-se no mundo da arbitragem futebolística, bem como a forma detalhada como se realizou o seu processo de integração, evolução e progressão na carreira.

Os entrevistados mencionaram diversos fatores que os levaram a envolver-se na arbitragem, dos quais: terem familiares e/ou amigos árbitros, terem familiares e/ou amigos apoiantes e/ou até mesmo envolvidos no futebol, a prática prévia e fraca *performance* como jogador, a paixão pela modalidade e pelo desporto e a possibilidade de ter mais uma fonte de rendimento. Por exemplo, o Árbitro 4 através das suas respostas confirma a influência de alguns dos fatores supramencionados:

“Tenho assim dentro da família...Não é bem um tio, mas é quase como se fosse um tio que é árbitro de futsal. E estava-me sempre ali a dizer para ir tirar o curso, ir tirar o curso. Eu gosto muito de futebol, toda

¹² Nenhum dos participantes tem a arbitragem como seu emprego a *full-time*.

a minha vida pratiquei futebol, pratiquei desporto (...) andava-me todos os anos a dizer sempre que fui tirar o curso, 'vais gostar, fazes um dinheirinho'. E lá fui tirar o curso e fui ficando”.

Já o Árbitro 8, relativamente à sua iniciação na arbitragem, referiu:

“Eu não tinha, de facto, jeito para jogar à bola, gosto muito de jogar à bola, gosto de ver futebol, e depois tive uma influência do meu primo mais velho [...] O meu primo mais velho foi árbitro durante alguns anos”.

Da mesma forma, o Árbitro 5 apesar de não ter amigos e/ou familiares árbitros, partilhou a mesma experiência, no que toca à falta de aptidão para ser jogador e optar pela carreira de árbitro, salientando que este é caminho que muitos outros jogadores escolhem:

“Olha, para já gosto pelo futebol, pelo jogo. Eu joguei pouco tempo futebol, mas vi que também não tinha muito jeito. E acho que é muito dos caminhos dos árbitros é este. É não terem muito jeito para jogar futebol e tentar um outro caminho. Pronto, neste caso a arbitragem”.

Em relação à possibilidade de os familiares e/ou amigos árbitros, dos participantes do estudo, constituírem uma rede social de apoio para fazer face às adversidades inerentes à própria profissão, o Árbitro 8 referiu:

“Os amigos árbitros e filhos só depois, quando entrei para a arbitragem. Criamos, como em qualquer sítio, ou praticamente em qualquer sítio que a gente, numa profissão, há sempre aquele núcleo onde nós nos sentimos melhor, com quem debatemos, principalmente quando as coisas correm mal, isso acontecia no fim dos jogos. [...]”.

Do ponto de vista do Árbitro 2, as relações com os seus pares árbitros, tendo a arbitragem como ponto em comum, podem constituir um bom suporte:

“É assim, eu acho que o facto de vivenciarmos os mesmos ambientes, percebermos que estamos ambos na mesma equipa, pode nos tornar mais fortes, ou seja, de certa forma, termos ali alguém que nos compreenda, alguém que já passou por coisas idênticas, alguém que compreenda, que conheça a realidade daquela pessoa ou daquele público que tivemos algum problema, acho que isso é importante para termos aqui algum suporte”.

O Ambiente de Trabalho do Árbitro de Futebol

De modo a compreender o ambiente de trabalho do árbitro de futebol e o possível stress, associado à profissão, foram efetuadas 2 perguntas aos entrevistados. Como esperado, as respostas dos participantes foram ao encontro das suas crenças e pontos de vista pessoais, referindo, por exemplo, o desrespeito pelo árbitro, a arbitragem nos escalões de formação, o forte sentimento de insegurança nos jogos, as fragilidades das entidades e difíceis condições laborais, entre outras observações.

De um modo geral, todos os entrevistados apontaram pontos negativos no ambiente laboral do árbitro de futebol. O Árbitro 2, de forma objetiva, respondeu:

“[...] diria que é um ambiente negativo e pesado. No entanto, nós trabalhamos para isso e nós preparamos para isso e nós sabemos que, por muito que eu saiba que vou fazer uma equipa complicada ou um público complicado, eu vou trabalhar para me abstrair completamente disso e acabar por me focar nos 22 jogadores que tenho no campo e no meu trabalho e nas decisões que tenho de tomar”.

O Árbitro 3 salienta que o público geral não sabe o que é ser árbitro e as suas dificuldades: *“É complicado porque as pessoas não sabem o que é estar dentro das quatro linhas a tentar gerir os 22 jogadores mais treinador, mais delegado, mais os suplentes. As pessoas não sabem o que é isso. E às vezes, por não saberem o que é isso, tomam algumas atitudes não tão corretas”.*

Sentindo-se desrespeitado no exercício das suas funções, o Árbitro 5 afirma:

“Não é respeitado. Muitas das vezes não é respeitado. Na minha sincera opinião, as pessoas não têm noção do quanto «a gente» trabalha. E que não quer errar. Porque nós errando temos muita penalização. E não têm noção nenhuma disso. E acho que têm...está-me a faltar a palavra. Têm uma falta de bom senso”.

Relativamente à arbitragem nos escalões de formação, vários dos entrevistados afirmaram que este ambiente de trabalho, comparativamente a arbitrar uma partida do escalão de Séniores, acaba por ser mais intenso e conflituoso. Por sua vez, o Árbitro 8 referiu o seguinte: *“Eu acabo por considerar que, por vezes, é mais complicado arbitrar um jogo de miúdos de 7 ou 8 anos do que propriamente um jogo de Seniores”.* Acrescendo também o facto de os pais dos jovens atletas acabarem por, de certa forma, reforçar e validar as atitudes e comportamentos negativos, face ao árbitro de futebol. Posto isto, o Árbitro 3, sublinha esse reforço negativo por parte dos pais e partilha a forma como se sentiu humilhado publicamente:

“Não vou estar a referir o clube em questão, mas já tive «um puto» que expulsei por «bocas». Toda a gente ouviu. Isto aos 34 minutos, ele não vai para a bancada. A mãe vira-se para o filho e diz assim: ‘muito bem filho, está bem, tu fizeste o teu trabalho’. Agora pronto, e partir daí. Esteve-me a insultar o resto do jogo todo. E eu joguei 80 minutos “.

Convergindo, em parte, com o mesmo ponto de vista, o Árbitro 8 revela que:

“Nos jogos de miúdos, por vezes, os pais estão cá fora e depois querem que todos os filhos sejam Cristiano Ronaldo e Messi, e depois entusiasmam-se demais com o jogo [...] o facto dos pais quererem que eles ganhem e depois não quererem que os miúdos sofram faltas dos outros, e às vezes os árbitros não assinalam porque entendem que não é falta... Na minha opinião, nos jogos dos escalões mais pequeninos, dos infantis, dos iniciados, juniores até, acaba por ser um ambiente, mais difícil até.”.

Ainda em relação ao ambiente da arbitragem dos escalões de formação, o Árbitro 1 afirma haver uma falta de árbitros devidamente preparados para lidar com os atletas mais jovens e o ambiente da competição:

“Além de ter a sensibilidade das dificuldades que existem em termos de recursos humanos para lidar com o amadorismo que é a formação, porque na verdade estamos a falar que a maior parte do desporto a nível distrital é numa base de formação, não é? Acaba por ser um bocado ingrato por vezes encontrar as pessoas certas para trabalhar.”

Das respostas em relação à possibilidade de a arbitragem ser uma profissão de alto stress e como reagem ao mesmo, o Árbitro 1, respondeu positivamente à pergunta colocada e afirma que não têm dificuldade em lidar com o stress visto desempenhar funções que estão associadas a grande tensão e *stress*. Realçou também a importância de os árbitros serem capazes de gerir as suas emoções e o próprio stress da profissão e afirma que não tem:

“Por muito que se trabalhe a capacidade emocional de gestão do stress pessoal, tem algumas pessoas longe de conseguirem ter e de conseguirem arbitrar. Ainda ontem em conversa com uma colega minha, que foi indicada para ir ao estágio nacional, eu comentei que espero que ela seja feliz e que consiga, no entanto tenho consciência plena de que a outra colega que foi indicada com ela, que tem o fator da gestão emocional que não vai conseguir da mesma forma ter essa aptidão, apesar de ser psicóloga de formação”.

A resposta do Árbitro 7 acaba por, de certa forma, convergir com a do Árbitro 1, no que toca à reação ao stress da arbitragem, visto que desempenha o mesmo tipo de funções que este: *“Quando eu tenho um trabalho muito stressante, a arbitragem para mim, até às vezes, é uma escapatória. Também é stressante, mas consigo lidar muito mais facilmente com esse stress”.*

Ainda sobre o que diz respeito à reação do stress na arbitragem, o Árbitro 8 respondeu com base na sua larga experiência dentro e fora de campo, referindo a influência do fator da idade:

“Depende, na minha opinião depende muito de cada árbitro, da idade, da experiência que tem enquanto árbitro, enquanto pessoa. Eu, felizmente ou infelizmente, já comecei na arbitragem já um bocado tarde, já tinha quase 30 anos, e se calhar a minha forma de viver o jogo e de me adaptar ao ambiente menos propício, se calhar é difícil, se calhar não. Certamente é diferente de um miúdo que começa com 14, 15 anos, e que por vezes vai fazer jogos de miúdos da mesma idade ou até mais velhos, e que acaba por, digamos assim, não ser respeitado nem pelos jogadores, porque sentem-se mais velhos, e até se calhar, em termos de estatura, têm uma estatura maior que o próprio árbitro, e depois juntamente com o ambiente exterior, acredito que muitas vezes não é fácil conseguir lidar.”

A Agressão

No quinto e último bloco de perguntas, pertencentes ao guião de entrevista, o foco passa por ser a agressão, em si. Sendo, por vezes, extremamente árduo para as vítimas de agressão se expressarem e partilharem detalhes da sua experiência de agressão, era importante dar aos entrevistados a liberdade de o fazer, no momento que se sentissem mais confortáveis para tal. A pergunta da alínea a) do presente bloco foi criada com o propósito de os participantes: descreverem a sua própria experiência de agressão e/ou descreverem as experiências de agressão que possam ter tido conhecimento (caso optem por partilhar factos experienciados por terceiros). Como seria de esperar, os entrevistados responderam de forma diversificada, providenciando as suas próprias justificações para essas mesmas respostas.

O Árbitro 1 decidiu partilhar a sua experiência de agressão. Para dar algum contexto, começou por referir que se tratava de um jogo do escalão de Juniores, que foi demarcado por inúmeras faltas e onde ocorreu uma agressão entre jogadores:

“Eu termino com 17 cartões mostrados, 6 ou 7 expulsões, uma grande «cowboyada¹³». Digamos que aconteceu de parte a parte. No final do jogo, o capitão da equipa da casa, que foi expulso, estava a dizer: ‘Mas eu não lhe dei nenhuma cotovelada!’. E eu disse: ‘Pois não, jogador, tu deste duas cotoveladas!’.”

Tendo a equipa visitante vandalizado o balneário que tinha ocupado e estando o Árbitro 1 de saída, para ir redigir o relatório de ocorrência da partida, é alertado do seguinte:

“Ao sair, os pais de um dos atletas da equipa da casa informaram o Ponto de Contacto de Segurança que, por sua vez, falou comigo a dizer que uma senhora que, estava num carro com matrícula «X», tinha estado a tirar fotografias ao meu carro”. Não tendo ocorrido nada, o entrevistado ignorou essa situação.

No entanto e passado algum tempo, o Árbitro 1 foi nomeado para arbitrar as mesmas equipas, sendo que este continuou o relato da sua experiência:

“Passadas sete semanas eu sou notificado e nomeado, neste caso, para realizar exatamente o mesmo jogo. [...] No decorrer desse jogo, ainda o jogo não tinha começado e já tínhamos a senhora na bancada, supostamente a senhora que tirou a fotografia ao carro, a dizer o seguinte para os miúdos da formação inicial: ‘Olhem, olhem! Eu não vos bato palmas, meninos. Mas não é por vossa culpa, é por causa desses senhores, aqueles que estão de preto!’ [...] Essa senhora, ainda o jogo não tinha começado, já estava ali com uma atitude errática. No decorrer do jogo, há algumas situações das quais não concordam e ela sempre a incitar a violência constantemente. [...] Em determinado momento há uma outra expulsão, do

¹³ Termo informal em português para designar uma «grande confusão».

guarda-redes, em que ela se levanta e acha por bem se dirigir para a porta do pavilhão. Eu aí chamo a atenção da senhora aos PCS e digo: ‘Olha, [...] cheira-me que esta senhora vai lá fazer alguma coisa. Vá lá ver o que é que se passa!’. A PCS foi e veio. Quando veio já me disse que: ‘Olha, eu já não consegui fazer nada. Já chamei a GNR, mas você já tem dois pneus cortados’ [...] Vou para o intervalo [...] depois dessa senhora, antes de sair do pavilhão, cheguei ao ponto de arrancar um banco do chão, [...] ameaçou atirar na direção do árbitro, disse «mundos e fundos», ou seja, incitou ali à violência de uma forma muito exuberante e desmedida. Agarrámo-la a partir daí e ela acalmou”.

O Árbitro 1 partilhou ainda o que sentiu em determinado momento, face à abordagem que teve por parte do treinador-adjunto (mencionada anteriormente), e que se virou para o mesmo e afirmou:

“Sabe o que é que me preocupa? É que o senhor, como elemento do clube que disputou este jogo, em momento algum se tenha pronunciado ou preocupado em saber: se o árbitro tem como ir para casa no final deste jogo, se tem como chegar a casa, se necessita de alguma coisa... Porque este árbitro levantou-se às sete e meia da manhã para ir arbitrar o primeiro jogo. Já realizou, antes deste, três jogos e a última refeição que tomou eram onze e meia, OK?.”

O Árbitro 2, que também descreveu a sua experiência de agressão, começou por mencionar situações de agressão de colegas seus da arbitragem, detalhando de seguida a forma como a sua experiência se diferenciou destas:

“Já tive colegas que foram agredidos por jogadores e foram, efetivamente, agredidos no campo. O meu caso em concreto não se tratou disso, eu estava a sair do estádio. E é isso que me deixa triste! Estamos a falar de saúde e eu não consigo perceber como é que uma pessoa faz isto: colocaram uma criança no meio da estrada, com cerca de 12 anos, para eu parar o carro e me baterem no carro. Deram-me um soco no vidro e colocaram-me um espelho para dentro”.

Por fim, o mesmo participante acrescentou o seguinte, num tom emotivo e visivelmente fragilizado:

“A experiência que eu tenho é essa, e de certa forma, ao falar dela ainda há aqui aquela coisa na garganta, que custa a falar. Apesar de já ter sido há bastante tempo e estar completamente resolvido com a situação, é algo que me custa. Até porque [...] eu sou muito de, acima de tudo, ser racional, e custa-me muito perceber como é que alguém é capaz de meter um miúdo de 12 anos à frente de um carro, pôr a vida dele em risco. Porque eu podia reagir mal. Podia com o stress simplesmente acelerar o carro, podia haver ali várias consequências e o pensamento daquelas pessoas foi: ‘eu arrisco a vida de uma criança para satisfazer uma raiva que eu tenho’ e baterem no carro. Algo que é apenas material [...]. Lá está, não tive efetivamente uma agressão física, mas acaba por ser um ato que condeno por completo. Infelizmente, temos um bocadinho disto tudo: temos situações destas, temos situações de agressões verbais em que são muito

mais intimidatórias, temos situações em que chega mesmo à agressão física... Eu tenho esta que já me chega. Espero que seja a única. Mas pronto, não chegou efetivamente a 'vias de facto'¹⁴, digamos assim".

Tendo sido, entre todos os participantes, o único sujeito que admitiu ter equacionado abandonar a carreira de árbitro, o Árbitro 3 também descreveu as suas experiências de agressão: *"Houve um jogo também na segunda distrital de Aveiro. Que eu levei com uma pedra da bancada. O jogo também terminou. Portanto, já tinham sido dois anos seguidos. Foi a situação da pedra. E foi esta agressão. Agora mais física, portanto, 'a pontapé'. [...] A pedra bateu-me aqui nesta zona, um bocadinho abaixo do olho. Podia-me ter cegado. Mas entre uma pedra ou uma garrafa de vidro, 'manda vir a pedra'"*.

Este revelou ainda os impactos que esta última experiência de agressão teve na sua vida pessoal e profissional:

"Esta aqui, pensei mesmo muito em não existir. Tanto que eu tive... Um total de cinco semanas, que não foram seguidas, parado. Porque eu nem me sentia confortável dentro de campo. Qualquer coisa, qualquer barulho da bancada. Qualquer jogador a forma de falar um bocadinho mais alto. Eu já tremia. Já temia daquilo que poderia acontecer depois. Se lhe desse um vermelho ou se lhe dissesse alguma coisa, temia de que pudesse acontecer outra vez o mesmo".

O Árbitro 3 referiu ainda o seu ponto de vista, em relação às agressões de outros árbitros:

"É assim, este ano pelo menos a mim parece-me, ou pelo menos eu estive mais atento, pareceu haver mais agressões que há alguns anos e acaba sempre por ser as equipas mais limitadas. [...] Estão a perder e acabam sempre a reagir que é culpa do árbitro [...] e as pessoas que tendem a ser um bocadinho mais agressivas: perdem um bocadinho a cabeça e se calhar tomam essas atitudes".

De acordo com descrição fornecida e a expressividade no momento de partilha dos factos, a experiência vivida pelo Árbitro 4 foi marcada por uma escalada de violência abrupta, na qual temeu inclusivamente pela própria vida, relevando que no decorrer da entrevista, este participante mostrou-se visivelmente perturbado ao nível emocional. Deste modo, a experiência de agressão vivida por este sujeito pôde ser dividida em três momentos distintos: a agressão inicial dentro de campo, as agressões após o término obrigatório da partida e a agressão instantes antes da queixa-crime ser formalizada.

Segundo o Árbitro 4, no primeiro momento de agressão que se passou no decorrer de uma partida, por parte de um jogador em campo: *"Deu-me um ou mais socos, depois senti a dar-me pontapés, na altura fiquei com dores no ombro"*. De seguida, tendo a partida

¹⁴ Termo informal em português para designar «a morte», «o falecimento», «o óbito», etc.

terminado, os árbitros dirigiam-se para o balneário e foram novamente agredidos, o Árbitro 4 acrescentou: *“Para ir para o balneário, até escarraram para cima de nós. Quando chegámos ao balneário, trancámo-nos lá e eu sabia o procedimento que tinha de fazer: chamar a polícia”*. O terceiro momento da agressão dá-se quando a PSP escolta os árbitros para a viatura pessoal destes e lhes dá a indicação para seguirem em segurança pela saída das traseiras do complexo desportivo. No entanto, tendo a PSP saído pelo acesso principal, os árbitros foram deixados desprotegidos e acabaram por ser «emboscados» pela população da equipa da casa, culpada das agressões, e que teria um membro armado. O Árbitro 4 foi detalhando todo o sucedido num tom emotivo e fragilizado, esboçando expressões de profundo desconforto:

“Nós fomos escoltados para a viatura, com a polícia. [...] A polícia saiu pelo portão cá em baixo, que é o portão principal. Eles disseram-nos que: ‘devem sair lá por cima’. Porque era o portão que tínhamos entrado. Quando eu entrei no carro, também entrou no outro carro um senhor assim mais velho. Eu vejo o senhor a andar muito lentamente, e quando chego ao portão lá de cima, aquilo era um beco. Ou seja, à esquerda do portão não havia nada. Era tipo uma parede. Era o portão, a parte da esquerda, um beco e a parte da direita, que era a estrada. Nós tínhamos de virar para a direita. Eu comecei a ver um carro muito lentamente à minha frente. Vejo um homem no portão lá de fora, a passar a estrada para o outro lado, com uma marreta [...] Aquilo estava tudo feito. Aquilo era um beco. O senhor à minha frente ia com um carrinho. Mal eu passasse o portão, ele parava o carro no meio da estrada, estava trancada a estrada. Puxavam-me o portão e eu tinha: frente bloqueada e atrás”.

Partilhando o que lhe estaria a passar pela cabeça, naquele preciso momento, o Árbitro 4 revelou ter pensado nos seus colegas de profissão que estariam consigo na mesma viatura (dois árbitros veteranos e uma árbitra jovem) e que temeu pelas suas vidas: *“Eu estava com o senhor que anda comigo, eu ando com uma menina e com um senhor mais velho. Isto pode ser assim? Demos que isto é mesmo...isto é para matar”*.

O Árbitro 5, agredido fisicamente, optou por responder de forma sucinta, expondo apenas os factos da sua experiência:

“A minha ocorreu numa situação completamente... Sem eu estar à espera. O jogo estava calmo, estava com um cartão amarelo. Existe uma falta, que eu marco a favor... A favor do jogador que me agrediu. Esses dois jogadores, em primeiro lugar, agredem-se ao pontapé e eu, como é óbvio, vou ter de expulsar os dois. Um dos jogadores ficou deitado no chão mais tempo e eu expulsei o outro. Esse mesmo jogador, quando se levantou, passados 20 ou 30 segundos, veio em direção a mim e deu-me dois socos. [...] Isso foi o que aconteceu comigo”.

Relativamente à descrição detalhada da experiência de agressão do Árbitro 6, esta não pôde ser citada na íntegra, dado que continha inúmeros elementos identificativos, que

poderiam comprometer o acordado no consentimento informado. Posto isto, apenas se refere que o mesmo foi agredido fisicamente com uma vara (associada à prática desportiva) e foi revitimizado nas redes sociais e na comunicação social, que pegaram no episódio de agressão e, de certa, satirizaram-no. Detalhes referentes às experiências de agressão, vitimação e revitimação, do Árbitro 6, podem ser encontrados nas respostas deste participante, a perguntas de blocos anteriores.

Mediante a resposta fornecida pelo Árbitro 7 e a sua participação da entrevista em geral, pode-se aferir que este evitou expor detalhes e/ou aprofundar a descrição da sua experiência de agressão. Dado que estaria a poucos jogos de terminar a época e a sua carreira na arbitragem, o entrevistado referiu apenas o seguinte:

“Agora tenho dois ou três colegas meus que foram agredidos e continuaram. O meu próprio assistente foi agredido e continuou. E acabou este ano e vai continuar no próximo ano. [...] Com aquele jogador. Tive um comportamento adequado com todos os jogadores e isso viu-se, que foi só esse jogador que veio para cima de mim e fez aquilo que quis fazer. E foi até o capitão que depois é que o tirou de lá. [...] Faltavam-me dois meses e foi este o episódio.”

Por fim, e ainda relativamente à mesma pergunta, o Árbitro 8 respondeu de forma a não explorar e descrever a sua própria experiência de agressão. Este participante, que havia sido vítima de agressão verbal, preferiu focar-se na parte das condições em que ocorrem as agressões a árbitros, expondo os seus pontos de vista relativamente a estas:

“O futebol e o desporto deviam ser uma forma das pessoas se divertirem. No fundo, é atividade física, que os jogadores sejam do tipo de desporto, atividade física é algo que faz bem ao corpo. [...] E as pessoas que estão a ver, deveriam estar para apoiar o clube: seja o clube A, seja o clube B, seja o clube C. Mas eu sinto que a preocupação principal das pessoas é precisamente de ir para o campo para tratar mal a outra equipa, para tratar mal a equipa de arbitragem, para tratar mal os adeptos da outra equipa. E no fundo, depois acaba por sobrar para o lado mais fraco, [...] Os árbitros são aqueles que não têm claque, são aqueles que, tirando eventualmente as forças de segurança [...], não têm ninguém que os defenda. Os jogadores são onze, podem-se defender uns aos outros. Os adeptos também serão o maior número [...] E depois acho que há um sentimento de impunidade e as pessoas agredem os árbitros. Já nem falo da agressão verbal, essa então nem se fala. Mas já agredem fisicamente os árbitros e acho que sentem uma impunidade enorme. Mas é a justiça em Portugal, não é só no desporto. Sentem uma impunidade e acham que a agressão é a normalidade e que a agressão vai fazer com que o árbitro não volte a errar, o que não vai acontecer”.

A Reação à Experiência

Posteriormente, focou-se nas respostas dos árbitros, acerca das 2 perguntas referentes a: como os árbitros agredidos têm lidado com a experiência; o que é que os motiva a

continuar a arbitrar, apesar da agressão. A apresentação das respostas dos entrevistados foi compactada, dado que as perguntas teriam uma ligação entre si.

O Árbitro 1 respondeu de forma sucinta que lidou facilmente com a agressão e o respetivo processo-crime. No entanto, este participante partilhou ter uma preocupação em particular:

“Muito honestamente, a minha maior preocupação não é com o processo, porque eu já estou habituado ao sistema judicial português. [...] Para mim, o sistema judicial não é um problema, todas as suas complexidades, particularmente não é um problema. O que eu denoto é [...] um desinteresse total, uma falta de acompanhamento total por parte da associação à qual eu pertenço [...] enviei o e-mail para o Conselho de Arbitragem a relatar os factos, a manifestar o meu profundo desagrado, a questionar se é isto que lhe é esperado no desporto. Como é que eu vou organizar a minha vida, como é que eu vou ter transporte para continuar a arbitrar e tudo mais, ou seja, todas estas circunstâncias foram relatadas por e-mail: enviei as faturas, enviei também os orçamentos, tudo foi enviado. No entanto, a ausência de resposta foi sempre constante. Sempre que há uma nova abordagem do assunto é sempre da minha parte para o Conselho de Arbitragem, e não ao contrário”.

Posto isto, o Árbitro 1 acrescentou o que o motiva a continuar na arbitragem, deixando claro: *“O motivo de continuar a arbitrar? É o gosto, claramente. Não é pelo dinheiro. Ficam a saber, [...] se fosse o dinheiro que «a gente» ali ganha...”*

O Árbitro 2 afirma que lidou bem com a sua experiência de agressão e salienta a importância de haver a devida gestão das nomeações dos árbitros, em determinadas partidas:

“Eu lidei bem! Eu posso dizer que depois disso já fiz novamente a mesma equipa [...] Tenho conhecimento que há colegas que se calhar ponderam muito abandonar a arbitragem, ou desligaram-se muito da arbitragem, ou evitam fazer aquelas equipas. Também acho que aqui é uma questão de sensibilidade e perceber de que forma é que nos podemos proteger, não sermos ‘cobardes’, digamos assim. Não enfrentarmos as pessoas, mas protegemo-nos e evitarmos problemas. Ou seja, se eu tenho um problema com aquela equipa, então o que eu estou à espera é que, quem me nomeie, evite que eu faça um jogo daquela equipa. [...] Acho que é um bocadinho essa gestão que tem de haver da parte de quem nos nomeia, quem nos manda para os jogos”.

Acerca do que o motiva a continuar a arbitrar, o entrevistado respondeu:

“Eu sou árbitro e adoro estar no campo. Adoro ser árbitro, adoro! Eu tenho o perfil de líder [...] Sempre assumi um posto de liderança e ser árbitro, no fundo, acaba por ser um bocadinho «por aí». Eu estou ali a gerir 22 emoções, ou 22 pessoas, pelo menos [...] E se me perguntarem se me vejo a não ser árbitro neste momento: não, não é uma hipótese sequer”.

O Árbitro 3, em relação à forma como lidou com agressão, revelou: *“A nível das agressões é uma situação muito «chata»¹⁵, lidamos de uma maneira mais séria e dá-se aquela situação de nos tentarmos apoiar a toda a gente. Portanto, hoje tu apoias-me a mim e amanhã eu apoio-te a ti”*. No que concerne ao que motivou este participante a continuar na arbitragem, o próprio deu a sua opinião pessoal, abrangendo o que motiva a si e o que motiva os outros árbitros:

“Para muitos, o dinheiro que chega ao final do mês a casa. [...] Eu diria que é ‘50-50’. Os outros, por gosto mesmo e com objetivos. Portanto, a malta mais jovem não está aqui muito pelo dinheiro. Também está pelo dinheiro, de graça eu acho que ninguém fazia! Mas está mais pelos objetivos de querer ir o mais longe possível. Já a malta mais «velhota», temos de perceber que também já não tem grandes objetivos”.

Optando por se focar num panorama geral, o Árbitro 4 afirma que todos os árbitros deviam manifestar o seu descontentamento e fazer uma greve. Este participante justificou da seguinte forma, o porquê de achar que esta seria a forma ideal, para lidar com as agressões:

“Todas as associações têm conselhos disciplinares, que fazem os castigos. Alguns castigos são muito maus, porque os castigos têm a ver com os regulamentos que os próprios clubes aprovam. E os clubes nunca na vida iriam aprovar regulamentos que ficassem lá: ‘se houvesse uma agressão, o jogador era expulso, nunca mais podia jogar a bola, nem o treinador nunca mais podia exercer a função’. Então, às vezes, existem agressões que é para 4 meses, 5 meses, e não passa daquilo - de suspensão. O que é que os árbitros podiam fazer diferente? Por exemplo, em casos públicos de agressões, e eu sou apologista disto, fazerem uma greve. Tipo, todos juntos dizerem: ‘esta semana está tudo dispensa, ninguém vai apitar um único jogo!’. Isto era o suficiente para o Conselho de Arbitragem e fazer pressão [...] Mas tinha de ser uma atitude dos árbitros, juntar-se por uma causa [...] há muitos interesses, há muitos filhos de dirigentes e eu já ando aqui quase há 3 anos e fui aprender isto de uma maneira dura, que é: há muitos interesses, há o filho do presidente não sei do quê, o filho do não sei quem, o pai, etc...”

No que toca à sua motivação, este entrevistado sublinhou: *“O que me motiva, neste momento, é eu gostar disto. Mas há dias que eu me sinto mal, tenho de acordar muito cedo, tenho de ser ofendido, e o que me motiva é isso”*.

De forma sucinta, o Árbitro 5 partilhou que lidou bem por causa dos sentimentos que nutre e obtém pela arbitragem futebolística, dizendo logo de seguida o que o motiva a continuar na arbitragem: *“O gosto pelo jogo. O gosto e a adrenalina. Acho que é isso... E a motivação na carreira. A motivação de subir de escalões”*.

¹⁵ Termos informal português, sinónimo de “maçador” e “aborrecido”.

Como havia sido mencionado em respostas apresentadas anteriormente, que lidou mal com a agressão, com a revitimação nas redes sociais e na comunicação social, o Árbitro 6 relativamente à motivação para continuar na arbitragem, após a agressão, respondeu:

“Claro que se fosse de graça não andavam lá, também ganham dinheiro [...]. O segundo motivo é eu gostar. E o terceiro motivo, este para os árbitros mais jovens. Acho que eu que, nesta altura, o dinheiro faz falta: para quem estuda, para quem tem de pagar universidades, propinas... Para um jovem, acho eu que é bom! Claro que nem todos os jovens que começam na arbitragem vão ser internacionais, ou vão chegar na primeira liga... Em mil, se chegar a dois, é muito bom [...]. Mas pronto, toda a gente precisa ganhar dinheiro e é um dinheiro extra. Para mim já não é muito, [...] É mais o gostar de andar na arbitragem”.

Tendo em conta que, para alguns árbitros, a carreira na arbitragem futebolística pode constituir um “sonho” e/ou objetivo pessoal, o Árbitro 7 foca a sua resposta nisso mesmo. Para este entrevistado, lidar com as experiências de agressão na arbitragem é algo que está intimamente ligado com o objetivo que cada sujeito tem ao exercer a função de árbitro de futebol. Num tom assertivo e intenso, o referido participante afirmou:

“Não há muito com o que um árbitro possa lidar, aqui neste caso. Vais deixar que aquela pessoa que te fez aquilo te afete e que tu acabes carreira? Por uma pessoa que não merece a pena? Vais estar a abdicar de uma coisa que tu até gostas de fazer. E até podes ter um objetivo daqui para a frente: podes subir a uma Liga 3, a uma Segunda Liga, a uma Primeira Liga, podes ser internacional.... Vais abdicar de tudo para aquilo que estás a trabalhar, treinar todos os dias, jogos todos os fins de semana... por causa de uma pessoa que é desse episódio. Houve alguns que já foram agredidos e continuaram, porque gostam daquilo que fazem. Eu gosto daquilo que faço. [...] Eu continuei, apesar de ter sido agredido, e no outro dia estava a fazer jogos. [...] motivou-me saber que continuo a ser eu. Sei que naquele jogo não fiz nada de mal para que originasse aquela confusão.”

Relativamente à forma como estes profissionais têm lidado com as agressões, o Árbitro 8 referiu o seguinte, focando-se mais nas agressões de natureza física:

“Eu creio que, para principalmente aqueles que sofrem uma agressão, não seja fácil. Acredito que é preciso ter um suporte muito grande, seja na família, seja eventualmente noutros colegas, seja até na própria APAF que disponibiliza, tanto quanto eu sei, apoio jurídico. Psicológico, sinceramente, não sei se também disponibiliza. Mas acho que é preciso ter uma rede de suporte muito boa. Porque uma coisa é a gente falhar e ser criticado, especialmente os árbitros que têm uma exposição mediática. Ser criticado nos jornais, nas televisões e isso tudo, não é agradável. Mas tenho a certeza que é muito menos agradável um árbitro, seja em que categoria for, ser agredido. Não tenho dúvida nenhuma disso. E acho que só com um bom suporte por trás, se consegue eventualmente, não digo superar, mas minimizar os danos que isso pode causar”.

Por fim, sublinhou-se que o que motivou este entrevistado a continuar na arbitragem foi apenas o gosto pelo futebol, em geral.

Os Impactos da Experiência

i. Os Impactos na Arbitragem

De seguida, no terceiro bloco de perguntas do guião, relacionadas com as experiências de agressão e se estas influenciam a sua *performance* na arbitragem, a arbitragem a equipas com historial de conflito e se houve algum episódio nas suas carreiras que os fez equacionar abandonar a partida e até mesmo a carreira de árbitro. O Árbitro 3, de todos os entrevistados, foi o único que afirmou já ter pensado abandonar a carreira após várias experiências de agressão: *“Portanto, eu quando fui agredido no complexo [...] pelo jogador [...]. Pensei muito se ia continuar ou não. Porque já não era o primeiro caso”*.

Dos restantes entrevistados, ainda relativamente ao mesmo bloco de perguntas, nenhum equacionou abandonar a carreira de árbitro, após ter experienciado um episódio violento. Por exemplo, o Árbitro 5 afirmou que:

“Terminar a partida sim, a carreira não. A partida, pronto... aconteceu-me este ano. Um jogador que me agrediu com dois socos na barriga. E eu, tal como dizem as regras, dei por terminado o jogo. Mas nunca pensei em terminar a carreira. Isso não”.

Para o Árbitro 4, dar um jogo por terminado é uma tarefa difícil e que é um ponto negativo na carreira de um árbitro e que frequentemente os conflitos nas partidas de futebol são descontextualizados, desfavorecendo a figura do árbitro:

“Acabar a partida, sim. Quando há agressão, temos de acabar a partida. Mas é duro. Nós ficamos mal vistos. Como disse há bocado, todos os clubes gravam jogos. Independentemente de estarmos a falar de meninos ou de homens. Todos os clubes gravam jogos. E se eu tenho a certeza, porque já aconteceu ao longo do país e lá fora. O árbitro responde, às vezes numa questão só de se proteger, e os clubes que vêm cá para fora, são os clubes do «o árbitro a agredir». Ou seja, é descontextualizado. Mas o público às vezes não percebe isso”.

O Árbitro 6 referiu ter experienciado um episódio, num jogo do escalão de Iniciados, na qual foi agredido com uma vara (associada à prática desportiva), tendo sido inclusivamente publicado e partilhado pela comunicação social. No entanto, o Árbitro 6 afirma ter terminado a partida, mas não equacionou terminar a carreira. Por outro lado, o Árbitro 8 decidiu expor um episódio de agressão contra um dos seus árbitros assistentes numa partida e se isso afetou a sua continuidade na arbitragem:

“A carreira de árbitro não, mas tive uma situação num jogo de Juniores que após duas expulsões, se não me engano, de um jogador e de um elemento do banco, o assistente que estava mais próximo, distraiu-se... foi mesmo isso...distraiu-se a tomar nota do cartão e acabou agredido por um elemento do banco. E aí tivemos que, por razões de segurança, até porque o meu colega ficou algo combalido naquele momento, acabamos por interromper a partida definitivamente”.

Foi considerado fundamental questionar os árbitros participantes se a sua *performance* foi uma das áreas afetadas pelas suas experiências de agressão, que vivenciaram esta época desportiva. O Árbitro 3, de forma sucinta, respondeu o seguinte: *“Eu andei ali uma fase que andei um bocadinho mais cabisbaixo. E notava-se depois na arbitragem”*. De forma mais aprofundada, o Árbitro 8 dá o seu ponto de vista acerca da *performance* na arbitragem após uma agressão:

“Poderão influenciar até negativamente, na minha opinião. Porque, como lhe disse há pouco, não é por um árbitro errar e ser agredido que ele no próximo jogo vai acertar. Eu acredito que nenhum árbitro erra de propósito. Erram porque está associado ao ser humano. Todos nós erramos, seja árbitro, seja na nossa profissão. E não acredito que o facto de serem agredidos os vá fazer acertar”.

No entanto, os árbitros por vezes têm de adotar certas estratégias para lidar com possíveis futuras agressões, tal como disse o Árbitro 7:

“Às vezes nós tentamos evitar o cartão para tentar também evitar que haja confusão no jogo. Às vezes não precisa de cartões. O cartão fez-se para se dar. Ou para se mostrar, é verdade. Mas se nós conseguimos levar um jogo tranquilos e falar com eles e tentar minimizar a sanção disciplinar, melhor.”

Não tendo tido a sua *performance* afetada pelas experiências de agressão vividas, os Árbitros 1 e 2 responderam negativamente e de forma sucinta. Já o Árbitro 5, embora que também tenha afirmado não ter tido a sua *performance* afetada, sublinhou que:

“O que concordo mais é que afasta a vinda de mais árbitros para cá. Isso concordo. Agora, a prestação acho que não... Não influencia. Mas influencia bastante o recrutamento dos árbitros, isso sim. Certamente. Que os árbitros jovens não venham para ganhar 10 euros, ou 12 euros, ou o que for, nos Benjamins, ou na linha como assistentes iniciados, ou dos juvenis, para estarem sujeitos à agressão”.

Sendo um dos árbitros mais jovens, a participar no presente estudo, o Árbitro 4, não somente revelou ter-se sentido inseguro e com medo, como também revelou que, de certa forma, afetou a sua imparcialidade na tomada de decisão e que estes sentimentos advêm da facilidade com que os árbitros de futebol podem ser agredidos na atualidade:

“Há jogos em que está a malta toda bêbeda, e é muito fácil o jogo incendiar, porém em palavras. Mas o árbitro pode ter medo, porque a facilidade como cada vez mais existem estas agressões, este tipo de atividades. É tão fácil, mas tão fácil [...] Então o árbitro se calhar já pode ter o pensamento de «não vou fazer isto» e com receio”.

Transitando para a pergunta, ainda do presente bloco de questões, relacionada com a arbitragem a equipas das quais já teriam estado envolvidas em conflitos no passado com o árbitro. O Árbitro 5 respondeu afirmativamente, que de facto existe uma influência negativa presente neste tipo de partidas:

“Pode, pode. Claro que sim [...] Cada vez que eu ia lá, era o árbitro que era o mau, que era o ladrão. Que errava sempre contra eles de propósito. E não tinham razão. Só que quando existe um erro... Porque eu, efetivamente, tive um erro no princípio da época contra eles. Eles levaram como se eu fizesse sempre erros propositadamente. E estavam sempre contra mim. Por exemplo: eu tive uma primeira parte, do clube em causa, bastante difícil. Por causa mesmo desse ambiente hostil que eles tinham contra mim. Estavam contra a minha arbitragem. Contra eu estar lá. E pronto”.

Utilizando o exemplo da experiência vivida por um membro integrante da sua equipa de arbitragem, o Árbitro 7 relata que:

“[...] esse jogo onde o meu assistente foi agredido. Passados dois meses, três meses. Voltei lá e já sabia para quem é que ia. Já sabia quem é que era o treinador que o tinha agredido. Já sabia que ele estava no banco. A única coisa que muda a partir daí é que tu já sabes o comportamento daquela pessoa. Porque tu já viveste aquilo. Não vais dar «abébias¹⁶» se calhar como darias a outros. Percebes? Porque já o conheces”.

Ao ponto de ser afastado de poder arbitrar jogos da equipa que o agrediu, o Árbitro 3, afirma que:

“Eu levei com a pedra e desde aí nunca mais repeti esse clube. Portanto, o Conselho de Arbitragem teve o cuidado. E bem, nesse caso eles trabalharam bastante bem. Tiveram o cuidado de não nomear durante quase duas épocas para lá. Não sei se para a próxima época vou lá outra vez ou não. Mas eles decoram-nos”.

O Árbitro 6 refere que, na sua opinião, não se deixa afetar, mas os clubes e os espectadores das suas casas guardam ressentimentos:

“Eu, por exemplo, se for fazer esse clube, eu acho que vou arbitrar da mesma maneira. Mas as pessoas que estão de fora estão a olhar para o árbitro de uma maneira diferente. Mesmo os dirigentes, treinadores, jogadores, estão a olhar de uma maneira diferente”.

Relativamente aos clubes memorizarem os árbitros, o Árbitro 4 revelou:

“[...] eles conhecem tudo de mim. Tudo, tudo, tudo... Os jogos que eu apitei, os cartões que eu já dei, se já tive algum problema, tudo. Os clubes atualmente sabem tudo. Mal saem as nomeações, que são publicadas à sexta-feira no site da associação, os clubes vão ver tudo! Vão às redes sociais, vão ver se o árbitro tem

¹⁶ Termo informal português para designar uma «facilidade» e/ou uma «oportunidade».

redes sociais. Vão ao 'ZeroZero', que é o website que tem os jogos todos. Vão, por exemplo, ao Facebook, ver se o árbitro tem fotos [...]”.

ii.) Os Impactos na Família e Pares

No que concerne à reação das famílias e/ou colegas de profissão dos participantes, face às suas experiências de agressão e vitimação, obteve-se respostas variadas. De um modo geral, todos referiram ter recebido apoio emocional dos seus familiares, mas que estes reprovam os comportamentos violentos tradicionalmente associados à arbitragem. O Árbitro 2, de forma sucinta, respondeu:

“Relativamente à família, posso dizer que a vez seguinte que eu fui fazer aquela equipa, os meus pais, apesar de serem pessoas que seguem a minha carreira de uma forma mais distante, foram ver apenas um jogo meu ao estádio, mas foi algo que os deixou inquietos, sim, sem dúvida. Senti a preocupação da minha mãe a ir, quando eu fui fazer novamente aquela equipa, sendo que depois disso, como é óbvio, fui tranquilizando e eu fui-lhe sempre garantindo que estava tudo bem, estava tudo controlado”.

Tendo sido a situação que precedeu o término da carreira do Árbitro 7, este apenas salientou a reação da sua família: *“A minha mulher ficou um bocadinho em pânico. Ligou-me logo a perguntar o que era que se passava”.*

Os familiares do Árbitro 4, de acordo com o próprio participante, são participativos e envolvidos na sua carreira de árbitro. Acerca do papel e reação do pai face à agressão, o Árbitro 4 afirma:

“O meu pai vem ver os meus jogos todos e estava lá no campo e uma hora começou tudo a acontecer, ele começou a gravar porque, ou seja, já ando com ele há algum tempo, ele sabe como é que isto se desenrola [...] o que me ajuda é dar-me apoio, falar comigo, dizer para eu não ir abaixo, suportar-me, dar-me apoio a 100%”.

Em contrapartida, o mesmo participante refere que a mãe: *“Já não vai ver jogos, mas quando vai já não consegue – ‘Isto é esquisito’. A minha mãe diz que quando ia ver jogos, as mulheres ao lado dela chamavam-me de tudo e ela diz que não se sente à vontade”.*

Nalguns casos, os participantes revelaram que os seus familiares queriam que os estes desistissem das suas carreiras de árbitro após a experiência de agressão. Por exemplo, o Árbitro 3 respondeu: *“Quando cheguei a casa a minha mãe reagiu um bocado mal e apoiou-me a desistir da arbitragem. Das primeiras reações dela foi para desistir da arbitragem”.* Já o Árbitro 7, tendo tido familiares com reações similares, sublinhou também uma das razões por que não desiste da carreira:

“A minha esposa não gosta que eu ande na arbitragem. Pronto, eu estou casado há 27 anos e andar 25 anos na arbitragem não é fácil: a esposa, dona de casa; o marido, de fora ao fim de semana... Ela queria que eu abandonasse. Mas eu disse não. Se eu abandonar, estou a dar razão, estou a dar força a eles. Foi mais isso que me fez continuar”.

A Vitimação

No quarto bloco de perguntas, referentes à vitimação dos árbitros agredidos, importa primeiramente salientar que, de um modo geral, os entrevistados experienciaram e perceberam a sua vitimação de diferentes maneiras e que, à exceção dos Árbitros 1, 2 e 8, todos os restantes foram hospitalizados para realizar exames médicos (cujos relatórios seriam posteriormente agregado ao processo-crime). Desde logo, nas respostas às perguntas relativas a possíveis represálias após a sua apresentação formal e/ou apenas às potenciais abordagens de terceiros, após o episódio agressão em si, foram diversas.

Por exemplo, o Árbitro 5 tendo sido agredido fisicamente, respondeu desvalorizando os insultos que sucederam a primeira agressão: *“Não, não sofri represália nenhuma. Até hoje. A não ser bocas na bancada [...] Apenas e só bocas na bancada. Sinceramente. Outras bocas durante duas ou três semanas. Depois o pessoal acabou por esquecer”.*

Já o Árbitro 7 afirmou que foi abordado logo no instante da agressão, na medida que ainda o tentaram dissuadir de terminar a partida e a sua carreira:

“Fui abordado pelo dirigente da equipa da casa, a perguntar se eu ia continuar a arbitrar. E eu disse que não. E ele: ‘OK, tudo muito bem. Boa! Está no seu direito, muito bem’. Depois fui abordado pelo treinador da equipa de fora, que não gostou muito da minha decisão”.

De forma similar, o Árbitro 1 relevou que o treinador-adjunto, do clube associado à sua experiência de agressão, o abordou depois do sucedido, numa tentativa de proteger o agressor:

“O treinador-adjunto, altamente nervoso, virou-se para mim e para todos que lá estávamos [...] e disse: ‘Olhem, eu queria que você escrevesse no relatório por que estão a difamar aí uma senhora nas redes sociais, a dizer que ela cortou os pneus do carro do árbitro, e isso é mentira, que ela não fez nada disso’.”

O Árbitro 4 revelou que não foi abordado negativamente após a sua agressão, que as abordagens existentes foram sempre em sua defesa/proteção e sublinhou a importância de haver mediatismo em torno das agressões, para disponibilizarem mais apoios para estes profissionais:

“Falou muita gente comigo [...] Olha, o presidente da associação falou comigo. Que dava qualquer apoio que fosse preciso, a nível jurídico ou mental, o que fosse necessário. E acho que para a nossa classe às

vezes é sentir muito este apoio [...]. Claro que podia haver mais apoios e, às vezes, existe apoio quando o caso se torna mediático “.

Porém, e utilizando o exemplo da experiência do Árbitro 6, mesmo com mediatismo em torno desta (tendo sido publicada em jornais desportivos), o árbitro agredido careceu de apoios e partilhou que teria pedido para não arbitrar um jogo da semana seguinte, mas não havia recursos para lhe conceder esse pedido: *“Eu até perguntei se podia não ir ao jogo [...] Só que o conselho de arbitragem não tem na área. Já disse que se não fosse, o meu colega tinha de arranjar alguém, que não tinha. Pronto, e eu acompanhei-o”.* Já o Árbitro 8, vítima de agressão verbal, salienta-se que foi o único entrevistado que decidiu não apresentar queixa formal e cujo episódio de agressão tenha resultado num processo-crime.

A Vitimação Secundária

Quanto às reações dos colegas de profissão e/ou amigos dos entrevistados às agressões, de acordo com as respostas obtidas, verifica-se que na maioria os seus amigos/colegas de profissão apoiaram emocionalmente os árbitros agredidos, à exceção dos Árbitros 2 e 6. Por exemplo, o sucedido com o Árbitro 6, sendo que este revela ter sido revitimizado nas redes sociais:

“Sabe que quando fui agredido, muitas pessoas por ter sido agredido com a [...] os comentários às vezes eram os comentários de um bocado de gozo [...] Às vezes, comentários como aconteceram um comentário para mim, eu não ligo nada a isso, mas um comentário que apareceu lá num grupo do WhatsApp [...] acho eu, que depois de uma pessoa ser agredido, ninguém gosta de ser agredido [...] Depois ainda com essas palavras, assim um bocadinho mais fortes, que está mesmo a abusar com uma pessoa depois de ser agredido. Mas pronto, como não são árbitros...”.

Tendo tido uma reação semelhante, à do Árbitro 6, por parte dos seus amigos, o Árbitro 2 respondeu de forma emotiva e esboçou expressões de profundo desagrado:

“Aqui há tempos houve uma agressão bárbara na Turquia, penso eu, um árbitro no chão, que foi agredido pelo presidente do clube. Acho que foi na Turquia. E nessa altura eu estava a chegar ao trabalho e houve um colega meu, que costuma discutir comigo futebol, discutir de uma forma positiva, virou-se para mim e disse: ‘Ó [...], qualquer dia acontece isso a ti’. Ó pá, foi algo que me cegou por completo! E eu disse-lhe: ‘é por mentalidades como a tua que um dia nós vamos ter uma sociedade, em que a tua filha vai estar a passear com as amigas na rua e vai chegar um homem e vai lhe mandar um [...]’. Desculpa-me os termos, mas foi dessa forma que eu disse. E aquilo tocou-lhe “.

Incluída no mesmo bloco, foi ainda colocada uma pergunta com o objetivo de saber a opinião dos entrevistados acerca da atitude da comunicação social, face às agressões a

árbitros de futebol e se esta detém alguma influência nas suas experiências de agressão. Todos os participantes responderam de forma diferenciada, fazendo analogias e/ou fundamentando as suas opiniões através de diversos argumentos.

Segundo o Árbitro 1:

“Para mim, na minha opinião, a comunicação social deveria ser mais contida. Primeiro porque a comunicação social tem um poder tanto informativo como incitador dessas agressões. Por vezes, a comunicação social faz um trabalho de publicidade contrário àquilo que efetivamente se pretendia. Porque se fizessem um trabalho de publicidade e de informação, com as consequências associadas a esse facto, seria benéfico e uma informação positiva e dissuasora. Agora se dizemos e fazemos publicidade, apenas porque anda toda a gente «à batatada» num campo de futebol, isso é só dizer que estamos a banalizar. Que é aquilo que eu sinto que infelizmente a comunicação social está a fazer neste momento”.

Relativamente aos conteúdos produzidos pela comunicação, a maioria dos participantes partilha de pontos de vista bastante próximos. Por exemplo, o Árbitro 4 afirma que:

“A comunicação social, por mais que nós tenhamos e por mais que seja errada, a minha opinião, e muito excessiva, não vai mudar. Porque a comunicação social, quer ter atenção, quer ter as visualizações, a CMTV nesse aspeto é muito, quer ter a história mais concreta, que dá mais sangue, chama mais visualizações. E a história que chama mais visualizações, se calhar não vai ser o jogador agredir o árbitro, mas o árbitro agredir o jogador”.

Recorrendo a expressões idênticas, o Árbitro 8 acrescenta:

“A comunicação social, alguma dela, gosta é de ver sangue, digamos assim. E depois temos comentadores que ainda querem mais sangue e que estão lá [...] E às vezes dizem coisas usando uma expressão assim um pouco vulgar, «que nem ao Diabo lembra». Toda a gente viu que aquilo não foi assim, mas as pessoas querem acreditar que foi assim. Acho que os programas onde se debata futebol são importantes. Agora, os programas onde se vai falar mal, de tudo e de todos, só servem mesmo para criar estas divisões e estes conflitos. E estas guerras, digamos assim, isto tem de se mudar para algum lado”.

O Árbitro 7 sublinha que faz falta haver mais conteúdos da comunicação social, acerca de agressões a árbitros de futebol:

“Acho que há pouca coisa. Deveria haver mais. Deveria haver mais. Deveria ser esmiuçado ao máximo, mais não seja para quem fez a agressão visse que saiu no jornal e ficasse envergonhado. [...] O que é que a comunicação social faz? É «vender a história». Ou seja, eles fazem sempre da maneira que lhes seja mais favorável para «vender a história». [...] Talvez o caso mais mediático que tenha visto foi quando o João Pinto deu um murro ao árbitro na Coreia do Sul. Mas era o João Pinto e era um mundial e era a seleção portuguesa. Quantos casos aqui no distrito não chegam nem a um jornal?”.

Salienta-se a resposta do Árbitro 3 que, comparativamente a todos os outros participantes, foi o único a responder com uma postura animada, sorridente e com algumas gargalhadas

no decorrer do seu discurso. Acerca da comunicação social, a propósito das agressões, o referido entrevistado respondeu:

“A nível de, por exemplo, dessa parte dos jornais é mais para «gozarmos». Nós estamos sempre «na borgan» e se acontece uma coisa dessas não vamos olhar para o lado mau, vamos olhar para o lado que nos vai nos divertir e é uma forma de apoio. Aquele colega que teve a capa dele, com o nome dele, com uma frase muito fixe pá... rimos bastante, gozámos muito, muitas semanas [...]”.

Árbitros Jovens vs Veteranos vs. Árbitras

Desde já, salienta-se que o Árbitro 2, além de outros entrevistados em resposta a esta pergunta, deixou também sugestões especificamente para os árbitros mais jovens:

“A maturidade e a experiência fazem-nos ter uma postura diferente em campo. Nós costumamos dizer: [...] é diferente tu olhares para mim de cima ou olhares para mim de baixo. E quando estamos a falar de um jovem, por norma, eles olham-lhe de cima para baixo, certo? [...] O ideal, e eu costumo dar esta opinião aqui no distrito, é esses árbitros iniciarem a carreira com pessoas mais experientes. Quando vai um jovem acompanhado com um adulto, da mesma forma que uma criança vai, a primeira vez, à escola com o pai, e vai de mão dada, nós no fundo temos de criar esse mesmo processo. Porque eu tirei o curso e aprendi assim. Acho que é isso que é preciso. Ou seja, nós ensinarmos aos mais pequenos quais são as estratégias que nós temos de utilizar perante as adversidades, que nós vamos encontrar na arbitragem. Quando vão três miúdos para um campo, é muito difícil tu lhes conseguires ensinar o que quer que seja. Porque tu não vais vivenciar o que eles vivenciaram, não vais ter a noção do ambiente que lá estava, do que é que lhe disseram, de que pressão é que tiveram, etc. [...] O ideal, no meu ponto de vista, e o caminho correto, que nem sempre é possível, é os mais jovens aprenderem com os mais velhos. Acho que é a melhor forma”.

O Árbitro 3 começou logo por dividir a sua resposta, dedicando uma parte desta aos árbitros veteranos e outra aos árbitros mais jovens. Deste modo, o participante partilhou as seguintes sugestões:

“Os mais velhos não precisam das minhas dicas, porque eles têm muitos mais anos do que eu. [...] Os mais novos, que entrem com calma. A malta que está a começar tem de entrar com calma e tem de se esforçar muito no início para tentar elevar o seu nível. A malta que já anda aqui há uns 3/4 anos e que até tem alguns objetivos, é estar atento às sugestões. É o mais importante! Lá dentro podes errar 10 vezes, mas nas 10 vezes que conseguiste gerir os jogadores, o jogo não vai ‘incendiar’. [...] E quando ‘explode’ é mau... Quando perdes o controle de uma equipa muito dificilmente vais agarrá-la outra vez”.

O Árbitro 6 também salientou as questões dos árbitros jovens e da importância da gestão das nomeações dos árbitros:

“Isto é muito complicado, porque um árbitro jovem sabe que é assim: quando se inicia uma época, é como nas equipas de futebol, os árbitros escolhem os melhores para andar com eles. E depois, sobram aqueles árbitros que [...] depois formam uma equipa de três jovens. As próprias associações, acho que também têm um pouco de culpa nisso. A cada dia, três jovens vão para um jogo de futebol. Devia ser: um veterano

e dois jovens. Porque, imagine só, esses jovens chegam àqueles escalões [...] e têm de arbitrar Sêniores. Os próprios jogadores dirigentes chegam lá e veem três miúdos [...] se não tiverem alguns anos de arbitragem, os dirigentes começam a ‘apalpar o pulso’ deles e depois fazem deles o que querem. [...] as próprias associações é que deviam formar o trio da arbitragem que vai para os jogos. Não quero dizer pela qualidade, mas pelas dificuldades. Ter mais anos de arbitragem também conta... já se passou por muitas coisas para fazer um jogo de futebol. Acho que é uma situação que deveria ser revista mesmo: formar as equipas. [...] eles agora até fazem cursos online. O miúdo está a fazer um curso online, ele não teve uma aula de campo, quase, e vai para um jogo. Ele chega lá e é complicado. Se chegar lá com mais dois miúdos, poucos mais experientes que ele, pode correr bem..., mas tem tudo para não correr bem!”.

Relativamente à proteção dos árbitros mais jovens, o Árbitro 7 acrescentou o seguinte:

“Quando vou com miúdos estagiários, como é o caso [...] eu faço questão de dizer aos treinadores: ‘Misters, atenção! É o primeiro, ou segundo, jogo deles. É normal que eles falhem, mas vamos ter calma, ok? Eu falo com eles, dou as dicas todas que tiver de dar, mas ajudem-me do vosso lado também, porque eles têm de aprender em algum lado. E é aqui neste jogo que eles vão aprender’. Geralmente, tenho bom feedback quando digo isso aos treinadores. Eles dizem: ‘Ah sim, senhor árbitro, tudo ok! Nós precisamos de árbitros. Por isso, venham eles!’. Geralmente, há abertura para isto. Mas pronto, é tentar, como mais velhos que nós somos, também educá-los um bocadinho”.

Dada a sua experiência na arbitragem, o Árbitro 8 começou por sugerir:

“Primeiro, têm de gostar muito de cá estar, porque não é fácil ser árbitro de futebol. E depois, é importante que tenham alguém, de preferência na arbitragem, não precisa ser familiar, amigos, mas alguém com quem se relacionem, com quem possam falar, desabafar, [...] pedir conselhos, pedir até: ‘Olha, vou ter jogo. Podes vir comigo? Vês aquilo que eu faço bem, onde é que eu posso melhorar...’ Mesmo os mais jovens, é normal terem um relacionamento com os jogadores, fruto da inexperiência. Às vezes pode propiciar uma situação de confronto, digamos assim, e às vezes ter alguém que lhe diga: ‘olha, não faças assim, não fales com o jogador assim, ou não tenhas esta atitude assim’. Acho que ter alguém por perto que os possa dar um apoio, dar um conselho, acho que poderia ser útil”.

Primeiramente, e em relação às mulheres na arbitragem, o Árbitro 5 falou-nos do estigma associado a este tópico e que o tipo de personalidade da árbitra é um fator importante:

“Em relação às árbitras, nós na nossa realidade, temos agora duas árbitras [...] e acho que são árbitras com alguma personalidade também. E já existem árbitras um pouco mais velhas. Mas eu acho que [...], se calhar, o estigma pode levar a que o pessoal menospreze um pouquinho o papel da mulher como árbitra. Porque não está habituada, mas parte também um bocado da personalidade. E eu acho que, pelo menos, as nossas árbitras têm essa personalidade. Eu acho que é pior um árbitro jovem, bastante jovem, do que uma própria árbitra. Mesmo que exista esse estigma de ser uma árbitra apitar no jogo”.

Partilhando de um ponto de vista similar, o Árbitro 3 afirmou:

“Têm mais respeito com o árbitro, por serem do sexo feminino, e não estou a generalizar. Normalmente nota-se um respeito acrescido para elas, mas também acontece. Não estou a dizer que estão livres de serem

agredidas, também já aconteceu uma vez. [...] Na minha opinião, elas só falarem para o jogador já vão controlar o jogo todo, mais que um árbitro. Elas vão ter o tato feminino delas e o jogador acaba por ter um pouco de mais respeito por elas”.

O Árbitro 8 partilhou da mesma opinião que o Árbitro 3:

“Eu fui árbitro assistente de uma árbitra, agora já está mais na moda haver árbitras e, na altura, ela acabava por ser mais facilmente respeitada do que, por vezes, éramos nós, homens. Na altura, o futebol feminino ainda não era o que é agora, não foi assim há tantos anos, mas não era como é agora e fazíamos bastantes jogos de Séniores masculinos e notava-se que na altura que os homens acabavam por respeitar mais as mulheres do que propriamente a nós”.

Em contrapartida, o Árbitro 4 acrescenta que as mulheres do público agredem as árbitras com maior intensidade, com base na sua experiência de ter uma colega árbitra:

“Eu já ouvi coisas muito feias, mesmo muito feias, e é principalmente, nem é de homens, é de mulheres. Elas falam de aborto, tudo... é muito feio! [...] Tudo o que eu chamo de ofensas assim, são sempre mulheres. Eu, quando ela apita, sou o assistente e o público está atrás de mim. Portanto, do lado onde eu estou, as mulheres são muito gordas, estão ali a beber cerveja e chamam-lhe de tudo. Os homens já não têm mais cuidado.”

Sugestões para o Combate à Violência Desportiva

Apesar do cariz semi diretivo das entrevistas, foi feita a todos os participantes a mesma pergunta final, para dar por encerrada a entrevista: “Que sugestões tem para fazer face às agressões aos árbitros?”. Surpreendentemente, além de todos os entrevistados devolverem respostas diversas, sublinharam também determinados aspetos que, nas suas perspetivas pessoais, influenciam negativamente a vida do árbitro de futebol em Portugal, tais como: o aumento das punições; a promoção da figura do árbitro e a sua retenção; a fragilidades na gestão da segurança em recinto desportivo; falta de ética, possíveis favorecimentos e nepotismo. Posto isto, considerou-se importante incluir, no presente capítulo, diversas afirmações que se destacaram pelo conteúdo e pela riqueza informativa, contribuindo para uma melhor compreensão das experiências dos árbitros entrevistados.

Para o Árbitro 1, a sugestão para se fazer face às agressões a árbitros é:

“É a ‘capacitação’, tal como eu tenho vindo a dizer. É inteirar-se das experiências dos outros e aprender com as experiências dos outros, para saber o que efetivamente pode acontecer em qualquer momento, sem nada fazer prever uma situação de conflito... E estando capacitada vai intrinsecamente atuar em função de, seja na defensiva [...] ou ter a capacidade de gerir, sem que tenha de fugir, como é óbvio, lidando com a situação e tomando as melhores decisões, como por exemplo, agir com naturalidade numa situação de conflito na bancada, leva-a com uma maior maturidade [...] E aquilo vai ter o efeito dissuasor daquele distúrbio, que é externo”.

Este participante deixou também uma segunda sugestão, para quem não é árbitro de futebol: “

Primeiro, antes de nós julgarmos os outros, temos de ter a capacidade de nos colocar no lugar dos outros. Saber o que estamos a fazer e porque o estamos a fazer. [...] Toda a gente consegue dizer mal daquilo que está a ser feito por outro. [...] E os clubes e os atletas não pretendem jogar sem que o árbitro exista, sem que a regra seja para equilibrar a balança.”

De acordo com a resposta do Árbitro 2, relativamente às suas sugestões para combater esta problemática:

“Eu, para os árbitros, não tenho nenhuma. Eu tenho é para a sociedade, eu tenho é para quem define leis, quer as associações e quem define leis a nível civil. Acho que nós não podemos banalizar comportamentos destes, porque o futebol tem uma projeção muito grande e banalizar este tipo de comportamento estamos a criar uma sociedade completamente... com valores completamente errados. E essa é a minha sugestão, ou seja, tem de haver punições. Porque, não havendo punições, nós vamos escalando, vamos escalando e vamos escalando...”

O mesmo entrevistado, utilizando o exemplo terem sido retiradas as barreiras de segurança, acrescenta:

“Em Portugal, tomaram-se medidas para o desporto, para uma população civilizada, para tirar aquelas grades e não ser necessário policiamento, poder ser só segurança privada, etc, etc. Esquecemos que os nossos adeptos, a maioria dos nossos adeptos, não são pessoas civilizadas. [...] também não quero ser assim tão drástico quanto isso, mas nós criamos condições para pessoas civilizadas, só que temos muitas pessoas que não são civilizadas no desporto e isso torna-se muito perigoso”

Novamente, o Árbitro 5 à semelhança de outros entrevistados, respondeu sucintamente com a seguinte sugestão:

“Não só para os árbitros, as sugestões que eu tenho são em relação à associação. [...] Para já, sanções bastante penalizadoras. Se calhar tanto em termos monetários e em termos penais mesmo. Mas isso parte também do nosso sistema. [...] Era aí a proibição de entrar em recintos desportivos durante muito tempo”

Com sugestões dirigidas ao sistema judicial português e aos dirigentes dos clubes, o Árbitro 7 respondeu:

“Sugestões? [...] eu sou um bocado «chato», mas vou continuar a bater na base: é o sistema judicial. Punição acima de tudo. Acho que as pessoas têm de ser punidas porque, às vezes e nós sabemos, as dificuldades que os clubes têm a nível judicial e não há muito dinheiro. Se aparecesse uma multa, se calhar, todas as semanas de 300 ou 400 euros, por causa do comportamento dos adeptos, daria cabo do orçamento de um clube. Percebes? [...] E há clubes que têm sido constantemente penalizados por comportamentos dos adeptos. E porquê? Porque estes adeptos não são punidos. Não são punidos, nem dentro do clube [...] que deveriam fazer alguma coisa e não fazem, mas também não são punidos fora do clube. São

identificados pela GNR e depois ficam ali e pronto, [...] isto não dá em nada. [...] Mas eu até dou uma sugestão aos presidentes: 'quando aparecer uma multa, vocês viram aquele comportamento incorreto daquele grupo de adeptos, vão lá ter com eles que, às vezes, até são vossos e vocês já sabem [...] se vier a multa sobre esse jogo, eles pagam. Ou pagam, ou não entram cá mais'. [...] Acho que faz todo o sentido arranjarmos forma de punir esta gente. Porque os clubes também não podem continuar a ser penalizados por estas pessoas que, às vezes, são adeptos do próprio clube, mas não ajudam o clube em nada e, quando vão lá, só fazem porcaria para prejudicar o clube. É horrível para um clube todas as semanas, como eu vejo clubes aqui [...], a levarem todas as semanas 150 euros, 200 euros ou de 150 a 200 euros em multas. Para aqueles clubes muito pequeninos faz uma moossa tremenda”.

Posteriormente, o Árbitro 8 referiu também as questões da segurança em recintos desportivos e da necessidade de haver punições:

“Sempre defendi que os jogos de todos deviam ter policiamento. Os únicos, que é obrigatório policiamento, são os jogos em condições profissionais, por exemplo, a primeira e a segunda liga. [...] Como eu disse há pouco: muitos dos problemas acontecem nos jogos das camadas jovens. Porque que os pais não conseguem comportar-se, digamos assim. E aí era importante, não só pela segurança dos árbitros, mas também pela segurança dos próprios adeptos... é uma das sugestões que eu acho que faz sentido! Também sei que nem sempre é possível... mesmo que fosse obrigatório em todos os escalões, sei que não é possível ter policiamento em todos os jogos. [...] E se as punições para quem tem comportamentos menos corretos: seja adepto, seja jogador, seja até árbitro. Porque também existem árbitros que têm comportamentos menos corretos. Não digo que os árbitros agridam os adeptos, ou os jogadores, ou os elementos do banco, mas há árbitros que também têm comportamentos menos corretos”.

Com base na sua experiência na arbitragem, o Árbitro 6 foi capaz de referir diversos aspetos que deviam ser tidos em conta, tais como, a formação dos dirigentes e treinadores e estratégias para se lidar com os bancos de suplentes, de cada equipa durante a partida, entre outras sugestões. Posto isto, este participante afirmou:

“As sugestões que eu tenho são as que eu vou dizer... A formação, principalmente, a dirigentes e treinadores. Porque se não houver confusão de um banco, eu acho que os jogos correm sempre bem. [...] é mais fácil eu ir ao banco, mostrar um cartão e/ou expulsar um jogador do banco. Porquê? Porque para os próprios jogadores lá dentro, eu só vou expulsar um jogador lá dentro por um comportamento que não seja ter agredido alguém. [...] É totalmente diferente de um jogador, que tem 70 ou 75 minutos, já cansado, a cabeça dele já não pensa da mesma maneira que um jogador que está sentado no banco. Este está ali só como um espectador a ver o jogo. E eu aí não perdoos nos bancos! É uma coisa que eu não perdoos e quando eu comecei a fazer isso, os jogos têm de correr melhor. Porque os próprios jogadores sentem que foi o banco que, às vezes, ‘incendiou’ isto”.

i.) A Proteção e a Retenção de Árbitros

À semelhança do Árbitro 2, que teria referido a importância da definição/reformulação de leis e respetivas sanções, o Árbitro 4 começa por partilhar a sua opinião acerca da

justiça em Portugal. Mencionando aspetos como as condições laborais e a consequente retenção dos árbitros, este participante sublinha:

“Eu acho que a justiça em Portugal tinha de ser muito mais dura, [...] o exemplo da Inglaterra. Se calhar, um fator que aumentaria a retenção... Se nós conseguíssemos aumentar ligeiramente os prémios dos árbitros, porque, não sei se você está familiarizado, mas todas as semanas saem mapas festivos, que os clubes têm de pagar multas pelo comportamento do povo, por exemplo. Os prémios que os clubes têm de pagar à associação por inscrever jogadores, inscrever equipas em competições, é muito dinheiro. A associação tem muito dinheiro. Uma federação tem muito dinheiro, mas estamos a falar de quantidades absurdas. Se aumentassem ligeiramente os prémios, havia muito mais retenção dos árbitros. Os árbitros estavam mais motivados. Os árbitros deixavam de fazer 5 e 6 jogos e passavam a fazer até 2 e 3 jogos, no máximo. Ou seja, conseguiam conciliar arbitragem com os estudos, com o trabalho e conseguiam melhor rendimento nos jogos. Os clubes sentiriam isso.... Era uma situação de vitória para clubes, árbitros e associação. E lá está, o descontentamento diminuía. Isto é a minha visão das coisas”.

O Árbitro 7, num tom assertivo e altamente audível, sublinhou a importância que o sentimento de segurança, destes profissionais, e o sistema judicial têm na proteção do árbitro:

“Eu vou ter de começar pela base... E a base para mim, neste caso, é o sistema judicial. Fácil! Confrontos entre adeptos nos campos, como nós temos visto, mortes, confrontos fora do campo... Tudo isso, ao passar em pune, dá aso a que o pessoal vá ‘esticando sempre cada vez mais a corda’. Ou seja, tens de começar pela base... E a base toda é o sistema judicial. Tem de ser! Tem de ser por aqui que vais ter de começar. Só daqui é que depois as pessoas vão começar a perceber: ‘OK, somos punidos se fizermos isto a um árbitro, ou se fizermos isto a uma pessoa». Aí os árbitros também já se vão sentir um bocadinho mais protegidos’.

Já o Árbitro 8 afirmou que o poder e o alcance informativo, da comunicação social, poderiam constituir-se como fatores de proteção dos árbitros:

“Eu acho que atualmente há muitos programas de debates entre comentadores, há muitos programas de debates acerca das decisões da equipa de arbitragem... ‘É bom que se esclareça, quando se estiver a esclarecer!’ É importante esclarecer as decisões dos árbitros, mas tudo o que é de mais, acaba por, na minha opinião, se tornar rotina e acaba por não trazer benefícios nenhum. Antes pelo contrário, acaba por gerar mais discussões. Porque depois há a opinião de um, a opinião de outro, a opinião de outro. E acho que aí, podia-se proteger mais os árbitros e mesmo o futebol”.

Com foco nos árbitros mais jovens, o Árbitro 6 sugeriu:

“O acompanhamento dos núcleos para com o árbitro. Eu acho que para os mais jovens, se os dirigentes, e eu não estou a falar de dirigentes dos clubes, mas os dirigentes das próprias associações, têm muita gente lá, [...] deviam fazer um acompanhamento gradual com os jovens. Porque [...] os veteranos conseguem sempre levar o jogo ao bom corpo. Os jovens, eu acho que eles se sentiriam melhor se fossem acompanhados mesmo pelos próprios núcleos, pelos próprios dirigentes... Acho que era uma coisa boa”.

No que concerne à retenção e à promoção do curso de árbitros de futebol em Portugal, este participante ainda referiu:

“Reter mais árbitros é uma coisa que não é fácil. [...] Eu aqui digo, porque tenho árbitros há muitos anos, que fazem um curso online. Imaginem só... [...] Às vezes tem, no distrito todo, 15/16 candidatos. Esse curso, por exemplo, as aulas terminam agora em junho ou julho, nós podíamos fazer o curso online antes de entrar em férias, quando os miúdos estivessem em férias. Mas não, [...] As famílias têm de ter férias e é praticamente no mês de agosto ou fim de julho, princípio de agosto. Ou faziam em setembro, ou outubro, quando os miúdos não estivessem em férias, nem quando estivessem na época de testes na escola. Aí acho que chamava mais para ter mais árbitros no Portugal. É a minha opinião, vale o que vale, não sei se vale muito, se vale pouco, mas é a minha opinião”.

ii.) O Ponto de Contacto com a Segurança

Um dos aspetos que a maioria dos entrevistados considerou como problemático na arbitragem, foi a gestão da segurança do recinto desportivo. Esta fragilidade, no ambiente laboral do árbitro de futebol, foi mencionada juntamente com um ponto, considerado como crítico do ponto de vista dos participantes, sendo este: o PCS (Ponto de Contacto com a Segurança). Deste modo, o Árbitro 3 afirmou:

“Os PCS, não sei se sabes o que é... Há nos jogos não é a GNR ou a Polícia. [...] temos os PCS, que são ‘diretores de clubes com um curso especial’. Tens alguns PCS que não fazem o seu trabalho, como tens alguns muito bons. Mas a maior parte não faz o seu trabalho. A maior parte está lá para apoiar o seu clube e para reclamar com o árbitro. Tive uma situação há duas épocas atrás, em que o PCS era presidente do clube e, como presidente do clube, andava lá como se pudesse falar para toda a gente como queria. Mesmo para os árbitros e mesmo para a adversária. Ele acabou por ser dispensado e essas atitudes duma pessoa, que está para zelar pela segurança do recinto, não vai ajudar. Vai só complicar as coisas [...] São presidentes de clubes a ir para PCS, para estar a insultar os árbitros. [...] Quando levei com a pedra [...], não tinha polícia. O PCS negou-se a chamar a polícia. O PCS era o filho do presidente. E eu levei com a pedra, comuniquei que era o [...], comuniquei que levado com uma pedra [...]. Há imagens disto, atenção! O PCS veio para a minha zona, quando eu levei com a pedra. Então, o que é que nós vemos nas imagens? Ele a tentar livrar-se da pedra. E livrou-se, porque a pedra nunca mais apareceu”.

Este participante, recorrendo a outro episódio de agressão como exemplo, partilhou um momento de agressão verbal, sem qualquer razão aparente, por parte de um PCS em exercício de funções:

“[...] num jogo que eu expulsei três ‘gajos’ até ao intervalo, que até era a favor desse PCS, portanto, era a favor da equipa da casa. E tinha um PCS na bancada de colete. Porque eu já andei de colete, e sei que é: colete amarelo para o principal e coletes laranjas para os auxiliares. Estava o senhor, de laranja fluorescente e de pé, a insultar-me como se nada fosse. E eu me virei-me para ele, chamei o principal e disse assim: ‘aquele senhor pode tirar o colete! Vem a insultar-me há já algum tempo.’”

Já o Árbitro 7 referiu-se ao PCS, sublinhando os prós e os contras da função destes indivíduos:

“Há alguns jogos que não têm policiamento obrigatório. [...] Alguns clubes colocam dois diretores a fazer de PCS, mas às vezes aquele PCS tem setenta ou oitenta anos. Se vierem dez ou vinte pessoas tentarem agredir, é ele que tem de ter aquela pessoa segura. Acho que o problema começa também por aqui. [...] Às vezes, o PCS até é uma pessoa de grande estima no clube e, se houver ali alguma confusão, ele também chega lá e diz então: ‘vamos lá acalmar a coisa!’. Existem clubes onde eu já vi isso e os PCS foram uma grande ajuda. Quando o meu assistente foi agredido, tínhamos 300 ou 400 pessoas na bancada e foi um dos PCS que aguentou. Conhecia aquela gente toda! [...] Só que acho que, num distrito inteiro, contam-se pelos dedos de uma mão os casos em que os PCS são uma ajuda. Porque, às vezes, até são os diretores do próprio clube que estão lá. Já apanhei PCS a darem indicações aos jogadores, ou porque são os diretores do clube, ou já os apanhei no bar do clube”.

Os Árbitros 4, 5 e 6 mencionaram também a figura do PCS e a necessidade de policiamento obrigatório nos escalões inferiores. Os regulamentos destes acerca das medidas de segurança não implicam que haja, por exemplo, sempre PSP ou GNR presentes no recinto. Segundo o Árbitro 4:

“Há jogos que, eu não vou mentir, não há segurança nenhuma. [...] O que eu sinto é: quando eu apito CNS, como há sempre polícia, há ali mais segurança da nossa parte. Porque já tenho tido situações em que uma malta se excedeu e eu consigo ter a liberdade de dizer ao senhor agente [...]. Tudo o que é abaixo de CNS é quase sempre PCS, que é são os Pontos de Contacto com a Segurança. A malta dos clubes fica ali como se fosse um segurançazinho, veste um colete e não ajuda em nada. Esses, quando há confusão a sério, são os primeiros a ir embora e são, às vezes, os primeiros a incentivar o ódio. Por isso, é muito complicado [...] Às vezes, há ali situações que nós, não é que temamos pela vida, mas é ‘aquela pessoa’ que não nos faz sentir seguros. Porque, a qualquer momento, alguém pode entrar dentro de campo. Uma agressão, ameaças cá fora, temos as nossas viaturas... pelo menos, isto é o que eu sinto, nas camadas mais jovens. No CNS, a polícia é um contexto diferente. Quando uma pessoa exterior olha para um polícia, já acalma e já tem outra forma de abordar as coisas. Não vai, se calhar, ofender tanto se a polícia estiver ao lado dele, porque a polícia pode dizer: ‘Amigo, o que é que está a dizer?!’ Enquanto estes PCS... estão se a cagar”.

Tendo referido anteriormente que as camadas jovens seriam os escalões com mais agressões a árbitros, o Árbitro 6 acrescenta:

“Por exemplo, nós aqui em [...], em Séniores, temos jogos que muitos deles não têm policiamento, já são empresas de segurança ou são só duas pessoas que estão ali... não conseguem controlar e não têm contido este problema nas camadas jovens. [...] Para mim, os PCS são ‘zero’. Sabe que os PCS [...] são aqueles que, se eu disser que num jogo em que eu tive uns PCS, no grito que fazem antes de iniciar o jogo, eles estavam lá, juntamente com a equipa deles. E agora, diga-me: como é que essas pessoas conseguem proteger o árbitro? Se, no grito dos jogadores, os PCS estão lá e fazem o grito com a própria equipa. Quando estão lá, estão à volta do campo a dar instruções à equipa deles. Eles podem pôr como PCS um treinador-adjunto e essa equipa até está a ser um bocadinho privilegiada em relação à outra, porque até ficam com um treinador de cada lado”.

O Árbitro 5, partilhando de um ponto de vista similar ao do Árbitro 6, também mencionou a importância do policiamento obrigatório nas camadas jovens e, mais uma vez, foi mencionada a ineficácia dos PCS, na gestão da segurança do recinto desportivo:

“Uma das coisas que eu não concordo é: não haver policiamento obrigatório nas camadas jovens. E aí, parte também, da associação... Da Associação, da Federação, etc. Porque acho que, por exemplo, aqueles PCS penso que em qualquer confusão, não seriam eles a meterem-se para nos proteger. [...] A minha opinião, em relação ao PCS, óbvio que é negativa. Como é óbvio que não é uma solução. [...] Na minha opinião, se há uma confusão, ou há qualquer coisa mais grave, não têm qualquer tipo de condições para assegurar a segurança do jogo e a nossa. [...] Uma vez tive uma situação, há 3 anos, num jogo sem polícia, com esses PCS... em que um miúdo de 14 anos, estava a ser completamente «enxovalhado» pela bancada, «enxovalhado» pelos treinadores. Ele, como é óbvio, falta-lhe autoridade, falta-lhe personalidade, mas é normal de um árbitro de 14 anos, 14 anos é a idade mínima para arbitrar os jogos. [...] Nesse tipo de situações sentiram-se bastante inseguros”.

iii). Corrupção Desportiva

Por fim, apresentam-se as declarações que alguns dos participantes partilharam relativamente à existência de favorecimentos, de nepotismo, de manipulação na nomeação dos árbitros, entre outras atividades contraéticas desportivamente e ilegais. De forma sucinta, o Árbitro 5 afirmou:

“Não tenho muita experiência, tenho seis anos, há três anos a ser observado. Mas como é óbvio, isto não se decide só nos testes e nos físicos. E nas observações há muitas coisas que, se calhar, tendem a alguns favores. Mas isso pronto... Isso existe, como é óbvio que existe [...] Muitas das vezes, costuma-se dizer que o pior inimigo do árbitro é o próprio árbitro. [...] Este tipo de questões são um bocado delicadas..., mas é o que é! Umhas vezes uns são usados, outras vezes outros não são usados. Mas já houve ‘certo tipo de

compatriota' a quem isso... 'existiu'. Como é óbvio que existe! E desde a distrital que lá está [...] Eu tenho pouca experiência e já vivenciei algumas situações dessas”.

Referindo as fragilidades ao nível distrital, o Árbitro 4 referiu:

“Olha, na distrital é demais, porque na distrital não há o controle que existe na federação. [...] há distritos aqui, por exemplo, como a Guarda, se calhar Vila Real, onde a população é muito menos, há muito menos árbitros, ou seja, consegue-se fazer mais ilegalidades. Na federação já não, porque na federação já é tudo descortinado. Atualmente, os clubes descortinam isso tudo: o árbitro para apitar 'X-Jogo' tem de ter provas dadas. No distrito isso não funciona assim, porque no distrito está 'tudo no mesmo saco'. [...] Na federação também há interesses, mas no distrito é mais fácil de concretizar. [...] na distrital é onde a malta começa. [...] Não sei se tu conheces o [...], que entrou na federação agora. Ou seja, é este tipo de diferença. No distrito o que se diz é que está tudo no início, está tudo a começar. [...] 'Que provas é que este 'gajo' não deu?' Não há provas dadas, pois é mais fácil fazer estas ilegalidades, em jogos, ou até finais, ou ali umas coisinhas e observações. Metem o 'Observador X' em vez do 'Y'. Isto não vai mudar, depende de muitos fatores”.

Tendo exercido também as funções de Observador/Examinador de árbitros de futebol, o Árbitro 6 deu a conhecer a sua opinião à luz dessa perspetiva:

“Eu vou lhe dizer... eu tenho um bocado de influência. [...] Imagine só que o João Pinheiro tinha um filho... não me interessa! Mas pronto, ele tinha um filho e eu, como observador, vou ver o filho do João Pinheiro: 'ah, tem de se ter um bocadinho mais de cuidado'. Agora, se vou ver o filho do 'Zé da Esquina', dizem: 'É o que ele apitar... Se está bem, está bem. Se está mal, está mal!' Eu não estou a falar em 'cunhas', mas às vezes o nome conta muito.”

O Árbitro 4, convergindo com o Árbitro 6, salienta: *“[...] Há esse contexto exterior, contexto interior, há muitos favorecimentos, há muita coisa que se passa como nos partidos políticos: favores, quem é filho de ex-árbitro, ou quem é filho de malta importante.”*

Por fim, este entrevistado partilhou ainda a possibilidade de haver manipulações no momento da nomeação dos árbitros, para os jogos. O Árbitro 4 acrescentou o seguinte:

“Ouça, eu já tive um caso, de um colega meu que recebeu uma nomeação para um jogo do [...]. Passadas umas horas, tendo em conta que a lista foi publicada, estavam os 'gajos' do conselho a ligar para o meu colega, a dizer: 'Olha, o clube já nos ligou. Houve um «bug» e dizem que não vão a jogo contigo. Lá temos de fazer aqui uma alteração, vamos trocar o jogo'. Ouça, atualmente como isto está, o problema é da Associação. E porquê? O clube pede a troca, a Associação concede e o clube pensa assim: 'Olha, eu é que mando nisto!' A Associação tem de dizer: 'Não, não! Quem manda sou eu. Tu, que não queres o árbitro, vais chorar. E olha, não vais ao jogo, apanhas 3-0 e perdes o jogo'. [...] Só que, depois há uma volta: 'lixava' o conselho de arbitragem. Mas havia sempre alguém que ligava e se trocava. [...] E agora há muitos clubes a reclamar. [...] Temos de defender essa posição. [...] Ou seja, o conselho de arbitragem

tem a liberdade necessária para escolher quem quiser para apoiar o jogo. Desde que o quadro da pessoa permita fazer aquele jogo. Tem a liberdade de escolha. Agora, desde o momento que o clube diz que 'Não, não. Eu quero este gajo a apitar', e eles deixam. E vencer também. Esqueça! Eles é que mandam nisto. É o triste disto “.

Em suma, os resultados obtidos evidenciam a complexidade e a diversidade das experiências de agressão e vitimação vividas pelos árbitros de futebol em Portugal, revelando fatores de risco, impactos pessoais e profissionais distintos. A análise aponta para a influência de variáveis como idade, profissão e contexto institucional, além de fragilidades administrativas que podem agravar o fenómeno. Estas constatações servem de base para uma discussão mais aprofundada sobre as implicações e potenciais soluções para mitigar este problema.

3.2. Discussão dos Resultados Obtidos

Toda a pesquisa bibliográfica realizada e espelhada neste trabalho apresenta e explica todo um conjunto de conceitos e teorias que, diretamente ou indiretamente, estariam relacionadas com agressões a árbitros de futebol ou poderiam, de certa forma, contribuir com informação relevante para se atingir os objetivos do presente estudo.

Estas bases teóricas-conceituais juntamente com os resultados obtidos permitiram afirmar, por exemplo, que os árbitros entrevistados na sua totalidade compreendem e conhecem os contornos referentes à temática abordada, não se abstendo de responder a qualquer pergunta colocada. O facto de termos entrevistado indivíduos formalmente acreditados como árbitros de futebol, assumiu-se como uma condição primária para a validade dos seus testemunhos.

A Iniciação na Arbitragem e Dados Sociodemográficos

No que concerne à experiência na arbitragem e conforme descrito no subcapítulo anterior, os participantes do presente estudo seriam constituídos por 4 árbitros, com 10 anos mínimos de experiência, e 4 árbitros, indubitavelmente mais jovens e com menos de 10 anos na arbitragem. Esta diversidade de faixas etárias permitiu a obtenção de pontos de vista diferenciados pela própria vivência dos entrevistados, dentro e fora das quatro linhas. Deste modo e indo diretamente à categoria relacionada com as experiências de agressão, apesar de este ser um tema sensível de partilhar, por não se querer reviver a situação, a maioria dos participantes foi capaz de descrever o seu episódio de agressão, com a exceção do Árbitro 8, optando por apenas revelar que foi ofendido verbalmente e ameaçado.

A Agressão

Pode-se aferir que todos os participantes (100%) experienciaram agressões verbais; 5 dos 8 participantes (62.5%) experienciaram agressões físicas; 4 dos 8 participantes (50%) experienciaram ameaças; 2 dos 8 participantes (25%) experienciaram danos contra a sua propriedade/património.

Dawson, Webb & Downward (2022) mencionam que existe uma relação entre a agressão verbal e a agressão física, pois a proximidade entre os jogadores e a equipa de arbitragem constitui a oportunidade ideal para passar das palavras aos atos. Esta referência pode ser confirmada pelo facto de que todos os participantes que experienciaram uma agressão física, perpetrada por jogadores, foram também alvos de agressão verbal.

Constatou-se que as agressões que os árbitros experienciaram ocorreram em diversos momentos e locais (antes, durante e depois da partida). Isto remete a duas ideias apresentadas por Polat, Sonmezoglu & Yalcin (2017), sendo que a primeira assenta no facto de não se considerar que exista *mobbing*, no fenómeno das agressões a árbitros, apenas por 2 razões. A primeira, está relacionada com os atos de agressão raramente se praticarem em todas as partidas e materializados da mesma forma. A segunda e última razão, relaciona-se com os intervalos de tempo e estes dificultarem uma padronização. os atos praticados raramente decorrem sempre no mesmo sítios. Visto que, e referindo de novo, os árbitros podem de facto ser agredidos antes, durante ou depois da partida. 2 dos 8 participantes (25%), além das agressões verbais e/ou ameaças durante a partida, foram também violentados através de danos às suas viaturas, já fora do recinto desportivo.

Outro dado a relevar está relacionado com a materialização das agressões. 2 dos 8 participantes (25%), tiveram nas suas experiências marcadas por uma particularidade: os agressores estavam armados. Referindo também que 1 dos 8 participantes (12.5%), foi agredido com uma pedra arremessada por alguém do público. Tendo especificamente em conta a descrição da agressão do Árbitro 4 e os autores Devís-Devís, Serrano-Durá & Molina (2021), pode-se afirmar que estes profissionais, na sua generalidade, não experienciam somente agressões físicas convencionais (socos, pontapés, empurrões, etc), mas também agressões com algum grau de criatividade e perversão. Em contrapartida, no que concerne a experiência de agressão por arremesso de objeto, a teoria diz que: o objetivo de os fãs arremessarem objetos seria a criação de uma atmosfera para intimidar e pressionar os árbitros (Tamir, 2020). No entanto, e constituindo um facto inegável (dado

que houve queixa-crime formalizada), além do árbitro envolvido ter sido intimidado e pressionado, este foi também hospitalizado.

Embora não tenha experienciado uma agressão física, um dos participantes vivenciou um episódio de agressão diferenciado de qualquer outro, que conste na bibliografia ou que tenha sido partilhado pelos outros entrevistados. Os seus agressores colocaram uma criança no meio da estrada, para danificar a sua viatura quando este travasse (ou para agredir o próprio árbitro, pois este teria os vidros e portas fechadas/trancadas).

Todas as experiências dos entrevistados envolveram agressores/combinções de agressores diferentes. No entanto, importa sublinhar que dos 6 dos 8 episódios de agressão (75%) foram perpetrados pelo público nas bancadas e 1 dos 8 (12.5%) envolveu um dirigente de um clube. Estes resultados convergem com o estudo de Polat, Sonmezoglu & Yalcin (2017), na medida que para além dos jogadores, dos treinadores e do público, os próprios dirigentes praticam os atos de violência.

A Reação à Experiência

Relativamente à reação à agressão, uma parte dos participantes forneceu declarações positivas, sendo muitas das suas reações e gestão emocional pós-agressão influenciadas pelo seu emprego, fora da arbitragem (por exemplo: ser polícia, ser militar, ...). Acrescenta-se que apesar de todos terem afirmado que terminariam a partida de futebol por causa de agressão, apenas 1 dos 8 participantes (12.5%) considerou o término da sua carreira na arbitragem. De acordo com Aquino & Thau (2009), a solução encontrada pelas vítimas para lidar com o impacto da experiência pode, de facto, passar pela demissão/abandono da carreira. Além disso, dada a descrição prestada pelo participante supramencionado, acerca do seu estado emocional, pode-se afirmar também que os motivos pessoais, neste caso, os impactos psicológicos da agressão, podem levar o árbitro ao abandono de funções (Cleland, O’Gorman & Webb, 2018).

Embora o Árbitro 4, em específico, tenha descrito uma experiência de agressão de grande complexidade, pelo desenrolar do episódio e pela pluralidade de tipos de agressão/violência presentes (insultos, ameaças, “cuspidelas”, uma emboscada planeada e tentativa de agressão com arma branca), não mostrou interesse em terminar a sua carreira de árbitro. Este decidiu incluir a família na sua vida na arbitragem, para de certa forma se sentir mais apoiado, os seus pais ficarem de vigilância e filmarem todos os jogos que arbitrasse, na íntegra. Já outro entrevistado, adotou outra estratégia: “ser mais rígido

com os bancos”. Sendo que este afirmou que, desde o ocorrido, não experienciou qualquer outra situação de agressão.

No que toca à motivação para continuar na arbitragem depois da agressão, os participantes referiram os seguintes pontos: o gosto pela modalidade; motivos económicos; o sentimento de vocação e pertença; ter a consciência tranquila quanto à agressão (não ter sentimento de culpa). Todavia, segundo Reis, Mazo, & da Silva (2013), a constante exposição à violência tem impactos na motivação dos árbitros. E, portanto, levantam-se aqui as questões de “e se os árbitros que continuarem motivados, por ter uma consciência tranquila, também continuarem a ser agredidos? Até que ponto vai chegar a violência ou se conseguir resistir à exposição à violência?”.

Os Impactos da Experiência

i.) Os Impactos na Arbitragem

Os participantes partilharam opiniões diferentes acerca da possibilidade destas experiências exercerem uma influência negativa na sua *performance*. Por exemplo, o Árbitro 4, deixou bem claro que o medo de ser agredido novamente condiciona a qualidade da sua arbitragem. À semelhança deste participante, o Árbitro 7 também revelou que, de facto, estas experiências condicionam a sua tomada de decisão. Segundo Glomb (2002), as experiências de agressão exercem impactos negativos na vida profissional das vítimas, sendo que estes podem ser constatados pela própria *performance*.

Segundo a bibliografia, existe uma associação direta entre a violência e o jogo de futebol em si, dado que qualquer decisão errada da equipa de arbitragem pode causar tensão, por exemplo, nos jogadores e nos espectadores. Por sua vez as agressões, tendem a influenciar a *performance* do árbitro e as suas decisões, sendo que uma das razões, mencionadas na teoria acerca destas agressões, é o facto de algumas decisões do árbitro serem consideradas injustas e influenciadas (Tamir, 2020; Yusoff & Hafizah, 2015; Carnibella et al., 1996). No entanto, apenas uma pequena fração dos participantes relevou ter sido impactado, pela experiência de agressão, na sua capacidade de tomada de decisão. Importa, portanto, sublinhar também que uma agressão não pode somente influenciar as decisões do árbitro, mas pode fazer com que este acabe por perder controlo total da partida (Mojtahedi et ali., 2021), sendo que alguns dos participantes utilizaram a expressão “incendiar” para designar essa mesma perda de controlo.

Os discursos dos árbitros mudaram de tom quando se colocou a hipótese de arbitrarem a(s) equipa(s) ou clube(s) associados ao seu episódio de agressão. A maioria dos participantes confirmou que, de facto, existiram aspetos que condicionaram a sua arbitragem e/ou exerceram alguma pressão/desconforto adicional. Coulomb-Cabagno, Rascle & Souchon (2005) afirmam que a reputação das equipas e a arbitragem, em jogos anteriores, impactam a performance do árbitro. Todavia, os participantes do presente estudo revelaram que o mais provável de acontecer é os árbitros manterem uma postura habitual/imparcial, mas os seus agressores lembrarem-se e “marcarem” o árbitro, para jogos futuros, e não o contrário.

ii.) Os Impactos na Família e Pares

De acordo com Downward, Ward & Dawson (2023), os sentimentos de motivação e compromisso, com o devido suporte familiar, podem ajudar na redução dos impactos da experiência de agressão. Esta referência pode ser confirmada através das respostas dos participantes, que relevaram a importância de ter apoio familiar e/ou de alguém com ligação ao mundo da arbitragem. Porém, no que refere à reação das famílias, observa-se que a maioria das famílias dos entrevistados teve uma reação negativa, dum ponto de vista emocional e de reprovação dos factos ocorridos. Em suma, todos os participantes revelaram que as suas famílias lhes deram apoio emocional, mas que efetivamente reprovam os comportamentos violentos tradicionalmente associados à arbitragem, tentando convencê-los a abandonar a carreira.

A bibliografia diz que as experiências de vitimação afetam negativamente as relações com a família, amigos e colegas e trabalho (Dignan *cit in*. Maia et al., 2016). Posto isto, e de acordo com os participantes, as suas experiências de agressão e vitimação tiveram impacto nas suas famílias. Além disso, os árbitros foram também capazes de descrever os sentimentos de determinados familiares, tais como: pânico, inquietação e preocupação.

A Vitimação

A teoria afirma que a procura de ajuda nos amigos e nos colegas de profissão é tida como uma estratégia para atenuar os impactos negativos da agressão (Aquino & Thau, 2009). Mas, debruçando nalgumas das experiências de agressão e vitimação, fica-se com a ideia de haver revitimação perpetrada por estes mesmos grupos de pares, sendo que alguns participantes referem ter recebido comentários impróprios, presencialmente e/ou em grupos de *chat*/redes sociais. O Árbitro 6 viu-se atacado e ridicularizado num grupo de *WhatsApp* e nas redes sociais. Já o Árbitro 2 ficou extremamente desagradado com as

atitudes de um colega de trabalho, que estaria a dizer que este participante talvez um dia viesse a ser agredido brutalmente, constituindo uma forma de vitimação secundária.

Assim sendo, a experiência de vitimação dos entrevistados é marcada por diversos elementos, dado que esta experiência foi vivida e posteriormente perspetivada de formas bastante diferentes. Alguns dos participantes normalizaram, por exemplo, agressões verbais posteriores à sua experiência de agressão e vitimação. De facto, e segundo a teoria, os insultos direcionados a árbitros são aceites socialmente entre os vários participantes/integrantes do mundo do Futebol, sendo que os próprios árbitros já esperam e normalizam a sua vitimação. Consequentemente, esta normalização e banalização da violência verbal acaba por constituir uma janela de oportunidade e legitimação para outras formas de violência (Kellet & Shilbury, 2007; Devís-Devís, Serrano-Durá & Molina, 2021). Todavia, importa salientar que a maioria dos árbitros repudia qualquer tipo de agressão contra si, tendo até como exemplos os participantes que foram revitimizados pelos seus pares e não mostraram quaisquer intenções de banalizar e/ou normalizar o que experienciaram e que têm vindo a experienciar.

O Ambiente de Trabalho do Árbitro de Futebol

O ambiente social e laboral de um árbitro de futebol, segundo a teoria, caracteriza-se como hostil, dado que estes profissionais são constantemente sujeitos a: humilhação e insultos, críticas ofensivas/destrutivas, assédio sexual, ameaças e agressão física. O próprio fenómeno da violência, enquanto processo sociocultural, abrange o futebol amador e o profissional, abarcando comportamentos de violência psicológica, constante pressão e assédio. (Polat, Sonmezoglu & Yalcin, 2017; Monteiro, Silva & Soares, 2014; Forbes, Edwards, & Fleming, 2015). De acordo com os entrevistados, constata-se de que o ambiente na arbitragem pode, por si só, constituir um facto de risco e ainda agregar outros fatores de risco potenciadores da violência contra estes profissionais. Todos os participantes confirmaram que a arbitragem é uma função stressante, embora que uns tivessem lidado melhor com o stress que outros, é importante sublinhar que, de facto, um ambiente de trabalho violento pode levar a sintomas de stress (Cleland, O’Gorman & Webb, 2018). Os entrevistados, dum modo geral, acreditam que o público não tem empatia pelo trabalho e esforço que estes profissionais têm durante as partidas, adotando comportamentos desrespeitosos e até mesmo violentos direcionados ao árbitro de futebol.

A literatura atual afirma que atos de assédio e de abuso são a fonte principal de stress nos árbitros. Deste modo, se este ambiente laboral já contém essas mesmas fontes de stress, além de contribuir para uma performance mais fraca, contribui também para um aumento de atitudes, comportamentos e sentimentos negativos entre colegas de profissão (Gorczyński & Webb, 2021; Polat, Sonmezoglu & Yalcin, 2017). Este tipo de ambiente negativo entre colegas de profissão pode-se verificar, por exemplo, nos relatos de 3 dos 8 participantes (37.5%), dado que confirmam a existência da normalização e banalização da violência e da ocorrência de vitimação secundária entre árbitros agredidos.

Dado que todas as experiências de agressão e vitimação dos participantes envolveram diversos agentes do seu ambiente laboral (jogadores, treinadores, dirigentes, público, entre outros), pode-se confirmar a existência de “*workplace victimization*” na arbitragem, pois o bem-estar do trabalhador é impactado pela prática de agressões, perpetradas por um ou mais autores da mesma organização (Aquino & Thau, 2009).

i.) As Camadas Jovens

Além destes potenciais agressores, os participantes mencionaram também a influência dos pais/familiares, de jogadores dos escalões de formação, a propósito da problemática em estudo. Convergindo com Cleland, O’Gorman & Webb (2018), que afirmam que os pais são capazes de reforçar sentimentos negativos no árbitro, como o stress e o receio. De facto, dois dos entrevistados confirmaram isso mesmo, sendo que um destes inclusivamente experienciou agressões verbais, por parte de um jovem cuja mãe o teria elogiado por essa mesma agressão. Além disso, a maioria dos participantes também deixou claro que escalões de formação são os mais problemáticos e que têm o ambiente mais hostil, por várias razões tais como: os árbitros jovens não serem respeitados pelos jogadores jovens e estes escalões não possuírem policiamento obrigatório. Em relação ao sentimento de desrespeito para com os árbitros, Forbes, Edwards & Fleming (2015) dizem que os árbitros de idade avançada podem realmente representar uma figura paternal, verdadeiramente merecedora de respeito, contrariamente aos árbitros jovens.

ii.) A Cultura da Violência no Futebol

Ainda relativamente ao ambiente laboral do árbitro de futebol, certas formas de agressão estão enraizadas na própria cultura dos agentes. As agressões a árbitros são aceites socialmente pelos jogadores, treinadores e espectadores, ao ponto de os próprios árbitros já esperarem e normalizarem a sua própria vitimação (Deví-Devís, Serrano-Durá & Molina, 2021; Kellet & Shilbury, 2007). Entre os participantes, o Árbitro 8 referiu que

esta normalização da agressão dos árbitros quando estes erram, não vai contribuir para que não errem noutras ocasiões futuras. Reis, Mazo, & da Silva (2013) sublinham isso mesmo, que a violência afeta a qualidade das decisões dos árbitros. Estas decisões, teoricamente, seriam em função da experiência de vida e de arbitragem deste e não em função da avaliação da infração, em si, dado que é muita informação distinta para absorver num só momento (Coulomb-Cabagno, Rascle & Souchon, 2005). Posto isto, pode-se de certa forma aferir que, se os anos de experiência de um árbitro forem pautados de múltiplas experiências de agressão e vitimação, a sua capacidade e qualidade de decisão poderão estar altamente condicionadas. Visto que a sua capacidade de avaliar a infração acaba por ser eclipsada pela experiência negativa que teve ao longo da sua carreira como árbitro.

Árbitros Jovens vs Veteranos vs. Árbitras

O aspeto da experiência na arbitragem remete imediatamente para o fator idade. Para os entrevistados, existem claras diferenças em ser-se um árbitro jovem ou ser-se veterano. A bibliografia diz, por exemplo, que um árbitro jovem com mais anos de experiência na arbitragem, continua a ser mais propício a ser agredido que um árbitro de idade avançada, mas inexperiente (Forbes, Edwards & Fleming, 2015). Esta perspetiva, de os árbitros jovens estarem mais vulneráveis à violência, foi confirmada pela maioria dos entrevistados, que até mencionaram que estes profissionais são “olhados de cima”¹⁷.

Os árbitros mais jovens são também os que mais demonstram níveis baixos de concentração e sinais de preocupação pré-jogo (Polat, Sonmezoglu & Yalcin, 2017). Um dos participantes mais jovens revelou ser influenciado por este tipo de condicionantes dizendo que, no seu ambiente de trabalho, o público se encontra embriagado, agressivo e que, à mínima manifestação de desagrado, para com o seu desempenho, o árbitro até “treme” na tomada de decisão. De acordo com a teoria, a *performance* e a concentração dos árbitros mais jovens é impactada pela violência experienciada e/ou pela perceção desta, levando estes jovens profissionais a este tipo de sentimentos negativos: tensão e preocupação (Folkesson et. al, 2002; Webb, 2018).

Além do próprio fator idade constituir um fator de risco, que aumenta a probabilidade de o árbitro jovem ser agredido, a própria nomeação/formação das equipas de arbitragem também pode constituir um fator de risco, ou um fator de proteção quando bem planeada.

¹⁷ O árbitro é inferiorizado, em detrimento da sua idade.

Segundo os participantes, seria crucial os árbitros mais jovens serem acompanhados por árbitros veteranos, culpabilizando as associações pelo planeamento das equipas de arbitragem. De facto, e conforme a bibliografia estudada, a “experiência de vida” pode constituir um fator determinante na atenuação/prevenção da escalada da violência, no futebol (Forbes, Edwards & Fleming, 2015).

Segundo os participantes, o rendimento se que obtém da arbitragem é muito importante para, por exemplo, os jovens investirem nos seus estudos. Porém, os mesmos referiram que os árbitros jovens acabam por ser agredidos e a sua remuneração por jogo, de certa forma, não compensa essa vulnerabilidade de experienciarem uma agressão. Acerca desta problemática, os participantes consideraram que pode ser um fator dissuasor, na introdução de novos árbitros, e que não contribui para a sua taxa de retenção. A teoria diz que a acumulação de experiências de agressão está ligada ao abandono da arbitragem, mas o respeito para com o árbitro está ligado à retenção (Glomb, 2002; Mojtahedi et al., 2022). Posto isto, fica a dúvida: se os árbitros mais jovens não são tão respeitados e são os mais vulneráveis à agressão, como se aumenta a taxa de novos árbitros e como se aumenta a taxa de retenção dos jovens?

Quando questionados acerca das possíveis diferenças entre as agressões contra árbitros e as agressões contra árbitras, os participantes referiram certos tópicos como: a gestão emocional, a perspetiva do público masculino e a perspetiva do público feminino.

De acordo com a bibliografia, as árbitras são alvo de insultos convencionais e sobretudo vítimas de violência sexista (associada à sua capacidade de arbitrar um jogo, enquanto mulheres). Estas também acabam por normalizar e aceitar este tipo de comportamentos como mecanismo de defesa, embora que detenham impactos graves na sua saúde mental e na sua carreira (Mojtahedi et al., 2021; Devís-Devís, Serrano-Durá & Molina, 2021). Todavia, uma parte dos entrevistados afirmou que as árbitras são mais respeitadas do que os árbitros. Outra parte afirmou a presença de violência sexista e/ou violência simbólica, direcionada a árbitras. No entanto, importa sublinhar que este tipo de violência não-convencional teria sido perpetrado, não por homens, mas por mulheres.

Alguns autores, presentes na bibliografia, defendem que os árbitros jovens, pela sua tenra idade e suas características, devem ser protegidos de experienciarem qualquer tipo de agressão (Polat, Sonmezoglu & Yalcin, 2017). Os entrevistados sugeriram que para se proteger estes profissionais, por exemplo, deviam formar-se trios de arbitragem

diversificados (não somente árbitros jovens), os cursos de arbitragem não podem ser exclusivamente on-line e os árbitros veteranos deviam prestar apoio e aconselhamento aos jovens.

As fragilidades administrativas e deontológicas na Arbitragem

Os entrevistados mencionaram a existência de determinadas fragilidades nas associações/instituições desportivas nacionais, tendo estas influência nas suas experiências de agressão e vitimação. 3 dos 8 participantes (37.5%) mencionaram a necessidade de haver mais punições para quem comete infrações ou comete/participa nas agressões. E, de acordo com Boschilia *cit. in* Reis, Mazo, & da Silva (2013), a prevenção e controle da violência são influenciadas pelas instituições envolvidas na modalidade. Como já havia sido referido, os entrevistados remetem a culpa para as associações, na nomeação e estruturação das equipas de arbitragem.

Outros participantes, inclusivamente, afirmaram que os próprios clubes deviam ser punidos com mais frequência, sendo que desta forma os agressores seriam responsabilizados e convidados a arcar com as penalizações/multas, atribuídas ao clube que apoiam. Segundo Da Silva, Rodriguez-Añez & Frómeta (2002), a responsabilidade do combate à violência e a sua consequente denúncia é dos dirigentes da modalidade. Relativamente a esta sugestão, os entrevistados afirmaram que se a federação aumentasse os prémios dos árbitros, em função dos fundos gerados (através de inscrições de jogadores, equipas, multas, etc.), esta instituição teria a capacidade de, por exemplo, diminuir o número de jogos/carga horária, aumentar a taxa de retenção, melhorar o rendimento na arbitragem, aumentar a motivação e diminuir o descontentamento dos árbitros.

Ainda no que concerne as fragilidades administrativas e deontológicas na Arbitragem, os participantes referiram: a gestão da segurança em recinto desportivo; a figura do Ponto de Contacto com a Segurança; a manipulação nas nomeações dos árbitros; a corrupção desportiva.

i.) A Gestão da Segurança em Recinto Desportivo

Primeiramente, e para Cleland, O’Gorman & Webb (2018), os árbitros consideram a falta de apoio organizacional e institucional, relevando a falta de orientação e de *feedback* por parte dos órgãos que regulam o futebol, como fator de risco para a desistência/abandono da carreira na arbitragem. Relativamente a este tópico, parte dos entrevistados partilhou

que sente um total desinteresse e falta de apoios, por parte das instituições, após a sua agressão.

Uma parte dos participantes havia referido a necessidade de haver policiamento obrigatório, sobretudo porque as camadas jovens são as mais problemáticas a nível de agressões. No entanto, os entrevistados sublinharam que, mesmo sob a vigilância de um OPC, o sentimento de impunibilidade dos agressores mantém-se. Segundo dados estatísticos dum relatório da GNR, entre 1987 e 1991, foram registadas 862 agressões a árbitros, sob a sua jurisdição. Cerca de 100 invasões de campo e cerca de 250 ocorrências de arremesso de objetos contundentes. No mesmo relatório consta que a diminuição deste tipo de incidentes se devia à diminuição do número de espectadores e aos clubes terem sido obrigados a implementar medidas de reforço na segurança dos recintos (Coelho & Pinheiro, 2002). Porém, importa referir que esta diminuição pode não representar a realidade, na medida que este decréscimo pode estar correlacionado com o decréscimo dos jogos policiados pela GNR, que, entretanto, passariam para a jurisdição de uma PSP, PCS ou outros elementos responsáveis pela segurança do recinto. Portanto, esta diminuição das agressões não se pode confirmar meramente pelas estatísticas oficiais de uma entidade que não está presente em todos os jogos de futebol.

Tendo os participantes mencionado o exemplo de Inglaterra e a forma as suas entidades desportivas abordam a violência, o Árbitro 2, que teria deixado sugestões aos responsáveis pela legislação (a nível desportivo e civil), sublinhou o seguinte: *“Em Portugal, tomaram-se medidas para o desporto, para uma população civilizada, para tirar aquelas grades e não ser necessário policiamento, poder ser só segurança privada, etc, etc. [...]*. De facto, e segundo a bibliografia, a FA (*The Football Association*) declara que cada clube é obrigado a ter um certificado de segurança do recinto desportivo. Caso contrário, a capacidade deste seria limitada e/ou os espectadores ficariam limitados a zonas específicas do recinto, sendo todas estas medidas da responsabilidade das autoridades locais (*The Football Association*, 2005). Dito isto, e através dos relatos fornecidos pelos participantes, fica-se com a impressão de que os recintos desportivos de Futebol, em Portugal, podem constituir um fator de risco nas agressões a árbitros, dada a fraca fiscalização dos mesmos.

ii.) O Ponto de Contacto com a Segurança

A maioria dos entrevistados partilhou de uma opinião, em específico: a figura do Ponto de Contacto com a Segurança. 5 dos 8 participantes (62.5%) considerou o PCS como uma figura que detém um papel importante, mas que o seu desempenho é negativo.

Ao analisar os Artigos 11º e 12º do Regulamento de Prevenção da Violência da Federação Portuguesa de Futebol, constata-se que os PCS não cumpriram com os seus deveres, quando analisadas as experiências dos árbitros entrevistados. De acordo com o referido regulamento e os artigos mencionados (Federação de Portuguesa de Futebol, 2016), salientaram-se as seguintes alíneas em incumprimento:

“d) Solicitar, por sua iniciativa ou a pedido da equipa de arbitragem, apoio policial ao posto ou esquadra mais próxima, sempre que constate a existência de alterações à ordem e disciplina e a sua incapacidade para assegurar as condições de segurança [...] e) Garantir as condições de segurança da equipa adversária e da equipa de arbitragem [...] g) Situar-se em local visível, entre a entrada no terreno de jogo e a zona de acesso aos balneários [...] 2. Os PCS’s devem pautar a sua atuação pelos princípios da isenção, imparcialidade e proatividade. [...] 3. Os PCS’s não podem acumular outras funções no mesmo jogo.”

No que refere às alíneas *d)* e *e)*, consultando as descrições das agressões dos entrevistados, constatou-se que o PCS não tem condições para garantir a segurança dos árbitros, em situações de violência mais severas, além de terem negado o pedido de um dos entrevistados para se chamar a polícia ao local. Relativamente à alínea *g)*, um dos participantes experienciou uma agressão verbal, perpetrada pelo próprio PCS que, erradamente, estaria localizado nas bancadas junto ao público da equipa da casa.

Acerca do incumprimento do Artigo 12º, pontos 2 e 3, os entrevistados partilharam situações em que os PCS, além de ocuparem funções de chefia no clube, estariam a beneficiar a sua própria equipa ao agirem como treinadores, posicionando-se estrategicamente à sua vontade e providenciando indicações aos jogadores dentro de campo.

iii.) Corrupção Desportiva

Em relação à possibilidade de existir manipulação das nomeações das equipas de arbitragem, uma parte dos entrevistados admitiu ter conhecimento, em primeira-mão, que os clubes tendem a solicitar a troca de árbitros e que o Conselho de Arbitragem concretiza os pedidos, permitindo que isto aconteça. Além de constituir uma forma de corrupção desportiva, para Polat, Sonmezoglu & Yalcin (2017), a exclusão de convocatórias e/ou

convocatórias para arbitrar partidas de escalões inferiores acabam também por configurar uma forma de violência contra estes profissionais.

A existência de favorecimentos, nomeadamente ao nível da observação e avaliação dos árbitros, foi mencionada por 3 dos 8 participantes (37.5%). O Árbitro 6, tendo sido também observador, confirmou isso mesmo e afirmou que existe pressão quando se está a avaliar alguém que está relacionado ou que é familiar de uma figura de importância. De facto, e para Polat, Sonmezoglu & Yalcin (2017), a violência direcionada a árbitros de futebol é influenciada, por exemplo, por nepotismo, por inveja e “luta” pelas promoções, entre outros fatores. Um dos entrevistados chega mesmo a referir um indivíduo que não se iniciou na arbitragem da maneira convencional, tendo sido favorecido para arbitrar em escalões superiores.

No que diz respeito aos resultados obtidos através das entrevistas realizadas, pode-se afirmar que estes se revelaram positivos, uma vez que permitiram alcançar os objetivos propostos na presente investigação.

Conclusões e Considerações Finais

Nesta etapa conclusiva do presente estudo, propôs-se atingir um objetivo principal: compreender e procurar explicar a experiência de agressão e vitimação, vivenciada pelos árbitros de futebol portugueses.

No que concerne ao referido objetivo, compreende-se que todas as experiências de agressão e vitimação foram vividas de forma individual e irreplicável. Ao analisar os dados obtidos, pode-se concluir que os árbitros em Portugal experienciam regularmente agressões verbais, ao ponto de este tipo de violência ser considerado cultural e normalizado por estes profissionais, embora seja visto como ofensivo.

Metade dos participantes experienciaram agressões físicas, fruto da escalada da violência verbal para a violência física. No entanto, e relevando as 2 agressões físicas com arma branca e a agressão com arremesso de objeto contundente, conclui-se que estas agressões estão possivelmente relacionadas com a gestão da segurança em recinto desportivo, dado que esta não estaria em conformidade com a lei vigente da FPF. Salientando que não se compreende como foi permitido, a um elemento do público, entrar no recinto empunhando uma vara.

Constatou-se que, de facto, os árbitros jovens e do sexo masculino seriam os mais propícios a experienciar uma agressão. No entanto, e de acordo com os relatos dos participantes, verificou-se que os árbitros jovens demonstraram maior facilidade em expressar os seus sentimentos e mostrar alguma vulnerabilidade. Em contrapartida, os árbitros veteranos demonstraram facilidade em apresentar críticas e propor soluções, tendo uma reação mais racional da experiência, mas revelando algumas dificuldades em apelar à sua emotividade. Conclui-se que, de facto, os impactos pessoais da experiência de agressão foram mitigados pela própria profissão dos árbitros, associada ao desempenho de funções em forças militares e/ou de segurança.

Chegou-se à conclusão que as experiências de agressão contribuíram para um sentimento geral de injustiça, insegurança e receio/medo de uma potencial revitimação, possivelmente associados a todo um conjunto de fragilidades administrativas, por parte das instituições. Salienta-se também que o facto de certos episódios de agressão terem sido experienciados após a partida e/ou fora do recinto, contribuiu para a fomentação desses sentimentos negativos.

Conclui-se igualmente que o grau de perversão e criatividade da agressão pode estar relacionada com a profundidade e gravidade dos impactos nos árbitros, sendo que este tipo de agressões diverge da violência convencional, habitualmente normalizada por estes profissionais. Esta normalização da violência convencional verificou-se também nas reações de alguns participantes, em relação à sua vitimação secundária. Assim sendo, a reação de alguns espelhou sentimentos de humilhação e de reprovação, enquanto outros desvalorizaram e, inclusivamente, participaram na vitimação secundária de outros árbitros, que teriam sido agredidos também. Portanto, conclui-se que as perceções dos entrevistados acerca das suas experiências de agressão, e potencial vitimação secundária/revitimação, divergem na medida que os próprios tendem a normalizar, nomeadamente, os insultos e a própria cultura da violência no Futebol.

Foi possível concluir que esta cultura de violência tende a persistir, no sentido que os participantes definiram as camadas jovens como as mais problemáticas neste âmbito. A razão subjacente a esta afirmação pode ser explicada pela influência dos próprios pais nos jovens atletas, reforçando muitas vezes comportamentos impróprios e violentos, e pela fraca gestão da segurança neste tipo de partidas, consideradas como “de baixo risco”.

Além do objetivo principal, propôs-se também a alcançar determinados objetivos específicos, referidos anteriormente no presente trabalho.

Em relação aos possíveis impactos na esfera familiar, conclui-se que nenhum dos participantes sofreu danos ao nível dos laços familiares (por exemplo, um divórcio). No entanto, sublinha-se que as famílias na sua generalidade ficaram emocionalmente instáveis no momento da agressão, reprovaram este tipo de condutas violentas e, em alguns casos, recusaram-se a assistir aos jogos seguintes do seu familiar.

No que refere a esfera profissional, verificou-se que um dos participantes sofreu uma vitimação secundária, perpetrada por um colega de trabalho, e outros dois entrevistados, cuja viatura foi danificada, foram temporariamente privados de ter meio de transporte, para se deslocar para o seu emprego. Conclui-se, portanto, que as experiências detiveram impactos negativos na vida profissional dos árbitros.

No que concerne a carreira da arbitragem, apenas um participante equacionou abandonar a mesma. Quando questionados sobre o que os motivou a iniciar-se na arbitragem e o que motivaria a continuar, após a experiência de agressão, todos entrevistados referiram um ponto comum: a paixão pelo Futebol. Porém, conclui-se que, de certa forma, as

experiências de agressão podem influenciar a qualidade da arbitragem ou a abordagem individual dos árbitros, no seu exercício de funções.

Não se conseguiu apurar se as instituições, em si, exerceram pressão sob os árbitros após experienciarem a agressão. Todavia, e com recurso aos relatos dos entrevistados, chegou-se à conclusão de que os clubes associados à agressão tentam convencer o árbitro a não terminar a partida e tentam persuadir o árbitro de escrever um relatório que os prejudique, o próprio clube em si e os seus apoiantes.

Um dos entrevistados viu confirmada a sua suspeita de que o seu carro viria a ser vandalizado, todavia este não esperava ser alvo de agressão dada a sua profissão de OPC. Chegando à conclusão de que as experiências de agressão dos árbitros participantes, os surpreendeu quase por completo.

No que toca à preocupação e ao receio pré-jogo e a sua possível influência na *performance* na arbitragem, as opiniões foram divergentes. Alguns árbitros revelaram ficar intimidados, ao ponto de as suas decisões ficarem comprometidas, evitando ao máximo dar motivos ao público para o insultar e/ou agredir novamente. Conclui-se, então, que este tipo de sentimentos e condicionantes antes do jogo não são comuns a todos estes profissionais.

Tendo em conta que parte dos participantes afirmou a existência de corrupção desportiva, manifestada sob a forma de manipulações das nomeações e relacionada com os observadores, constatou-se que a desconfiança dos árbitros para com as instituições desportivas contribui, de certa forma, para um mal-estar e pressão acrescida no exercício de funções. A forma como os árbitros normalizam a violência convencional e a própria corrupção desportiva, como partes constituintes da cultura futebolística (começando nas camadas jovens e ao nível distrital), levou a concluir que os árbitros, em Portugal, são profissionais altamente vulneráveis à violência.

Conclui-se também que os árbitros não são somente propícios à agressão, em si, mas acima de tudo são profissionais que reconhecem este “lado negro” da política desportiva, reconhecem que estão numa posição estereotipada¹⁸, reconhecem que os rendimentos/prémios não são compatíveis com a função, reconhecem que a arbitragem lhes ocupa o tempo em família ou a agenda pessoal, entre diversos impactos referidos ao

¹⁸ Considerados pelo público como um dos símbolos da própria corrupção desportiva.

longo da presente investigação. No entanto, e face a esta compreensão, sublinha-se que os árbitros continuaram motivados e não desistiram dos seus objetivos/sonhos de singrar na arbitragem, almejando atingir os patamares mais altos desta profissão.

Importa também salientar que a presente investigação teve algumas limitações. Esta focou-se numa só época desportiva, limitando ao número de participantes. O estudo também não permite ter em conta a evolução das agressões, por ser sobretudo qualitativo, centrado na experiência, e apenas constituir um retrato presente da última época futebolística (2023/2024), faltando o dinamismo de se estudar várias épocas. Considerando que na época em análise não há registo de agressões a arbitras, não foi possível ter em conta esta variável.

Porém, pode-se concluir que a presente investigação conduziu à compreensão da forma como os árbitros experienciam as agressões de que são vítimas, bem como a elaboração de possíveis explicações para estas experiências.

Nesse sentido, importa aludir que as medidas e os meios atuais de prevenção de situações violentas, são entendidas pelos árbitros como insuficientes. As punições e a fraca gestão da segurança dos recintos desportivos são ainda entendidas pelos mesmos como insuficientes, o que contribui, ainda segundo os próprios, para perpetuar a violência. Sendo que os participantes referenciaram, como ideal, o trabalho feito pela FA no combate à violência, conclui-se que no contexto português, embora tenham sido desenvolvidas medidas, com intenção de proteger o árbitro e o público em geral, existe ainda espaço para melhorias e para estudar o fenómeno das experiências de agressão e vitimação de árbitros de futebol.

No final deste trabalho, entende-se que a investigação das agressões a árbitros de futebol poderá continuar à luz de outras abordagens teóricas com potencialidades de explicação para esta problemática. Algumas destas abordagens podem oferecer perspetivas adicionais sobre os fatores individuais, sociais e organizacionais que influenciam a violência contra árbitros e ajudariam a compreender, em maior profundidade, a complexidade da violência contra estes profissionais e o seu impacto.

Referências Bibliográficas



- Adams, W. C. (2015). Conducting semi-structured interviews. In *Handbook of practical program evaluation* (pp. 492-505).
- Akoun, A., & Ansart, P. (1999). *Dictionnaire de Sociologie*. Le Robert.
- Aquino, K., & Thau, S. (2009). Workplace victimization: Aggression from the target's perspective. *Annual Review of Psychology*, 60, 717-741. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.60.110707.163703>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Burgess, R. G. (1997). *A Pesquisa de Terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Carnibella, G., et al. (1996). *Football violence in Europe* [Unpublished report]. The Amsterdam Group.
- Cleland, J., O’Gorman, J., & Webb, T. (2018). Respect? An investigation into the experience of referees in association football. *International Review for the Sociology of Sport*, 53(8), 960-974. <https://doi.org/10.1177/1012690217690709>
- Coelho, J. N., & Pinheiro, F. (2002). *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal* (816ª ed.). Edições Afrontamento Lda.
- Coulomb-Cabagno, G., Rasclé, O., & Souchon, N. (2005). Players’ gender and male referees’ decisions about aggression in French soccer: A preliminary study. *Sex Roles*, 52, 547-553. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-3722-7>
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Da Silva, A. I., Rodriguez-Añez, C. R., & Frómeta, E. R. (2002). O árbitro de futebol – uma abordagem histórico-crítica. *Revista da Educação Física/UEM*, 13(1), 39-45.
- Dawson, P., Webb, T., & Downward, P. (2022). Abuse is not a zero-sum game! The case for zero tolerance of match official physical and verbal abuse. *European Journal of Sport Science*, 22(3), 417-424. <https://doi.org/10.1080/17461391.2020.1850858>
- Dekker, S. W. (2009). Prosecuting professional mistake: Secondary victimization and a research agenda for criminology. *International Journal of Criminal Justice Sciences*, 4(1).
- Devís-Devís, J., Serrano-Durá, J., & Molina, P. (2021). “The referee plays to be insulted!”: An exploratory qualitative study on the Spanish football referees’ experiences of aggression, violence, and coping. *Frontiers in Psychology*, 12, 656437. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.656437>
- Erickson, R., & Goldthorpe, J. (1993). *The constant flux: A study of Class Mobility in Industrial societies*. Oxford: Clarendon Press.
- Federação Portuguesa de Futebol. (2016). *Regulamento de Prevenção de Violência - FPF*. FPF. Disponível em <https://www.fpf.pt>
- Folkesson, P., Nyberg, C., Archer, T., & Norlander, T. (2002). Soccer referees’ experience of threat and aggression: Effects of age, experience, and life orientation on outcome of coping strategy. *Aggressive Behavior*, 28(4), 317-327. <https://doi.org/10.1002/ab.10013>
- Forbes, A., Edwards, L., & Fleming, S. (2015). ‘Women can’t referee’: Exploring the experiences of female football officials within UK football culture. *Soccer & Society*, 16(4), 521-539. <https://doi.org/10.1080/14660970.2014.963311>

- Friman, M., Nyberg, C., & Norlander, T. (2004). Threats and aggression directed at soccer referees: An empirical phenomenological psychological study. *The Qualitative Report*, 9(4), 652-672.
- Fruchart, E., & Carton, A. (2012). How do amateur soccer referees destabilize a match? *Psicológica*, 33, 241-257.
- Gaskell, T. (2000). The process of empirical research: A learning experience? *Research in Post-Compulsory Education*, 5(3), 349-360.
- Gillué, G. S., Laloux, Y. R., Álvarez, M. T., & Feliu, J. C. (2018). Sources of stress inside and outside the match in football referees. *Educación Física y Deportes*, 132(2), 22-31.
- Glomb, T. M. (2002). Workplace anger and aggression: Informing conceptual models with data from specific encounters. *Journal of Occupational Health Psychology*, 7(1), 20-36. <https://doi.org/10.1037/1076-8998.7.1.20>
- Gollwitzer, M., Süßenbach, P., & Hannuschke, M. (2015). Victimization experiences and the stabilization of victim sensitivity. *Frontiers in Psychology*, 6, 128479. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01284>
- Gomes, M. F. M. (2013). *A violência das claques: uma etnografia interpretativa e discursos legitimadores* [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa] Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa.
- Gorczynski, P., & Webb, T. (2021). Developing a mental health research agenda for football referees. *Soccer & Society*, 22(6), 655-662. <https://doi.org/10.1080/14660970.2021.1913046>
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncipia Editora.
- Gülle, M., Çetin, M. Ç., Şeker, R., & Sarı, İ. (2017). Assessment of the correlation between self-esteem in decision-making and decision-making styles of football referees in terms of their refereeing experience and violence perceptions. *International Journal of Sport Culture and Science*, 5(3), 112-123. <https://doi.org/10.14486/IntJSCS674>
- Kellett, P., & Shilbury, D. (2007). Umpire participation: Is abuse really the issue? *Sport Management Review*, 10(3), 209-229. [https://doi.org/10.1016/S1441-3523\(07\)70012-8](https://doi.org/10.1016/S1441-3523(07)70012-8)
- Kilic, Ö., Johnson, U., Kerkhoffs, G. M., Rosier, P., & Gouttebauge, V. (2018). Exposure to physical and psychosocial stressors in relation to symptoms of common mental disorders among European professional football referees: A prospective cohort study. *BMJ Open Sport & Exercise Medicine*, 4(1). <https://doi.org/10.1136/bmjsem-2018-000347>
- Liu, J. (2004). Concept analysis: Aggression. *Issues in Mental Health Nursing*, 25(7), 693-714. <https://doi.org/10.1080/01612840490486617>
- Maia, R. L., Nunes, L. M., Caridade, S., Sani, A. I., Estrada, R., Nogueira, C., Fernandes, H., & Afonso, L. (2016). *Dicionário - Crime, Justiça e Sociedade*. Lisboa: Sílabo.
- Miguel, E., Saiegh, S. M., & Satyanath, S. (2008). National cultures and soccer violence. *National Bureau of Economic Research*, 13968. <https://doi.org/10.3386/w13968>
- Mojtahedi, D., Webb, T., Leadley, C. B., & Jones, M. (2022). Match officials and abuse: A systematic review. *European Sport Management Quarterly*, 1-23. <https://doi.org/10.1080/16184742.2022.2037754>

- Monteiro, I. C., Silva, W. A., & Soares, J. P. F. (2014). Violência contra a arbitragem: Um olhar sobre o futebol amador juizforano. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*.
- Novo, G. P. D. P. E. (2023). *As claques como uma subcultura: uma análise da violência no movimento ultra* [Dissertação de doutoramento, Universidade Fernando Pessoa] Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa.
- Polat, E., Sonmezoglu, U., & Yalcin, H. B. (2017). Psychological violence and pressure activities experienced by football referees. *Sport Journal*, 20(1), 1-3.
- Praschinger, A., Pomikal, C., & Stieger, S. (2011). May I curse a referee? Swear words and consequences. *Journal of Sports Science & Medicine*, 10(2), 341-346.
- Reis, L. N., Mazo, J. Z., & Da Silva, A. I. (2013). A influência da cobertura midiática nas agressões físicas aos árbitros de futebol no Rio Grande do Sul. *RBF - Revista Brasileira de Futsal e Futebol*, 5(16), 83-90.
- Sani, A., & Azevedo, V. (2021). Vitimação: Formas e Processos. In *Manual de Criminologia e Vitimologia* (pp. 12-14). Lisboa: PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Scott, J., & Marshall, G. (2005). *A Dictionary of Sociology* (3ª ed.). Oxford University Press.
- Simmons, P. (2006). Tackling abuse of officials: Attitudes and communication skills of experienced football referees. In *Empowerment, Creativity and Innovation: Challenging Media and Communication in the 21st Century* (pp. 1-15).
- Smith, J. H., Pao, P. N., & Schweig, N. A. (1973). On the concept of aggression. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 28(1), 331-346.
- Spencer, D. (2011). Event and victimization. *Criminal Law and Philosophy*, 5, 39-52.
- Tamir, I. (2020). The object is the message: Sports, violence, and throwing objects onto fields. *Aggression and Violent Behavior*, 51, 101377. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2020.101377>
- The Football Association. (2005). *Stadia Safety & Security*. Disponível em <https://www.thefa.com/~media/files/pdf/thefa/1982sec9.ashx>
- Turner, V. W., & Schechner, R. (1988). The anthropology of performance. In *Ritual to Theatre*.
- Webb, T. (2018). Referees and the media: A difficult relationship but an unavoidable necessity. *Soccer & Society*, 19(2), 205-221.
- Webb, T., Cleland, J., & O'Gorman, J. (2017). The distribution of power through a media campaign: The respect program, referees, and abuse in association football. *Journal of Global Sport Management*, 2(3), 162-181.
- Weber, M. (1968). Basic sociological terms. *Economy and Society*, 3-62.
- World Health Organisation. (2004). *The VPA approach - Violence Prevention Alliance*. Disponível em <https://www.who.int/groups/violence-prevention-alliance/approach>
- Yusoff, N. H., & Hafizah, N. (2015). Relationship between situational factors and deviant behaviour among football spectators in Malaysia. *International Journal of Arts and Commerce*, 4(1), 27-35.

Anexos

Anexo A - Parecer da Comissão de Ética da UFP

	UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA	<i>Das conclusões do aluno e orientadora.)</i>
		<i>[Signature]</i> 23.04.2024
		Exmo. Senhor Prof. Doutor Pedro Reis Diretor da FCHS
Nº	Data	
FCHS/MCRI – 547/24-3	22 de Abril de 2024	
Exmo. Senhor Professor Doutor,		
A Comissão de Ética analisou a resubmissão do projeto de Mestrado em Criminologia, apresentado por Francisco Queiroz Afonso, intitulado "Violência Contra Árbitros de Futebol em Portugal: Experiências de Agressão e Vitimação".		
Todos os esclarecimentos/alterações solicitados foram entregues.		
Deste modo, a Comissão de Ética considera nada haver a opor quanto à realização deste projeto.		
Com os melhores cumprimentos,		
A Presidente da Comissão de Ética da UFP		
<i>Inês Lopes Cardoso</i> Inês Lopes Cardoso		
	FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA" NIPC. 502 057 602 • Reg. Comercial nº 26 Conservatória do Registo Comercial do Porto	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS Praça 9 de Abril, 349 • 4249-004 Porto - Portugal T. +351 22 507 1300* • https://www.ufp.pt geral@fundacaofernandopessoa.pt	FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE Rua Carlos da Maia, 296 • 4200-150 Porto - Portugal T. +351 22 507 4630* • https://www.ufp.pt geral@fundacaofernandopessoa.pt	FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA Praça 9 de Abril, 349 • 4249-004 Porto - Portugal T. +351 22 507 1300* • https://www.ufp.pt geral@fundacaofernandopessoa.pt
* (chamada para a rede fixa nacional)		

Anexo C - Guião de Entrevista

Violência Contra Árbitros de Futebol em Portugal: Experiências de Agressão e Vitimação

Introdução:

Esta entrevista é realizada no âmbito do Mestrado em Criminologia e tem por finalidade a elaboração da dissertação. De um modo geral, pretende-se com isto, tentar compreender e explicar as experiências de agressão e vitimação, vivenciadas pelos árbitros de futebol portugueses.

I. Dados Sociodemográficos

- a) Nome do entrevistado
- b) Idade
- c) Habilitações literárias
- d) Estado civil
- e) Profissão do entrevistado
- f) Profissão dos pais

II. O Árbitro

- a) Já arbitra há quantos anos? E em que escalões arbitrou/arbitra?
- b) Tem familiares ou amigos que sejam, ou já tenham sido, árbitros? Como descreveria a sua relação com eles?
- c) Na sua opinião, estes podem constituir uma rede social de apoio?
- d) O que o motivou a enveredar pela carreira de arbitro?
- e) Como reage ao stress relacionado à arbitragem?

f) Como caracteriza, na generalidade, o ambiente nos quais o árbitro tem de desempenhar a sua atividade?

III. A Experiência

a) As experiências de violência sobre os árbitros, influenciam ou não a sua performance?

b) A experiência de agressão influencia ou não, a arbitragem em futuros jogos do mesmo clube?

c) Houve alguma experiência de agressão em função da qual equacionou abandonar a partida? E a sua carreira?

IV. A Vitimação

a) Já sofreu represálias depois de apresentar queixa formal? Quais? De quem?

b) Qual foi a reação da sua família depois de ser agredido? E dos seus colegas de trabalho?

c) Depois da agressão foi abordado por quem e de que forma? Dirigentes de clubes? Por que motivos?

d) Como interpreta a atitude da comunicação social a propósito de este problema?

V. A Agressão

a) É capaz de descrever as agressões de que os árbitros têm sido alvo e as condições em que as mesmas ocorreram?

b) Na sua opinião, como acha que os árbitros têm lidado com esse tipo de situações?

c) Na sua opinião, o que motiva os árbitros a continuar a arbitrar, apesar da agressão? E porquê?

d) Que sugestões tem para fazer face às agressões aos árbitros?

Obrigado pela sua colaboração!

Apêndices

Apêndice A – Grelha de Análise de Conteúdo

Categorias temáticas	Unidades de Codificação
A Experiência de Agressão e Vitimação	<ul style="list-style-type: none">• A descrição da agressão• A reação à agressão• A reação da família e grupos de pares• A vitimação primária• A vitimação secundária• Os impactos na família e grupos de pares• Os impactos na arbitragem• Os impactos na vida pessoal• Os impactos na vida profissional
O Ambiente Hostil durante a Arbitragem	<ul style="list-style-type: none">• As camadas jovens• A cultura da violência no futebol
“Árbitros Jovens vs. Veteranos vs. Árbitras”	<ul style="list-style-type: none">• Tipos de agressão• A experiência na arbitragem• A perceção do público• A perceção dos diversos elementos desportivos
As fragilidades administrativas e deontológicas na Arbitragem	<ul style="list-style-type: none">• A gestão da segurança em recinto desportivo• O Ponto de Contacto com a Segurança• A corrupção desportiva

Apêndice B - Glossário

- a) **Performance** - desempenho/qualidade da arbitragem.
- b) **Lance** – momento específico durante a partida.
- c) **Derby** – partida em que duas equipas rivais se defrontam.
- d) **Prematch** – antes da partida/pré-jogo.
- e) **Crowd Noise** – ruído das bancadas (assobios, gritos, insultos, etc.)
- f) **Observador** – avaliador da prestação dos árbitros, para motivos de promoção ou admissão (em inglês, *referee scout*)
- g) **“Quatro Linhas”** – campo de futebol.
- h) **Seniores; Juniores; Iniciados; Infantis; Benjamins** – escalões da modalidade (estabelecidos por limite de idades).
- i) **“Puto”** – um jovem, um miúdo, uma criança, etc.
- j) **“Bocas”** – insultos, provocações e outras formas de agressão verbal.
- k) **“Incendiar”** – quando a partida atinge um determinado nível de hostilidade ou violência.
- l) **“Abébias”** – facultar, facilitar algo a alguém ou dar uma oportunidade.
- m) **“À batatada”** – uma luta, uma rixa ou uma troca de agressões físicas.
- n) **“Que nem ao Diabo lembra”** – algo impensável e normalmente reprovável.
- o) **“Gozar”** – o ato de fazer troça e/ou ridicularizar.
- p) **“Borga”** - uma «saída à noite» ou uma festa, normalmente envolvendo o consumo de álcool.
- q) **“Cowboyada”** - uma «grande confusão».
- r) **“Mundos e fundos”** – Sinónimo da expressão “*tudo e mais alguma coisa*”.
- s) **“Vias de facto”** – morte, falecimento, óbito.
- t) **“Apalpar o pulso”** – testar alguém, ver se alguém é capaz de algo.
- u) **“Esticando a corda”** – abusar da boa vontade de alguém ou da confiança investida por alguém, ao ter atitudes reprováveis.
- v) **“Gajo” ou “Gajos”** – indivíduos, homens, rapazes, sujeitos, etc.
- w) **“Enxovalhado”** – ser humilhado publicamente.
- x) **“No mesmo saco”** – ser incluído, categorizado, julgado de forma coletiva ...sem qualquer diferenciação ou individualização.
- y) **“Zé da Esquina”** – alguém que socialmente não é relevante (termo pejorativo).
- z) **“Cunhas”** – favorecimentos normalmente ilícitos e atribuídos a amigos, conhecidos e/ou familiares (nepotismo).

Apêndice C – Caracterização dos Entrevistados

Entrevistado	Idade	Anos de Arbitragem	Profissão	Tipo de Agressão	Escalão	Policimento	Agressores
Nº1	41	Mais de 25 anos	Empregado em rotinas não manuais de categoria superior	Agressão Verbal + Ameaças + Contra a propriedade	Juniores	PCS	Adeptos
Nº2	33	12 anos	Técnico superior	Agressão Verbal + Ameaças + Contra a propriedade	Seniores	GNR	Dirigentes e Adeptos
Nº3	22	6 anos	Empregado em rotinas não manuais de categoria inferior.	Agressão Física	Seniores	PCS	Adeptos e Jogadores
Nº4	21	Menos de 3 anos	Estudante	Agressão Verbal + Agressão Física + Ameaças	Iniciados	PCS	Adeptos e Jogadores
Nº5	23	6 anos	Estudante	Agressão Física	Juniores	PSP	Jogadores
Nº6	52	Mais de 25 anos	Administradores, funcionários e profissionais de categoria média	Agressão Física	Iniciados	PCS	Adeptos
Nº7	25	8 anos	(não revelado)	Agressão Física	Juniores	GNR	Jogadores
Nº8	43	Mais de 10 anos	Empregado em rotinas não manuais de categoria superior	Agressão Verbal + Ameaças	Seniores	GNR	Adeptos